

**Interesses Energéticos e Implicações Políticas:
RPC e os EUA em Angola, no Sudão e na Nigéria**

Anabela Faria Nogueira da Cruz

Dissertação

de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Outubro, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais,
realizada sob a orientação científica da Professora Carla Fernandes, e da
coorientação científica da Professora Doutora Teresa Botelho

Para o meu marido Vitor, que ao longo de um ano
Foi o melhor companheiro que se pode ter, amigo e paciente, e que me levou a conhecer
novos horizontes! A força que me deu foi essencial para a realização desta dissertação.
Para os meus pais, Abílio e Gracinda, pelos quais tenho uma grande admiração, amor e
carinho.

Agradecimentos

Começo por agradecer penhoradamente à minha orientadora Sra. Professora Carla Fernandes, que me proporcionou uma nova visão sobre a China. Com o seu saber profundo e seguro elevou exponencialmente a minha admiração pelo continente asiático e, levou-me a descobrir em especial de uma forma mais profunda, uma das civilizações mais antigas do mundo. Foi nas aulas de Relações Euro-Asiáticas que descobri o interesse pelas relações económicas petrolíferas que a China estabelece com alguns dos países exportadores de petróleo. A forma dinâmica e entusiasmada com que a Sra. Professora Carla Fernandes ministrou as suas aulas, fomentou em mim uma crescente curiosidade que me fez decidir alargar os horizontes do estudo do tema, e dela só recebi apoio, ajudando-me a reflectir com intensidade e seriedade sobre este tema das relações económicas petrolíferas, em que a China é interveniente.

Agradeço igualmente à minha coorientadora Sra. Professora Doutora Teresa Botelho pela sua disponibilidade. Nas aulas de Política Norte-Americana deu-me os fundamentos e argumentos que fizeram aumentar a minha admiração pelos Estados Unidos da América. A sua influência instigou-me a investigar a política externa norte-americana direccionada ao continente africano em termos políticos e energéticos e bem assim, a forma como esta se desenvolve actualmente em relação à presença da China no palco energético africano.

Os meus agradecimentos são ainda e necessariamente extensíveis ao Professor Doutor Tiago Moreira de Sá que se disponibilizou desde o início, para me oferecer todo o apoio para a elaboração desta tese.

Gostaria ainda de manifestar a minha gratidão à Sra. Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues, Directora do Curso de Ciência Política e Relações Internacionais.

Por último forçoso é estender os meus agradecimentos à Sra. Professora Doutora Manuela Franco de Estudos Africanos, com a qual tive o privilégio de alargar os meus conhecimentos sobre o sempre inspirador continente africano.

Resumo

PALAVRAS-CHAVE: Petróleo, República Popular da China, Estados Unidos da América, África, Angola, Sudão, Nigéria.

O crescimento impetuoso da economia da República Popular da China, acompanhada por uma procura interna de matérias-primas e energia tem conduzido à criação de relevantes relações energéticas e comerciais com alguns dos maiores países produtores de petróleo da África Subsariana. Neste contexto, Angola, Sudão, Sudão do Sul, e a Nigéria são países de vital importância para a China. Por seu turno, os Estados Unidos da América, com uma forte presença no mercado energético subsariano, têm procurado fomentar a influência das suas companhias petrolíferas internacionais, particularmente focadas em dois países, Angola e Nigéria. Países esses onde há praticamente duas décadas, a China surgiu como sendo o seu grande concorrente. Dada a crescente procura de novas regiões petrolíferas, o investimento em países africanos exportadores de petróleo tem sido permanente e contínuo, indispensável para acompanhar o crescimento dos maiores consumidores de energia mundiais, a República Popular da China e os Estados Unidos da América. A diplomacia energética da China dirigida a esta região petrolífera subsariana, tem por objectivo a obtenção de contractos de médio e longo prazo para a prospecção, a exploração e a produção em campos petrolíferos situados em *onshore* e em *offshore*, através de acordos, de parcerias, de *joint-ventures*, ou mesmo através da aquisição de activos de outras companhias. Esta investigação, justifica-se, assim, pela actualidade da evolução das relações de Pequim com os países subsarianos exportadores de petróleo. A competição pelos recursos energéticos entre Pequim e Washington, e a análise que as diferentes teorias de Relações Internacionais vêm dedicando a deste tema, contribuem decisivamente para o constituir em uma matéria bastante relevante pretendendo-se, com este trabalho contribuir para o avanço do estudo das relações petrolíferas da China e dos Estados Unidos da América, na África Subsariana.

Abstract

KEYWORDS: Oil, Republic of China, United States of America, Africa, Angola, Sudan, Nigeria.

The impetuous economic growth of the Republic of China, and its needs to deliver raw materials and energy, has led to the creation of relevant trade and energy relations with major oil producing countries of Sub-Saharan Africa. In this context, Angola, Sudan, South Sudan and Nigeria are vital China partners. On another stand, the United States, with a strong presence in Saharan energy market, has sought to promote the influence of their IOCs, particularly focused in two countries, Angola and Nigeria. Countries where China has emerged almost two decades ago as its major competitor. Given the increasing demand for new oil production regions, investments in African oil countries exports has been continuing and carried on, essentially to face the growth of the largest energy consumers in the world: the People's Republic of China and the United States. The China's energy diplomacy for oil-Saharan region focuses on obtaining contracts for medium and long term for prospecting, exploration and production in oil fields located onshore and offshore, through agreements, partnerships, joint ventures, or even by acquiring assets of other companies. This research is justified by the development of the relations between Beijing and sub-Saharan oil exporting countries. This study is supported by evolving relations from competing energy resources between Beijing and Washington, and the analysis that different IR theories make of this theme, with an in-depth research to understand and contribute to the progress of China and the United States of America oil relations, on the stage of Sub-Saharan African countries.

ÍNDICE

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE ABREVIATURAS	viii
INTRODUÇÃO	1

CAPÍTULO I

Importância do Tema e Enquadramento	6
Teorias das RI e o seu contributo para a investigação.....	7
Objecto e Objectivos do Estudo	10
Formulação do Problema	11
Estrutura da Dissertação	13
Metodologia.....	14

CAPÍTULO II

Os Grandes Consumidores

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	16
1. As companhias transnacionais petrolíferas: A criação de oportunidades	31
2. África e a China: Breve resenha histórica da evolução das relações	34
3. China no Continente Africano: Riscos e censuras.....	43
4. A ajuda aos países africanos.....	46
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	50
1. EUA: O evoluir da Política Externa para África pós Guerra-Fria.....	56
2. Regional Unified Combatant for Africa: AFRICOM	62
3. EUA e o Jogo diplomático energético da China em África	65

CAPÍTULO III

A RPC e os EUA em África

Introdução ao mercado petrolífero do continente africano	68
1. ANGOLA	71
1.1. A Indústria Petrolífera de Angola	74
1.2. China: <i>Angola Model</i> : Empréstimos em troca de Petróleo	76
1.3. EUA: Predomínio ou perda de influência no sector energético angolano?....	84
2. SUDÃO NORTE E SUDÃO DO SUL	89
2.1. A Indústria Petrolífera do Sudão do Norte e do Sudão do Sul	92
2.2. China: O País “amigo”	94
2.3. EUA: Uma relação de Mal a Pior com o Governo de Omar-Al-Bashir.....	97
3. NIGÉRIA	100
3.1. A Indústria Petrolífera da Nigéria	104
3.2. China: <i>Oil for infrastructure projects</i>	106
3.3. EUA: A procura pela criação de um ambiente de Segurança.....	112
CONCLUSÃO	115
BIBLIOGRAFIA	125

ANEXOS

N.º 1 – Reservas provadas de petróleo mundiais em 1990, 2000 e 2010	154
N.º 2 – Distribuição geográfica da Ajuda Externa da China em 2009	154
N.º 3 – Destino das Exportações de petróleo do Sudão (Norte e Sul) em 2011..	155
N.º 4 – Os principais focos de incidentes do Delta do Níger	155
N.º 5 – Destino das exportações de petróleo da Nigéria em 2011	156
N.º 6 – Produção e consumo de petróleo na Nigéria entre 2000 e 2010.....	156
N.º 7 – Destino das exportações de petróleo de Angola em 2010	157
N.º 8 – Produção e consumo de petróleo em Angola entre 2000 e 2010.....	157
N.º 9 – Futuros projectos energéticos em Angola	158
N.º 10 – Futuros projectos energéticos na Nigéria	158

LISTA DE ABREVIATURAS

(EUA) - Estados Unidos da América
(RPC) - República Popular da China

ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES REGIONAIS E MUNDIAIS

(AIE) - Agência Internacional da Energia
(AFRICOM) - Regional Unified Combatant for Africa
(AGO) - African Growth and Opportunity Act
(ANIP) – Agência Nacional de Investimento Privado
(ARI) - Advance Resources International Inc.
(BM) - Banco Mundial
(BRIC's) - Rússia, Brasil, Índia e China
(CNPC) - China National Petroleum Corporation
(CPP) - Contractos de partilha de produção
(CNOOC) - China National Offshore Oil Corporation
(CSIH) - China Sonangol Internacional Holding
(CCB) - China Construction Bank
(CIA) - Central Intelligence Agency
(CS) - Conselho de Segurança da ONU
CLPC) - Comunidade dos Países de língua Portuguesa
(CENTCOM) - United States Central Command
(CNODC) - China National Oil and Gas Development and Exploration Corporation
(CITIC) - China International Trust and Investment Corporation
(DPR) - Departamento de Recursos Petrolíferos
(EIU) - Economist Intelligence Unit
(EximBank) – Banco de Exportação-Importação da China
(EximBank) - Banco de Exportação-Importação dos Estados Unidos da América
(EUCOM) - United States European Command
(FOCAC) - Forum for China-Africa Cooperation
(FMI) - Fundo Monetário Internacional
(IDE) - Investimento Directo Estrangeiro
(ISS) - Institute for Security Studies
(IPRI) - Instituto Português de Relações Internacionais
(IOCs) - International Oil Companies
(NOCs) - National Oil Companies
(IDN) - Instituto de Defesa Nacional
(GEE) - Gases com Efeito de Estufa
(MRE) - Ministério das Relações Exteriores
(MCA) - Millennium Challenge Account
(NEA) - Administração Nacional de Energia
(NSS) - National Security Strategy
(NDRC) - National Development and Reform Commission
(OFAC) - Office of Foreign Assets Control
(ONG) - Organização Não Governamental
(OCDE) - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
(OECD) - Organization for Economic Co-operation and Development
(OGJ) - Oil and Gas Journal
(ONU) - Organização das Nações Unidas

(OMS) - Organização Mundial da Saúde
(ONG's) - Organizações Não Governamentais
(OMC) - Organização Mundial do Comércio
(OPEP) - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
(ONGC) - India's Oil and Natural Gas Corporation
(PIB) - Produto Interno Bruto
(PCC) - Partido Comunista Chinês
(PERFAR) - U.S. President's Emergency Plan for AIDS Relief
(PME) - Pequenas e Médias Empresas
(RMB) - China Yuan Renminbi
(RI) - Relações Internacionais
(SAIIA) - South African Institute of International Affairs
(SPD) - Strategic Partnership Dialogue
(Sinopec Group) - China Petroleum and Chemical Company
(UA) - União Africana
(USGS) - U. S. Geological Survey's World Petroleum Project
(ZDJ) - Joint Development Zone

PRINCIPAIS COMPANHIAS, PARTIDOS, EMPRESAS E GRUPOS

ANGOLA

(CABGOC) - Cabinda Gulf Oil company
(CSIH) - China Sonangol International
(MPLA) - Movimento Popular da Libertação de Angola
(UNITA) - União Nacional para a Independência Total de Angola
(SSI) - Sonangol Sinopec International

SUDÃO E SUDÃO DO SUL

(CPA) - Comprehensive Peace Agreement
(GNPOC) - Greater Nile Petroleum Operating Company
(Sudapet) - Sudan National Petroleum Corporation
(SPC) - Sudanese Petroleum Corporation
(WNPOC) - White Nile Petroleum Operating Company

NIGÉRIA

(AQMI) - Al-Qaeda no Magreb Islâmico
(GNPOC) - Greater Nile Production Consortium
(NNPC) - Nigerian National Oil Company
(NDDC) - Niger Delta Development Commission
(MEND) - Movement for the Emancipation of the Niger Delta
(PENGASSAN) - Petroleum and Natural Gas Senior Staff Association of Nigeria
(PHRC) - Port Harcourt Refining Company
(Sapetro) - Nigerian Company South Atlantic Petroleum
(SPDC) - Petroleum Development Company of Nigeria
(KRPC) - Kaduna Refining & Petrochemical Company Limited
(WRPC) - Warri Refining & Petrochemical Company Limited

INTRODUÇÃO

«A relação bilateral China-EUA tornou-se numa das mais importantes a nível global, provavelmente a mais relevante para as relações internacionais do século XXI»¹

A indústria do petróleo teve origem nos Estados Unidos da América (EUA) quando o primeiro poço de petróleo² foi perfurado na Pensilvânia, em 1859, pela companhia petrolífera norte-americana Standard Oil Company. Contudo, foi o despoletar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que colocou em evidência a importância deste recurso natural. Na origem esteve a decisão tomada por Winston Churchill, enquanto Primeiro Lorde do Almirantado, de substituir o carvão pelo petróleo, como combustível líder eleito para alimentar a armada britânica³. Os anos pós-guerra, principalmente nos EUA, assinalaram o início de um período caracterizado pela expansão económica e militar com base numa utilização intensiva de energia, nomeadamente petróleo.

Pós Segunda Guerra-Mundial (1939-1945), o consumo energético, impulsionado pela reconstrução dos países destruídos pela guerra e pela modernização das suas economias, aumentou exponencialmente. Com os avanços técnico-científicos e a revolução tecnológica cada vez mais dependente em energia, o petróleo passou a ser considerado como a matéria-prima basilar da matriz energética mundial. Actualmente o petróleo é ainda o alicerce da economia industrial moderna, e o grande responsável pelo desenvolvimento das principais economias emergentes como a China, a Índia e o Brasil.

Até inícios da década de 70, do século passado, os EUA eram auto-suficientes em termos de recursos energéticos. Porém, com o embargo petrolífero dos países produtores de petróleo em 1973, a perda de influência do monopólio petrolífero mundial das “sete irmãs”, a procura interna a aumentar, e a produção nacional de petróleo a

¹ CUNHA, Luís - *A Hora do Dragão: Política Externa da China*. Lisboa: Zebra Publicações, 2012, p. 20.

² O petróleo em bruto, tal qual sai do subsolo, é uma matéria-prima com uso um pouco limitado. Embora possa ser queimado como combustível, o verdadeiro potencial do petróleo em bruto, alcança-se quando é refinado, criando uma diversidade de produtos, para fins específicos dos consumidores finais, como combustível para os meios de transporte, gasolina e gasóleo, para gerar eletricidade, para a indústria transformadora, (que permite fabricar plásticos, fertilizantes, adubos, entre outros). O objectivo da refinação é acrescentar valor à matéria-prima, já que os produtos refinados tendem a ser mais valiosos e mais caros do que o petróleo em bruto. Contudo, saliente-se que cerca de 90% do petróleo é usado para fins energéticos. In Agência Internacional de Energia: *Manual de Estatísticas Energéticas*. [consultado em 9 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.iea.org/stats/docs/statistics_manual_spanish.pdf pp. 83-86.

³ PERES, Cristina - «Gás: herói já em acção». In *Jornal Expresso*. 2012, pp. 31.

diminuir, a situação alterou-se e passaram a ser um país dependente da importação de petróleo. No contexto actual, em que o mercado energético já não está monopolizado pelos interesses norte-americanos e a dependência do petróleo estrangeiro não é uma novidade para os EUA, o surgir de um conjunto de novos actores, entre os quais pontua a República Popular da China (RPC), com uma grande capacidade de influência no mercado energético mundial actual, está a provocar alguma preocupação a Washington.

Decorrente das reformas económicas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978, e da entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, a China passou a ser o país que mais desenvolveu a sua economia, baseada num consumo sustentado de energia, nomeadamente por matérias-primas como o carvão e o petróleo. Neste sentido, o ano de 1993 foi marcante, por ter assinalado a mudança de uma China exportadora de petróleo para a condição de importadora desta matéria-prima para sustentar a incessante procura interna. Em 2010, a China ultrapassou os EUA como maior consumidor mundial de energia, retirando a primazia que os EUA detinham há mais de 100 anos. As projecções da Agência Internacional de Energia (AIE) e da BP apontam para que em 2035, Pequim ponha também fim à liderança de Washington, como maior consumidor de petróleo. Em 2011, os EUA importaram 8.7 milhões de barris/dia (b/d), e a China importou 5.5 milhões b/d. Apesar das importações de petróleo norte-americanas serem superiores às chinesas, segundo a AIE, o petróleo continuará a ser o combustível mais procurado pelos países emergentes como a China e a Índia. Neste sentido, os EUA e a China partilham uma preocupação fundamental: a de obter grandes quantidades de energia, sobretudo petróleo, para satisfazer as suas necessidades de consumo internas, e nesse concurso pelos recursos disponíveis, a China posiciona-se no topo da procura.

O petróleo é um recurso natural muito valorizado. Presentemente, ainda não é possível determinar se existem reservas suficientes no mundo para a procura das principais economias mundiais a médio e longo prazo. Em 2010, as reservas mundiais provadas de petróleo estavam na ordem dos 1383.2 mil milhões de toneladas. Estima-se que seriam suficientes para 40 anos ao ritmo do consumo actual, porém, com a procura a aumentar cada vez mais, sobretudo por parte das economias emergentes, questiona-se que a sustentabilidade por 40 anos não esteja totalmente assegurada, e teme-se que o desajuste entre os níveis da procura e da oferta mundial de petróleo continue a crescer significativamente. Como refere o investigador Christopher Houlihan, com a procura de recursos energéticos a tornar-se cada vez maior, a disponibilidade e o fornecimento

seguro de petróleo converteu-se numa das mais importantes preocupações económicas e de segurança dos Estados na actualidade, nomeadamente para os EUA e para a China⁴.

O continente africano apresenta-se como uma região promissora e atractiva em termos de recursos energéticos para os principais países consumidores. Na tabela das reservas mundiais de petróleo comprovadas por regiões, África encontra-se em terceiro lugar⁵, sendo somente superada pela América Latina e pela América Central, que com as suas reservas conjuntas, a estimativa de duração ultrapassaria os 80 anos ao ritmo do consumo actual. Desde a década de 90, que as reservas provadas do continente africano tem vindo a aumentar substancialmente. Em 1990, África possuía 5.9% do total das reservas mundiais, uma década depois, subiu para 8,5%, e em 2010 para 9,5%. Em vinte anos, as reservas comprovadas cresceram 3,6%⁶, o que significa que é uma região prometedora para investimentos no sector petrolífero, não só, pela descoberta crescente de novas jazidas, o que merece constatação porque grande parte do continente ainda não foi devidamente explorado, como também, pela localização geográfica que beneficia neste caso, os EUA por ser uma zona mais próxima do que o Médio Oriente e o transporte de petróleo ser assim menos dispendioso. Uma outra vantagem refere-se à composição do petróleo africano que tende a ser de alta qualidade e de baixo teor de enxofre, que se adequa aos rigorosos requisitos de refinação, quer das refinarias situadas em território norte-americano, quer das presentes em território chinês⁷. É neste cenário que desenvolvemos o estudo de três países da África Subsariana - Angola, Sudão (Norte e Sul) e Nigéria - países com enorme relevância, quer para os EUA quer para a China em termos de fornecimento de petróleo.

Os interesses energéticos de Washington e de Pequim na África Subsariana materializam-se, não só, pela presença de companhias petrolíferas internacionais (IOCs) de origem norte-americana, como a *ExxonMobil*, a *Chevron*, a *Marathon Oil Corporation*, entre outras, e por companhias petrolíferas nacionais (NOCs) de origem chinesa como a *Sinopec Group*, a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e a

⁴ HOULIHAN, Christopher - *China's Oil Policy: Petro-Diplomacy and Foreign Direct Investment*. [Consultado em 25 de Janeiro de 2012]. Disponível em: www.elizabethburleson.com/ChinaChris.doc pp. 1.

⁵ As comparações abrangem as regiões de América do Norte, América Central e América do Norte, Europa e Eurásia, Médio Oriente e Ásia-Pacífico.

⁶ Anexo nº 1, pp.153.

⁷ National Energy Policy - *Reliable, Affordable, and Environmentally Sound Energy for America's Future*. [Consultado em 20 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.wtrg.com/EnergyReport/National-Energy-Policy.pdf> pp. 8-11.

China *National Offshore Oil Corporation* (CNOOC), como também, pela criação de programas de cooperação económica, de ajuda ao desenvolvimento, de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), e de transferência de bens e serviços, entre muitos outros. Em África, os EUA diferenciam-se da China numa importante vertente, a militar. Com a criação do comando AFRICOM em 2007, este país adquiriu uma importância no continente africano que nenhum outro consegue igualar presentemente, não sendo de prever uma mudança significativa num futuro próximo. Já a China apresenta-se focada na vertente da petro-diplomacia, no desenvolvimento de relações bilaterais directas ao mais alto nível, e de uma série de políticas direccionadas às necessidades dos países africanos, sustentadas por um importante pacote de ajuda externa, nomeadamente, empréstimos com taxas de juro muito baixas para o financiamento e construção de infra-estruturas, em troca de contratos de fornecimento de petróleo a médio e a longo prazo.

Uma parte da literatura dedicada ao tema da energia considera que os EUA estão preocupados com a crescente influência da RPC no acesso aos recursos energéticos africanos. Alguns membros do Congresso e do Departamento de Defesa dos EUA sustentam esta preocupação. Receiam, em primeiro lugar, que a China supere os EUA nas importações de petróleo, limitando deste modo a quantidade de petróleo que segue para o mercado internacional, provocando um aumento do preço do barril de *brent*, com graves consequências para a segurança energética dos EUA⁸. Em segundo lugar, a apreensão passa também pela presença consolidada de Pequim em alguns países africanos, como Angola e Nigéria, que poderá vir a prejudicar os progressos efectuados pelos EUA, em termos do fortalecimento da democracia e de uma governação responsável e transparente.

Desde finais do século XX e inícios do século XXI, Pequim tem tentado aceder aos recursos energéticos dos principais produtores mundiais de petróleo, através de “um pacote de ajudas diferenciadas”. Em Angola desde 2002, que os empréstimos praticados pelo *China EximBank* demonstraram ser muito mais atraentes do que os empréstimos efectuados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BM), ou por outras entidades. Esses empréstimos aplicados no desenvolvimento da construção de infra-estruturas de um país que tinha terminado uma guerra-civil, foram revertidos

⁸ PASCUAL, Carlos - *The State Department's New Bureau of Energy Resources: Shaping America's Global Energy Policy*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://fpc.state.gov/177598.htm>

em fornecimento em petróleo, um modelo conhecido por *Angola Model*. No Sudão, apesar do actual mandato de captura do Presidente do país, Omar Al-Bashir pelo TPI, por força do genocídio da região de Darfur, dos embargos económicos e das sanções que lhe foram impostas pelo ocidente e das críticas da Comunidade Internacional, as companhias petrolíferas chinesas continuaram a investir no sector petrolífero, e a China continuou a importar petróleo e a manter uma relação de amizade com este país. Na Nigéria, e durante a presidência de Olusegun Obasanjo (1999-2007) foi nítida a preferência pelo desenvolvimento da relação com a China em termos económicos, em detrimento dos interesses ocidentais, e tal como em Angola, a China aplicou o modelo, *Oil for infrastructure projects*, expandindo a sua presença no sector energético do país.

A presente investigação centrar-se-á, principalmente, na análise da RPC e por esse facto, ao longo deste trabalho, o estudo dedicado a este país será mais extenso do que a análise relativa aos EUA. No que concerne à área geográfica estudada, o enfase será dado ao palco energético subsariano, onde iremos destacar três países como *case studies*: em Angola pela enorme relevância no palco energético africano e subsariano, tanto para Pequim como para Washington; no Sudão pelo facto de ter sido dividido em 2011, em dois países (Norte e Sul), e pela relação problemática que tem com os EUA, principalmente desde o período da Presidência de Bill Clinton, em contraposição à excelente relação que mantém com a China; e por último, a Nigéria, um país com uma história peculiar no que respeita aos interesses dos detentores de poder, que variam conforme as vantagens que obtêm com manter uma relação de proximidade com os EUA ou com a China. Neste âmbito, iremos procurar analisar como é que as relações de Pequim e de Washington com os países escolhidos como *case studies* têm vindo a evoluir. Que estratégias e instrumentos políticos têm sido utilizados pelos dois principais países consumidores de petróleo para aumentar a sua influência, e adquirir uma maior participação nos recursos energéticos de Angola, do Sudão (Norte e Sul) e da Nigéria. De que forma a estratégia de Washington e de Pequim no palco energético subsariano se diferencia ou assemelha. Dentro da presente investigação, procurar-se-á, também, abordar e analisar as várias concepções do ponto de vista dos Estados Africanos, na relação que mantêm com os maiores consumidores mundiais. Trata-se de uma matéria que envolve múltiplas abordagens de carácter positivo e negativo, conforme o parecer dos detentores de poder ou dos habitantes locais, podendo ou não afectar a presença de interesses norte-americanos e chineses.

CAPÍTULO I

Importância do Tema e Enquadramento

Na história da Humanidade, com a descoberta e o domínio do fogo, o primeiro recurso natural a ser utilizado foi a lenha, que através da sua combustão criou uma nova forma de obter energia. Todavia, desde a descoberta das energias fósseis, como o carvão vegetal e o petróleo, estes dois recursos passaram a dominar a matriz energética da maioria dos países.

A rápida industrialização e a crescente dependência por fontes de energia, principalmente nas duas últimas décadas, conduziu Pequim a uma estratégia de investimentos em novos mercados energéticos internacionais, que lhe pudessem fornecer uma das matérias-primas essenciais para a sua procura interna: o petróleo. A título de exemplo, o aumento do consumo de energia da China, entre 2000 e 2008, foi quatro vezes superior ao registado na década anterior, sendo que, em 2010 a RPC ultrapassou os EUA como o maior consumidor de energia mundial. De facto, a RPC é um país que tem conhecido um crescimento económico impetuoso, com uma rápida modernização económica, e uma forte projecção internacional de poder.

O Continente Africano, pós período de descolonização e, sobretudo nas últimas décadas, tem sido alvo de especial atenção pelas principais economias mundiais, em parte devido às suas importantes reservas de hidrocarbonetos. A necessidade de fornecimento de matérias-primas essenciais para o desenvolvimento económico dos seus países, sustentado por um crescimento caracterizado pelo uso crescente de energia, tem conduzido à ampliação e à criação de relações energéticas e económicas, com alguns dos maiores países produtores de petróleo na África Subsariana.

Com o incremento da competição internacional por hidrocarbonetos, e a crescente insegurança e volatilidade na região do Médio Oriente, visível em alguns países produtores e exportadores de petróleo, impeliram Washington e a RPC a procurar outras geografias exportadoras de petróleo, incluindo a região da África Subsariana. Esta região, que é considerada uma das maiores e mais promissoras regiões de produção petrolífera no mundo, engloba países produtores de extrema importância, como Angola, Nigéria, Sudão (Norte e Sul), Nigéria, Gana, Chade, entre outros, percebidos como

essenciais para o crescimento económico e para a manutenção da política de aprovisionamento energético actual e futuro de Pequim e de Washington.

A fim de obter acesso às reservas de hidrocarbonetos, as companhias petrolíferas internacionais norte-americanas, e as companhias petrolíferas nacionais chinesas, têm vindo a criar parcerias na prospecção, na exploração e na produção de petróleo em consórcios petrolíferos, entre elas e/ou com as NOCs dos países em questão, investindo também no sector energético desses mesmos países. IOCs norte-americanas, como a *ExxonMobil*, a *Chevron-Texaco*, a *ConocoPhillips*, a *Marathon Oil Corporation*, e a *Anadarko Petroleum Corporation*, e as NOCs chinesas, como a *Sinopec Group*, a *China National Petroleum Corporation* e a *China National Offshore Oil Corporation*, cada vez mais ampliam, intensificam e disputam a sua presença no continente africano, apoiadas diplomaticamente pelos governos dos seus países. Acordos e parcerias comerciais, empréstimos, investimentos, *joint-ventures*, e aquisições de campos petrolíferos, fazem parte do universo africano de extracção e de exploração de petróleo. Como refere Rui Moreira de Carvalho, «na redefinição das influências em África no início do século XXI, estamos a assistir a uma redescoberta selectiva do continente, em que a componente económica passou a ser determinante, destacando-se, desde logo, a forte presença dos EUA e da China»⁹.

Teorias das RI e o seu contributo para a investigação

Desde que o sistema europeu de Estados se formou, a partir da Paz de Vestefália (1648), muitos estadistas e intelectuais, como Kant e Rousseau, entre outros, passaram a dedicar-se à reflexão sobre os fenómenos da paz e da guerra entre os Estados. Dentro da presente investigação é possível observar como o contributo das teorias para o estudo das Relações Internacionais (RI) de teóricos mais contemporâneos como Spykman, Morgenthau, Henry Kissinger e Waltz explicam a conduta de muitos Estados, nas acções que empreendem no intuito da preservação do seu poder, ou de garantir o acesso e o controlo dos recursos naturais.

⁹ CARVALHO, Rui Moreira - *Compreender mais África: Fundamentos para competir no mundo*. Maia: Temas e Debates, 2010, pp. 292.

No plano intelectual, a Escola Realista estava representada por teóricos de origem europeia, que emigraram para os EUA levando consigo a herança teórica da razão de Estado. Entre eles, Spykman, Wolfers, Herz, Hoffmann e Henry Kissinger. O teórico considerado o mais influente dentro da escola realista foi Hans Morgenthau. Deixou a Alemanha para ir viver nos EUA, onde escreveu a sua principal obra, *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, na qual apresenta seis princípios a partir dos quais se torna possível chegar ao conhecimento das RI¹⁰. Morgenthau explicou a conduta dos Estados-Nação através do interesse nacional, que definiu definido em termos de poder como sendo um objectivo que os governos devem tentar prosseguir, sempre que possível. Propôs que a diplomacia deixasse de ser uma espécie de cruzada pelos valores, pois os objectivos da política externa têm sempre que defender, apenas, o interesse nacional, devendo ser servidos por um poder adequado, mormente as forças armadas¹¹. Na realidade, os realistas acreditam que o direito e a ordem internacional decorrem directamente da correlação de forças entre aqueles que detêm o poder, com o Estado como actor central, bem como na luta pelo poder. Como destaca José Adelino Maltez, «para os realistas, a soberania é a marca do Estado e não está limitada nem pela moral nem pelo direito, sendo apenas susceptível de autolimitação»¹². Pós Segunda Guerra-Mundial e as mudanças ocorridas na estrutura do sistema internacional com o início da Guerra-Fria, confirmou-se a validade desta teoria. A formação dos dois blocos de poder antagónicos, e a rivalidade entre as duas grandes potências, hegemónicas nos seus respectivos blocos, ameaçando iniciar uma guerra atómica, não deixaram margem para dúvidas quanto a que as possibilidades de se alcançar a paz mundial, tal como pensavam os idealistas, não passavam de uma mera ilusão.

Nos anos 70, o realismo sofreu várias críticas, principalmente quanto ao facto de não dar importância suficiente à economia, de não aceitar a interação entre o espaço doméstico e o espaço internacional, e por não aceitar outros actores para além do Estado, nas relações internacionais. Kenneth Waltz veio responder a essas críticas, criando o neo-realismo, com o qual retoma o pensamento estrutural e adapta-o ao contexto das relações internacionais. Para Kenneth Waltz, na política internacional o actor mais importante é o Estado. Defende que a sua teoria é aplicável a assuntos da

¹⁰ CRAVINHO, João Gomes - *Visões do Mundo*. 2ª Edição. Lisboa: ICS, 2006, pp. 131.

¹¹ MOREIRA, Adriano - *Teoria das Relações Internacionais*, 5.ª Edição. Coimbra: Edições Almedina, 2005, pp. 38.

¹² MALTEZ, José Adelino - *Curso de Relações Internacionais*. Lisboa: Principia, 2002, pp. 197.

economia internacional, mostrando-se que é ainda o interesse nacional que prevalece, pois o Estado é o actor central nas RI.¹³

Teóricos do pensamento geopolítico clássico anglo-saxónico, como Mahan, Mackinder, Haushofer e Spykman, entre outros, destacaram a importância da geopolítica no campo das relações internacionais, uma luta internacional contínua pela influência e pelo controlo dos espaços geográficos e geopolíticos. Refere Roland Dannreuther que a grande parte da literatura sobre política internacional energética adopta implicitamente uma teoria realista e geopolítica. Os principais argumentos utilizados incluem o acesso e o controlo dos recursos naturais, no qual as matérias-primas fornecedoras de energia são o ponto mais crítico, ingrediente chave do poder e do interesse nacional. A competição entre Estados é cada vez mais activa pelo acesso e controlo desses recursos, que são escassos e instáveis, existindo a probabilidade de surgirem conflitos e até guerras por causa do controlo dos mesmos¹⁴.

Michael Klare, especialista em assuntos de segurança e relações energéticas entre Estados, exemplifica bem o que tinha sido apresentado anteriormente por Dannreuther, expondo argumentos na sua análise baseados na teoria realista. Klare defende que a ascensão de novas potências económicas pós Guerra-Fria, no âmbito das relações internacionais, está cada vez mais focada em ganhar ou manter o acesso e o controlo dos recursos naturais, principalmente do petróleo. Argumenta também que um conflito internacional sobre o acesso ao petróleo e outros recursos está cada vez mais perto de ser atingido¹⁵.

A China, como grande potência emergente, passou a ser um actor que incomoda muitos países, quer seja pelo seu poderio económico, quer pela relevância do seu poder em outras áreas, como a política e a diplomática. Para muitos investigadores, aos presentes propósitos da China, predominantemente económicos, seguir-se-ão os do âmbito de segurança. E para que o seu crescente desenvolvimento económico continue, a dependência energética também crescerá, o que terá implicações no palco político que a sujeitem a ter que a fazer abandonar a presente retórica de não interferência nos assuntos internos dos Estados. Não se conseguindo evitar uma competição de soma zero

¹³ DANNREUTHER, Roland - *International Relations Theories: Energy, Minerals and Conflict*. [Consultado em 16 de Agosto de 2011]. Disponível em: http://www.polinares.eu/docs/dl-1/polinares_wp1_ir_theories.pdf pp. 2.

¹⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 2-3.

¹⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 3.

no palco energético subsariano pelos recursos naturais, o que poderá levar a um conflito entre os dois maiores países consumidores, os EUA e a RPC, como projectam Sam Raphael e Doug Stokes da Chatham House¹⁶.

Dentro da anterior exposição das diferentes teorias das RI, escolhemos duas teorias, o realismo e a geopolítica para ajudar a explicar a conduta dos EUA e da China no mercado energético subsariano, selecção que fizemos devido ao facto de estas teorias ajudarem a compreender muitas das acções realizadas dos dois grandes consumidores mundiais. Estas teorias foram na sua maior parte aplicadas em questões de segurança do tradicional Estado-Nação, porém com o desenvolvimento gradual dos termos relativos à questão dos estudos de segurança, foram-se adaptando a novas questões como a dos recursos energéticos, e por esse facto o seu contributo é essencial, para a compreensão dos instrumentos políticos, diplomáticos e económicos aplicados pelos EUA e pela China, no quadro energético subsariano.

Objectivos e Objecto do Estudo

A presente investigação ocorre no âmbito do mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O objectivo central desta tese é analisar os interesses energéticos e as implicações políticas, com particular incidência na matéria-prima, o petróleo, por parte dos dois maiores consumidores de energia a nível mundial, os EUA e a RPC. Aliado a este objectivo central, iremos procurar também analisar as políticas aplicadas pelos EUA e pela China no palco energético subsariano de Angola, do Sudão (Norte e Sul) e da Nigéria. O objecto da investigação em termos metodológicos assentará na análise de três *case studies* nomeadamente, Angola, Sudão (Sul e Norte) e Nigéria. No que concerne à delimitação temporal neste estudo, no caso específico da República Popular da China e dos Estados Unidos da América, o foco central da análise centra-se no período que se inicia na década de 90, pós Guerra-Fria, e que vai até ao primeiro semestre de 2012, podendo existir alguma informação anterior àquela data que servirá para contextualizar o estudo em causa. Em relação à delimitação geográfica, a região

¹⁶ RAPHAEL Sam, STOKES Doug - *Globalizing West African oil: US 'energy security' and the global economy*. [Consultado em 29 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/87_4stokesraphael.pdf pp. 913.

estudada será a África Subsariana, sendo que neste caso, a baliza temporal abrangida é relativamente superior e incidirá desde período da descolonização, porque é essencial demonstrar o evoluir da indústria petrolífera dos países subsarianos, já que foi com essa evolução que a sua economia cresceu e o seu papel no palco do mercado internacional de recursos naturais energéticos progrediu de forma significativa.

Formulação do Problema

Na formulação do objectivo e do objecto de investigação tiveram-se em consideração as seguintes premissas:

A vertente histórica: no século XX, desde a década de 90, diplomatas e empresários do sector estatal da China procuram criar relações comerciais com base na importação de recursos naturais das mais variadas geografias mundiais, incluindo, naturalmente, dos países petrolíferos da África Subsariana. Os incentivos económicos, a não interferência nos assuntos internos dos Estados africanos, a promoção da coexistência pacífica consolidada no respeito mútuo da integridade territorial, da não-agressão mútua, a diplomacia económica e o *soft power*¹⁷ exercido, apresentam um desafio complexo para a política norte-americana, e para as instituições mundiais, como o BM ou mesmo o FMI na região, com consequências potencialmente negativas na relação EUA-China¹⁸.

A concepção realista do Presidente da Academia do Centro de Estudos Estratégicos de África, Assis Malaquias, expressa que o início do século XXI coincidiu, com uma distinta aproximação ao continente africano por parte da China. De uma anterior fase, baseada em interesses de cariz ideológico-político, para uma postura de criação de benefícios económicos, com uma posição estratégica no sector energético africano, transformando o continente numa área potencialmente crítica no campo da competição sino-americana.

¹⁷ Joseph S. Nye, Jr. refere que «o *soft power* é a capacidade de afectar os outros através de meios de cooptação de enquadramento de objectivos, persuasão e a atracção positiva com o intuito de obter os resultados desejados». In Nye, Joseph S. Jr. - *O Futuro do Poder*. Maia: Temas e Debates, 2012, p. 39.

¹⁸ MALAQUIAS, Assis - *Thirsty Powers: the United States, China, and African Energy Resources*. [Consultado em 5 de Setembro de 2011] Disponível em: www.africacenter.org pp. 194-199.

Na pressão pela procura de novos mercados energéticos, a China é por vezes acusada de adoptar medidas pouco ortodoxas, incluindo medidas políticas, diplomáticas, sociais ou financeiras, como garantia de obtenção de maiores quotas na oferta petrolífera¹⁹. O caso do Sudão é um exemplo demonstrativo da não interferência nos assuntos internos dos Estados africanos, como referem os autores Jianhai e Zweig, «a política externa chinesa guiada pela procura de recursos naturais não dá espaço para moralidade»²⁰. Apesar de todos os problemas existentes, a RPC continua a manter relações diplomáticas e económicas relevantes com este país, através das companhias petrolíferas estatais chinesas que continuam a explorar o palco petrolífero sudanês numa estratégia de médio e longo prazo, ao contrário, das companhias estrangeiras ocidentais são desaconselhadas ou mesmo interditas, no caso de serem de origem norte-americana, de ter qualquer tipo de relações comerciais com o Sudão, devido a embargos ou pelo clima de instabilidade e de insegurança vivido no país.

É essa também a análise que fazem Michael Klare e Daniel Volman ao defenderem que «a China cada vez mais está a desempenhar um papel de grande influência no continente africano, existindo a preocupação por parte dos EUA, de que os chineses pretendem ajudar, e até encorajar os ditadores africanos, no intuito de ganhar o monopólio dos recursos naturais africanos, desfazendo muitos dos progressos democráticos que têm sido alcançados nos últimos 15 anos»²¹.

Opinião no mesmo sentido parece ter o investigador Hong Zhao, num artigo apresentado na Conferência Internacional dedicada ao tema: *China in the World, and the World in China*, em Agosto de 2007, na Universidade da Malásia, onde menciona que «a diplomacia do petróleo entre as duas grandes potências, os EUA e a China, se não for bem executada por ambos os Governos poderá vir a gerar alguns atritos bilaterais. Esta crescente dependência da China em relação às matérias-primas importadas, especialmente de petróleo e de gás natural, apresenta Pequim como um “rival” no crescimento e na influência de Washington em África»²².

¹⁹ PAVIA, José Francisco - *A Política Externa de Angola no novo Contexto Internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011, pp. 10.

²⁰ JIANHAI, BI; ZWEIG, David - «China's global hunt for energy». In *Foreign Affairs*. New York. Volume 84, Número 5, 2005, pp. 25-38.

²¹ KLARE, Michael; VOLMAN, Daniel - «America, China & the Scramble for Africa's Oil». In *China-U.S. Oil Rivalry in Africa*. Dinamarca. Asia Research Centre, CBS, Copenhagen Discussion Papers. Número 24, 2007, pp. 24.

²² ZHAO, Hong - *China-U.S. Oil Rivalry in Africa*. [Consultado em 1 de Setembro de 2011] Disponível em: www.relooney.info/SI_Oil-Politics/China-Energy-Oil-Africa_1.pdf pp. 23-24.

E ainda a visão de Mike Hodel quando menciona que a África encontra-se como um continente ainda acessível para investimentos de prospecção e de extracção, e até mesmo como uma região em que a concorrência e a competição com outras companhias internacionais, nomeadamente companhias petrolíferas norte-americanas pela primazia ainda é possível²³.

Assim, neste quadro, em conformidade com o que foi exposto pelos vários especialistas dedicados à análise desta matéria, este estudo propõe-se identificar os principais instrumentos e as medidas utilizadas pela China e pelos EUA para o a sua segurança energética²⁴, sejam eles, a médio ou a longo prazo no palco energético dos três *cases studies*.

Estrutura da Dissertação

A presente dissertação está dividida em três capítulos. Iniciar-se-á, primeiramente por uma introdução ao tema. Sendo que, no primeiro capítulo, apresentaremos a importância do tema e o seu enquadramento, as teorias das Relações Internacionais e o seu contributo para a investigação, os objectivos e o objecto do estudo, a formulação do problema, a estrutura da Dissertação e por fim a metodologia.

No segundo capítulo, numa primeira parte, será efectuado um enquadramento da política energética interna da RPC e dos EUA, incluindo uma pequena resenha histórica sobre a evolução do consumo energético dos dois países, com particular ênfase na RPC. E numa segunda parte, cuidamos de efectuar uma análise mais profunda sobre as estratégias energéticas da RPC, os métodos aplicados pelas suas companhias petrolíferas transnacionais, o papel da diplomacia energética, dos empréstimos praticados pelos bancos estatais, nomeadamente pelo *China EximBank*, da ajuda ao desenvolvimento e do Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Em relação aos EUA começa-se por uma breve explanação sobre o contexto interno energético do país e a

²³ HODEL, Mike - *The Scramble for Energy: China's Oil Investment in Africa*. [Consultado em 03 de Novembro]. Disponível em: <http://www-irps.ucsd.edu/assets/017/7168.pdf> p. 50-54

²⁴ Usamos a definição de Daniel Yergin que define como segurança energética como um fornecimento permanente, confiável e adequado de energia a preços razoáveis. In YERGIN, Daniel - *Insuring Energy Security*. [Consultado em 10 de Fevereiro]. Disponível em: http://www.un.org/ga/61/second/daniel_yergin_energysecurity.pdf pp.70-71.

influência das suas IOCs a nível internacional, seguido pelo evoluir da política externa para o continente Africano pós Guerra-fria. Seguidamente faz-se um enquadramento histórico e actual sobre a criação e o desenvolvimento do Comando AFRICOM no continente. Por último, terminar-se com uma análise sobre o jogo diplomático energético de Pequim em África e de como esta contingência poderá, de algum modo, prejudicar a relação de Washington com alguns Estados Africanos, em termos de fornecimento de petróleo.

No terceiro capítulo, fazemos primeiramente, uma pequena introdução ao mercado petrolífero africano, apresentando uma pequena resenha histórica da produção petrolífera dos três *case studies* em questão. Posteriormente analisamos as relações energéticas que estes países têm com a China e com os EUA. Reconhecemos também que, o caso do Sudão é uma matéria de estudo distinta dos casos de Angola e da Nigéria, no que diz respeito à relação com os EUA. Inicia-se essa parte do trabalho por uma breve contextualização do Sudão como um único país, passando seguidamente para um estudo das relações entre os dois países, depois da secessão do Sudão do Sul em 2011.

Procuraremos também demonstrar a importância que este recurso energético tem para os países subsarianos, ao nível do crescimento da sua economia, do seu desenvolvimento e da sua posição no mercado energético mundial. Por último, cuidamos de apresentar as conclusões que resultam da análise da identificação das variáveis, através do método de estudo que compõe o objecto de análise.

Metodologia

Em termos metodológicos, a estrutura do trabalho incidirá primeiramente sobre a evolução da dependência energética dos EUA e da China no contexto interno e externo. Numa segunda fase, demonstrar-se-á como foi executada a aproximação e a consolidação dos interesses norte-americanos e chineses, no palco energético africano, com particular incidência na região da África Subsariana. Na terceira fase, os três *case studies* procuram explicar em termos geográficos e temporais, a evolução dos interesses energéticos de Washington e de Pequim.

A fim de considerar todas as conjunturas inerentes a esta investigação, da forma mais adequada, equilibrada e com rigor científico, a pesquisa foi fundamentada principalmente em fontes primárias e secundárias, com uma pesquisa bibliográfica e documental, usando obras de referência ao tema em análise, os quais consistem em: livros e enciclopédias específicas sobre o tema em questão; artigos científicos de especialidade nas áreas investigadas; informação disponibilizada por organizações e instituições ponderadas como credíveis nomeadamente no continente africano, e mais especificamente na África Subsariana, em Angola, no Sudão, no Sudão do Sul e na Nigéria; documentos oficiais publicados pelos Governos dos países analisados, e das várias instituições mundiais, como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, o Fundo Monetário Internacional, a União Africana, entre outros; investigações, trabalhos, relatórios e pesquisas apresentadas em reuniões, congressos, seminários; entrevistas e publicações em jornais especializados, documentários, revistas de áreas científicas, dissertações de Mestrado e diversos trabalhos académicos que tenham relevância para o assunto em questão. Foram também considerados artigos de opinião, testemunhos escritos por pessoas que contactaram com a realidade dos países africanos em estudo, quando relevantes para o estudo em causa. Recorreu-se ainda a meios digitais de centros de investigação portugueses e estrangeiros de referência no âmbito das Relações Internacionais, como o Instituto Português de Relações Internacionais, *The Brooking Institution*, entre outros. Finalmente tiveram-se em conta notícias informativas disponibilizadas através *websites* informativos como a *BBC World*, *The Guardian*, *China Daily*, *Xinhuanet*, *The Economist*, *Foreign Policy*, e imprensa escrita, *Courier Internacional*, *Revista Rumo*, *Revista Africa 21*, entre outras.

CAPÍTULO II

OS GRANDES CONSUMIDORES

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

«Em tempos, Mau Tsé-tung disse que o poder estava no cano de uma arma, mas actualmente, muitas pessoas acreditam que o poder está nos barris de petróleo!»²⁵

Desde 1750, a forma que um Estado tem de prosperar no mercado económico internacional é através da industrialização, a qual, associada à revolução/ inovação tecnológica, originou automaticamente um novo conjunto de interesses nacionais. No que concerne à China, estes interesses nacionais incluem a necessidade de acesso às matérias-primas fornecedoras de energia, de encontrar mercados para o escoamento dos seus produtos manufacturados e alguns meios para lidar com a população que, cada vez mais consome energia²⁶. Como referem Wilensky, Januário e Diogo, «a China de hoje não é uma nação estacionária, nem tem falta de engenho ou músculo que a impeçam de fazer parte da história do mundo, como afirmou o filósofo alemão Friedrich Hegel. É antes de mais, uma enorme potência emergente que começa a fazer sentir cada vez mais a sua influência demográfica, económica, militar, geopolítica e geoestratégica no âmbito das relações internacionais. Não sendo despiciendo dizer que, ostenta o objectivo de poder vir a tornar-se, numa superpotência à escala planetária»²⁷.

No entanto apesar do desenvolvimento económico, a China enfrenta alguns desafios internos, nomeadamente, pobreza rural, grandes desigualdades sociais, problemas ambientais, e começará certamente a defrontar-se com um envelhecimento demográfico consequente da sua política de um filho único por casal, implementada no século XX²⁸. Confirma esta projecção, um artigo publicado no *The Economist*, de 27 de Junho de 2009, no qual é referido que «a China está a envelhecer a um ritmo muito

²⁵ NYE, Joseph S. Jr. - *O Futuro do poder*. Maia: Temas e Debates, 2012, pp. 84.

²⁶ LIEBMAN, Alex - *China's Energy Security in historical Perspective: Natural Resources and the Rise of the United States, Japan and China*. [Consultado em 10 de Junho de 2012]. Disponível em: http://citati.on.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/3/1/3/2/8/pages313280/p313280-1.php p. 2-3.

²⁷ WILENSKY, Alfredo Héctor; JANUÁRIO, Rui; DIOGO, Luís da Costa - *Geopolítica e Relações Internacionais*. Lisboa: Quid Juris, 2005, pp. 111-113.

²⁸ NYE, Joseph S. Jr. - «A Ascensão da China não significa guerra». In *Foreign Policy*. New York. Número 20, 2011.

preocupante. Em 2030, terá mais idosos dependentes do que crianças, e alguns demógrafos chineses receiam que o país fique velho antes de ficar rico»²⁹.

Apesar destes constrangimentos internos, e de os mesmos, poderem abalar o futuro económico da China, Pequim tem sabido criar uma posição relevante no palco das relações diplomáticas, económicas e políticas de âmbito internacional. Segundo Bonnie Glaser e Evan Medeiros, as origens intelectuais do conceito de “ascensão pacífica” (2003) estão enraizadas na evolução gradual da reforma da política externa da China, ao longo dos últimos 25 anos, iniciados em finais dos anos 70, em que os líderes chineses se tornaram mais atentos às percepções externas relativas ao seu comportamento a nível internacional. Na década de 90, através da diplomacia, Pequim procurou desconstruir a má imagem que o país tinha a nível internacional depois dos acontecimentos de Tiananmen em 1989, através de um processo de sensibilização baseado numa estratégia pacífica³⁰. A expressão “ascensão pacífica” foi usada pela primeira vez num discurso realizado na Universidade de Harvard, pelo Primeiro-ministro Wen Jiabao, por ocasião da visita que realizou aos Estados Unidos, em 10 de Dezembro de 2003. Wen Jiabao referiu que a China estava num processo de reforma, e era uma potência em ascensão dedicada à paz. Disse que o seu objectivo se baseava em desenvolver o seu mercado interno, através de um maior investimento na melhoria da qualidade de vida da população, na tecnologia e na ciência, para resolver os problemas dos recursos e do meio ambiente³¹. Ashley Tellis destaca que esta concepção se tornou parte integrante da política externa chinesa, ilustrando que o seu desenvolvimento também contribuiria para o crescimento económico da região envolvente³², visando também, segundo Henry Kissinger³³, «abrir mutuamente o caminho para o desenvolvimento mundial».

No entanto, o conceito de ascensão pacífica levantou algumas questões menos positivas e surgiram *Think Thanks* dedicados a explorar este tema, bem como, diversos

²⁹ BECK, Barbara - *A Slow-burning fuse: A Special Report on Ageing Populations*. [Consultado em 9 de Julho de 2012]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/13888045>

³⁰ GLASER, Bonnie; MEDEIROS, Evan - *The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of “Peaceful Rise”*. [Consultado em 27 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://tailieu.tapchithoidai.org/Demise_of_Peaceful_Rise.pdf pp. 292-293.

³¹ SUETTINGER, Robert L - *The Rise and Descent of “Peaceful Rise”*. [Consultado em 27 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://weblog.leidenuniv.nl/media/blogs/76061/kijkenaardepers/archives/zheng%20bijian.pdf> pp. 3.

³² TELLIS, Ashley J. - *Beijing seeks to reassure the world that it is a gentle giant*. [Consultado em 01 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2005/01/05/a_grand_chessboard

³³ KISSINGER, Henry - *Da China*. Lisboa: Quetzal Editores. 2012, pp. 536.

artigos em *websites* e revistas, sobre as várias interpretações do conceito/teoria. Chegou a ser mencionado, inclusivamente, que o conceito se referia à estratégia nacional de Pequim³⁴. Perante as críticas ao conceito de “ascensão pacífica”, em 2005 o mesmo foi substituído por “desenvolvimento pacífico”³⁵.

Em 2009, entre 15 e 18 de Setembro, na 4ª Sessão Plenária do 17º Comitê Central do Partido Comunista Chinês realizada em Pequim, foram propostos dois novos conceitos que se complementam visando o desenvolvimento da China. O primeiro conceito a ser proposto foi o de uma “sociedade harmoniosa”, com o objectivo de consolidar a China numa sociedade democrática de direito, justa, segura, ordenada, repleta de confiança e amizade, assim como de convivência harmoniosa entre o Ser Humano e a Natureza. O segundo conceito refere-se a um “mundo harmonioso” em que a actuação da China no palco das relações internacionais tem como objectivo a procura de um ambiente de segurança e de prosperidade comum, com a finalidade de criar um mundo aprazível³⁶. Esta conjuntura pode confirmar-se no *White Paper on China's Peaceful Development* de 2011³⁷, no qual é mencionado que a China fará esforços ininterruptos juntamente com os outros povos para que a humanidade possa vir a ter um futuro brilhante. Na opinião de Cavaleira, estes esforços ainda vão mais além do mencionado anteriormente; «a verdade é que a China estende a sua eficácia ao Ocidente e ao Leste, ao capitalismo avançado, e ao capitalismo em vias de desenvolvimento, às economias emergentes e às pobres, às democracias e às ditaduras, sem excepções. Abrange as culturas e as civilizações mais próximas, assim como alcança as mais

³⁴ SUETTINGER, Robert L. - *Ibidem*, pp. 4.

³⁵ Das várias hipóteses apresentadas para esta mudança, foram escolhidas duas de diferentes autores que se creem serem as mais credíveis. A primeira hipótese defendida pelos autores Glaser e Medeiros refere-se à questão de Taiwan num cenário hipotético, na qual a ideia de uma ascensão pacífica poderia vir a pressupor falsas expectativas de que a China não faria uso da força, face ao desejo de Taiwan se tornar independente da China. In GLASER, Bonnie; MEDEIROS, Evan - *The Changing Ecology of Foreign Policy Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of “Peaceful Rise”*. [Consultado em 27 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://tailieu.tapchithoidai.org/Demise_of_Peaceful_Rise.pdf p. 303. A segunda hipótese é defendida por Suettinger, quando menciona que existiria uma disputa pela liderança e pelo controlo da elaboração das políticas, entre Hu Jintao e Wen Jiabao e o Presidente da Comissão Central Militar, Jiang Zemin, ex-Presidente Chinês e os seus apoiantes. Hu e Wen procurariam acrescentar novos conceitos à política externa chinesa, no intuito de se distanciarem dos pareceres que tinham sido defendidos anteriormente pelo ex-Presidente da China. In SUETTINGER, Robert L - *Ibidem*, p. 7.

³⁶ Rádio Internacional da China - *Sociedade harmoniosa e mundo harmonioso*. [Consultado em 27 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://portuguese.cri.cn/101/2007/08/30/1@74422.htm>

³⁷ China's Peaceful Development - *What China's Peaceful Development Means to the Rest of the World*. [Consultado em 27 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-09/06/c_131102329_6.htm

longínquas»³⁸. Prova disso, são os Institutos Confúcio criados em algumas das mais importantes Universidades mundiais. No final de 2011, através do Gabinete do Conselho Internacional do Ensino Chinês, ou *Haban*, foram criados 347 Institutos Confúcio, abrangendo até ao momento 96 países³⁹. Estes institutos ensinam a história, a cultura, a língua chinesa, promovendo igualmente os intercâmbios culturais. Como refere Henry Kissinger, a criação destes Institutos tem como finalidade a difusão do *soft power* da China na cena mundial⁴⁰.

A China é, actualmente, a potência económica mais relevante na região asiática, e a nível mundial a sua influência tem vindo a consolidar-se desde que se tornou membro da Organização Mundial do Comércio, em 2001. Apoiada num crescimento económico robusto, com uma grande influência política na cena internacional e pelo poder político que detém no Conselho de Segurança da ONU (CS), onde é membro permanente, a RPC é um dos casos mais expressivos de sucesso, se assim se poderá dizer, no palco das relações internacionais. Corrobora esta visão Fernand Braudel, quando refere que «a China quer-se uma grande potência e uma grande civilização, sempre acreditou na sua superioridade sobre o resto do Universo, no primado da sua civilização fora da qual não havia, a seus olhos, mais que barbárie»⁴¹. Todavia, todo este sucesso não é recente. Em 1975, na IV Assembleia Nacional do Povo discutiram-se as quatro principais áreas de modernização da RPC: a agricultura; a indústria; a ciência; a tecnologia e a defesa. Esta assembleia foi realmente importante na criação de uma estratégia ambiciosa que colocou como objectivo elevar a China, até finais do século XX, ao topo do sistema económico mundial⁴². Poucos anos mais tarde, em 1978, durante uma reunião informal antes da terceira Reunião Plenária do Décimo Primeiro Comité Central do Partido Comunista Chinês, Deng Xiaoping, Secretário-geral do Comité Central⁴³, fez um discurso que veio a revelar-se o mais importante da história moderna da China. Pediu que o regime se centrasse no desenvolvimento económico, incentivando a criação de uma economia de mercado, e deixasse que fossem os factos e

³⁸ CAVALERA, Fabio - *República Popular da China: As Grandes Mudanças e os Grandes Dirigentes desde Mao até ao Século XXI*. Lisboa: Editorial Presença, 2010, pp. 110.

³⁹ CUNHA, Luís - *Ibidem*, pp. 121.

⁴⁰ KISSINGER, Henry - *Ibidem*, pp. 525.

⁴¹ BRAUDEL, Fernand - *Gramática das Civilizações*. Lisboa: Teorema, 1989, pp. 209.

⁴² CAVALERA, Fabio - *Ibidem*, pp. 53.

⁴³ «Deng Xiaoping nunca foi nomeado Presidente da RPC, ou Presidente do Partido Comunista Chinês (PCC), ou mesmo Primeiro-Ministro. Exerceu apenas os cargos de Secretário-Geral do Comité Central, Presidente da Comissão Militar Central, e Vice-Primeiro Ministro do Conselho de Estado. Mesmo assim, não há dúvidas de que assumiu o controlo das principais decisões em matéria de política externa.» In CUNHA, Luís - *Ibidem*, pp. 52-53.

não a ideologia a guiar os seus passos⁴⁴. Para Cunha Luís, o ano de 1978 marca «o início de uma viagem histórica na política interna e externa da China. A estabilidade e a paz internacionais passaram a constituir as prioridades da política externa da China, criando condições para o desenvolvimento e consolidação da economia chinesa»⁴⁵. A partir desse momento, a China fez precisamente isso. «Libertou as forças produtivas internas e convidou as forças capitalistas estrangeiras a investirem na modernização da nação»⁴⁶. Pequim estendeu convites, em particular a empresas norte-americanas para se instalarem no país, através de *joint-ventures*, ou em sociedades conjuntas com empresas chinesas proporcionando-lhes benefícios fiscais e sociais. Estas associações trouxeram enormes benefícios em termos de aprendizagem de inovação tecnológica, como de serviços financeiros para a China da altura. As empresas norte-americanas também obtiveram grandes benefícios, ao depararem-se com uma indústria com mão-de-obra bastante barata, com custos de produção muito reduzidos, o que lhes permitiria reexportarem para os seus países a preços reduzidos⁴⁷.

E a partir deste momento, a China deparou-se com uma transferência de empresas de origem norte-americana e europeia para o seu país. «Foram criados 53 centros de tecnologia pelo Programa Torch, em 1988, para remodelar o sistema de inovação do país. Mais de 60% das 800 universidades chinesas situavam-se no interior ou nos arredores desses centros, incorporando técnicos de alta especialização e funcionando como incubadores de empresas. Um dos resultados foi a criação da empresa Legend, agora transformada em Lenovo⁴⁸, que surgiu graças à interacção de pesquisa universitária com capital de risco estatal»⁴⁹. A estratégia de Deng Xiaoping contribuiu, igualmente, para uma melhoria significativa no nível de vida da população, já que, as suas reformas ajudaram a retirar da extrema pobreza cerca de 170 milhões de camponeses na década de 90. No entanto, a China permanecia, ainda, afastada de disposições multilaterais e tinha objectivos um pouco distintos daqueles definidos nos países vizinhos, tendo demorado algum tempo para a atitude de Pequim mudar. De todo

⁴⁴ ZAKARIA, Fareed - *O Mundo Pós-Americano*. Lisboa: Gradiva, 2008, pp. 90-91.

⁴⁵ CUNHA, Luís - *Ibidem*, pp. 35.

⁴⁶ *Idem*, *Ibidem*, pp. 47.

⁴⁷ LENGLET, François - *A Guerra dos Impérios: a China contra os Estados Unidos da América*. Lisboa: Editora Bertrand, 2011, pp. 150-151.

⁴⁸ Legend Holdings mudou de *brand* em 2004 para Lenovo. Actualmente é a segunda maior companhia mundial fornecedora de computadores. Emprega mais de 26.000 trabalhadores em mais de 60 países e abrange consumidores de 160 países. In Lenovo. [Consultado em 10 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.lenovo.com/lenovo/us/en/our_company.html

⁴⁹ DUPAS, Gilberto - *O Factor China*. [Consultado em 18 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=475>

o modo, perante a expectativa de entrar no mercado internacional através da Organização Mundial do Comércio, a sua postura alterou-se. Qual a razão para a China querer aderir à OMC? A resposta poderá estar na observação da autora Wei Dan quando menciona «sendo uma economia de transição, a China tem que depender da OMC para facilitar interações com outros países, com o fim de estabelecer uma economia de mercado eficaz»⁵⁰. Em 11 de Dezembro de 2001, depois de uns quinze anos de negociações efectuadas pelo Presidente, Jiang Zemin, a China foi aceite na OMC, tornando-se no 143º membro, garantindo-lhe a exportação sem impedimentos, dos seus produtos para a Europa e para o grande mercado dos Estados Unidos. Uma das transformações logo notada depois da entrada na OMC, foi ter começado a aderir a uma série de organizações regionais⁵¹, a integrar activamente os principais fóruns mundiais e de ter contribuído com o envio de mais de três mil soldados para as operações de manutenção da paz da ONU⁵². A adesão à OMC teve um grande impacto a nível interno, mas também, a nível mundial. Para se ter uma ideia da transformação, em 1978, a China era uma economia fechada. «Em 2000 a China reencontra o nível de riqueza relativo mais elevado que alguma vez experimentou. Em 1979, as vendas ao estrangeiro significavam somente 5% do PIB, no final da década de 2000, representavam cerca de 40% da riqueza produzida no país»⁵³. Em 2010, a China ultrapassou o Japão, tornando-se na segunda maior economia mundial. A produção industrial era inteiramente controlada pelo Estado. Hoje em dia, o peso dos privados, incluindo as empresas privadas, está próximo dos 50%. «Em 2001 a balança comercial chinesa registava \$509 mil milhões e em 2010 esse valor ascendia a \$3 triliões»⁵⁴. Como menciona o autor François Lenglet «o crescimento da China é sem dúvida o fenómeno geopolítico mais importante deste século, com uma taxa de crescimento surpreendente de quase 10% ao ano, desde o início das reformas efectuadas por Deng Xiaoping em 1978»⁵⁵.

⁵⁰ DAN, Wei - *A China e a Organização Mundial de Comércio*. Lisboa: Almedina, 2001, pp. 103.

⁵¹ Participação nas organizações regionais como parceiro de diálogo (ASEAN), e fóruns de diálogo inter-regionais, na Organização de Cooperação de Xangai (SCO), que inclui, hoje, o Cazaquistão, a Quirguízia, a Rússia, o Tajiquistão e o Uzbequistão, e a China. Além das Organizações ao nível regional, este país integra também a Cooperação Económica Ásia Pacífico (APEC), e do Conselho de Cooperação Económica do Pacífico (PECC). In TOME, Luís - *Geopolítica da Ásia e da China*. [Consultado a 13 de Maio de 2011]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2006/2006_1_1_16.html

⁵² NYE, Joseph S. Jr. - *Ibidem*, pp. 111.

⁵³ LENGLET, François - *Ibidem*, pp. 75-76.

⁵⁴ CUNHA, Luís - *Ibidem*, pp. 244.

⁵⁵ JINGTIAN, Li; MATHEUS, Jessica Tuchman - *China's Development Direction After Three Decades of Reform*. [Consultado em 10 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.carnegieendowment.org/2009/04/13/china-s-development-direction-after-three-decades-of-reform/9ma>

Estes são alguns exemplos demonstrativos da evolução da China somente em trinta e dois anos. O seu desenvolvimento económico ao longo destes anos pode ser explicado em grande parte pelas reformas aplicadas antes da entrada na OMC, pela abertura voluntária das fronteiras, pelo decréscimo das barreiras alfandegárias, pelo sistema fiscal adaptado em apoio às exportações, o qual possibilitou a intensificação da concorrência no interior da China e por uma competitividade acrescida nos mercados internacionais. Mas também, não nos podemos esquecer da diáspora chinesa fortemente implantada pelo mundo. Em 2007, cerca de 100 milhões de chineses estavam repartidos pelas várias geografias mundiais⁵⁶. Entre 1978 e 2008, 1,4 milhões de alunos chineses estudaram no estrangeiro. Em 2009, inscreveram-se em universidades chinesas 220.000 alunos estrangeiros, e a previsão é a de que este número suba para 500.000 em 2020.⁵⁷

É caso para concordar com a afirmação de Jeffrey Sachs, quando diz que «a China é o caso de desenvolvimento com mais sucesso na história do Mundo»⁵⁸. Porém, nem só de vitórias vive Pequim. Este gigante asiático também tem vulnerabilidades dentro do seu próprio território, algumas das quais já mencionadas anteriormente. As profundas assimetrias regionais e as desigualdades sociais realmente preocupantes, constituem de certo modo factores potenciais de constrangimento. Apesar de que desde 1978, a situação económica e social de grande parte da sua população tenha melhorado, ainda existem ainda grandes disparidades entre as populações das regiões centrais e as de periferia. Os desequilíbrios existentes entre o litoral e o interior têm favorecido os grandes fluxos migratórios⁵⁹, as infra-estruturas e os serviços básicos nas áreas rurais são praticamente inexistentes, dando origem a uma crise económico-social dentro do próprio país, que poderá levar a China para uma fase de desintegração e mesmo de divisão. Um outro constrangimento que tanto atinge o país internamente, como externamente, tem a ver com o seu crescimento económico, o qual tem provocado problemas ambientais que, por sua vez, originam custos económicos e sociais muito relevantes. Refere o autor Luís Cunha, que em relação à poluição «de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), sete das dez cidades mais poluídas do mundo,

⁵⁶ FONTANEL, Jacques - *A Globalização em «Análise»: Geoeconomia e estratégia dos actores*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007, pp. 563-566.

⁵⁷ NYE, Joseph S. Jr. - *Ibidem*, pp. 110.

⁵⁸ SACHS, Jeffrey *apud* ZAKARIA, Fareed - *Ibidem*, pp. 91.

⁵⁹ Segundo Filipe Fialho e João Dias Miguel só na última década o número de pessoas a viverem em cidades aumentou de 36% para 50%. Em 2025, 925 milhões de chineses (quase dois terços da população) vão viver em cidades. In FIALHO, Filipe; MIGUEL, João Dias - «Um planeta sob pressão e a potência que o pode destruir». In *Visão*. Número 1025, 2012, pp.78-83.

encontram-se no território chinês. Estima-se que um terço da população urbana respire ar poluído e 60% dos rios estejam impróprios para utilização humana»⁶⁰. No mesmo sentido, estudos do Governo Chinês confirmam que 113 cidades são consideradas excessivamente poluídas, apresentando riscos para a saúde humana, sendo que as cidades de Linfen, Yangquan e Datong, localizadas na província de Shanxi, se encontram nos três primeiros lugares⁶¹. Segundo as estimativas da National Development and Reform Commission (NDRC), cerca de 750 mil pessoas falecem por ano prematuramente, devido a doenças respiratórias causadas, ou apenas agravadas, pela pobre qualidade do ar, cujos níveis de poluição são insustentáveis⁶².

Para tal, muito contribuiu o uso excessivo do carvão. De acordo com dados da AIE, em 2009⁶³, as principais fontes de energia usadas foram, respectivamente, o carvão com 67,3%, seguido pelo petróleo com 16,8%. Assumindo fontes mais sustentáveis, mas pouco significativas, temos a energia hidroelétrica com 2,3%, o gás natural com 3,3%, os biocombustíveis e resíduos com 9%, a nuclear com 0,8%, e por último, as energias renováveis com um peso marginal de só 0,5%⁶⁴. Por este motivo, o investigador Patrício Gonzalez Richardson, do Real Instituto El Cano, refere que a China se debate com o chamado “Trilema da Energia”: a competitividade económica, a segurança do seu fornecimento e a sustentabilidade ambiental, na qual a prioridade da China é claramente orientada para os dois primeiros em detrimento da terceira⁶⁵. Em consequência do uso em grande escala do carvão, a China em 2011 foi o país que mais contribuiu para o aumento das emissões mundiais de CO₂, logo a seguir aos EUA⁶⁶. De acordo com projecções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para 2030, o cenário também não é muito positivo. A previsão é de que as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) da Rússia, do Brasil, da Índia e

⁶⁰ CUNHA, Luís - *Ibidem*, pp. 140.

⁶¹ NEVES, Miguel Santos - *Os Factores de vulnerabilidade do sucesso chinês*. [Consultado em 28 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=53>

⁶² LADISLAW; Sarah; NAKARO; Jane - *China- Leader or Laggard on the path to a secure, low-carbon energy future?* [Consultado em 5 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://csis.org/files/publication/110923_Ladislaw_ChinaLeaderLaggard_Web.pdf pp. 5.

⁶³ Não foi possível encontrar dados mais actuais durante a presente investigação.

⁶⁴ International Energy Agency. [Consultado em 28 de Janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.iea.org/stats/pdf_graphs/CNTPESPI.pdf

⁶⁵ RICHARDSON, Patricio González - *China and Africa: A Mutually Opportunistic Partnership*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/2e00210042e214da9d0ffd5cb2335b49/ARI992010_GonzalezRichardson_China_Africa_Opportunist_ic_Partnership.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=2e00210042e214da9d0ffd5cb2335b49 pp.2.

⁶⁶ Agência Internacional da Energia- *Global Carbon-dioxide emissions increase by 1.0 Gt in 2011 to record high* . [Consultado em 1 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.iea.org/newsroomandevents/news/2012/may/name.27216.en.html>

da China (BRIC's) devam crescer 46% até 2030, ultrapassando as emissões da totalidade dos países da OCDE⁶⁷. Os recursos hídricos disponíveis também constituem um grave problema. Como refere Miguel Santos Neves, «o défice potencial de água potável é igualmente um problema complexo, dado que não só os recursos hídricos per-capita são dos mais baixos do mundo e se encontram concentrados no Sul, mas também o nível de contaminação tem aumentado»⁶⁸.

A crescente procura interna por veículos é igualmente uma fonte de preocupação, tanto em termos ambientais, como pela excessiva dependência por combustíveis refinados, provenientes do petróleo como fonte de energia. Em 2000, os automóveis eram apenas responsáveis por 8% do consumo total de energia da China, em 2010 já eram responsáveis por 40%⁶⁹, tendo sido registado somente numa década um aumento de 20% do número de automóveis na China⁷⁰. Neste sentido, a China tem realizado um investimento significativo em termos de energias renováveis. Segundo Sarah Ladislaw e Jane Nakano, o Governo tem lançado várias iniciativas para combater o excesso do consumo de energia dos veículos, aumentando os padrões de eficiência dos mesmos, incentivando a produção de carros eléctricos e híbridos⁷¹.

O regime chinês desde há algum tempo que está plenamente consciente dos riscos associados a todas estas vulnerabilidades. Em 2007, sob os auspícios do Primeiro-Ministro Wen Jiabao, foi elaborado um programa *Policy Paper - National Climate Change Programme*, em relação ao impacto das alterações climáticas na política energética chinesa, tornando a China no primeiro país em desenvolvimento a criar e a publicar um documento estratégico relacionado com o aquecimento global⁷². Os objectivos propostos no 11º Plano Quinquenal da China para o período 2006-2010, aprovado pelo Partido Comunista da China, também já reconhecia a necessidade de corrigir os efeitos laterais negativos em termos da sustentabilidade e equidade do presente modelo do crescimento económico⁷³. No 12º Plano Quinquenal da China, 2011-2015, na parte dedicada à energia, o Governo continua a enfatizar a promoção da

⁶⁷Environmental Outlook to 2030. [Consultado em 5 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.oecd.org/environment/environmentalindicatorsmodellandoutlooks/40220494.pdf>

⁶⁸ NEVES, Miguel Santos - *Ibidem*.

⁶⁹ LADISLAW; Sarah; NAKARO; Jane - *Ibidem*, pp. 28.

⁷⁰ GORDON, Deborah; ZHANG, Yuhan - *Driving Force: Energy and climate Strategies for China's Motorization*. [Consultado em 5 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.carnegieendowment.org/files/driving_force.pdf

⁷¹ LADISLAW; Sarah; NAKARO; Jane - *Ibidem*, pp. 28.

⁷² CUNHA, Luís - *Ibidem*, pp. 142.

⁷³ NEVES, Miguel Santos - *Ibidem*.

eficiência e da conservação das fontes de energia. Coloca grande ênfase em melhorar as opções actuais dos meios de transporte público, incluindo novos sistemas de trânsito para dezasseis cidades e medidas para melhorar o actual sistema de transporte de metro e de comboio, com grande relevo para as energias alternativas⁷⁴. Parece ser que os objectivos propostos por Pequim em relação à eficiência energética em termos de recursos renováveis, estão a dar resultado. De acordo com Sun Yucai, Vice-Presidente do Conselho de Eletricidade da China, em 2011, as chamadas energias limpas (hidroeléctrica, nuclear, eólica, solar e biomassa) representaram 27,5% da produção energética do país⁷⁵.

Contudo no que refere ao consumo de petróleo, um dos objectivos do Governo neste plano quinquenal, é conseguir que o país não consuma mais de 2.800 milhões de toneladas de petróleo por ano, até ao final de 2015. Este é um claro desafio, já que considerando que em 2010 o consumo da RPC foi de 2.580 milhões de toneladas, ou seja, 7,8% a menos do que a meta estabelecida até 2015, provavelmente este objectivo não será concretizado. Além disso, os preços praticados sobre o barril de *brent* são cada vez mais elevados, em comparação com os preços de anos anteriores, o que leva claramente a uma preocupação nacional, necessitando de despender cada vez mais de recursos financeiros para atender à procura de petróleo⁷⁶. Contudo, apesar de ser um claro repto, parte deste objectivo talvez venha a ser alcançado se o Governo chinês apostar na implementação de políticas redutoras para o consumo de petróleo como tem vindo a enfatizar desde a elaboração do 11º Plano Quinquenal da China.

Apesar da procura incessante por fontes energéticas, desde que se tornou importador líquido de petróleo em 1993, a China é também uma potência rica em matérias-primas fornecedoras de energia. De acordo com um relatório elaborado por Sarah Ladislaw e Jane Nakaro, do CSIS, de Setembro de 2011⁷⁷, a China dispunha das terceiras maiores reservas de carvão do mundo a seguir às dos Estados Unidos da América e da Rússia, sendo, igualmente, o maior produtor de carvão a nível mundial⁷⁸.

⁷⁴ LADISLAW; Sarah; NAKARO; Jane - *Ibidem*, pp. 28-31.

⁷⁵ DU, Juan - *China sets up first renewable-energy think tank*. [Consultado em 15 de Junho 2012]. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2012-02/24/content_14686084.htm

⁷⁶ FINLEY, Mark - *The Oil Market to 2030 - Implications for Investment and Policy*. [Consultado em 20 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2011/STAGING/local_assets/pdf/The_Oil_Market_2030.pdf pp. 31-32.

⁷⁷ LADISLAW; Sarah; NAKARO; Jane - *Ibidem*, pp. 2.

⁷⁸ Kevin Jianjun Tu e Sabine Johnson-Reiser, do *Carnegie Endowment for International Peace*, num relatório publicado em Fevereiro de 2012, referem que a China tem as segundas maiores reservas

Apesar de possuir grandes reservas desta matéria-prima, em 2009, tornou-se num importador líquido de carvão. Em 2011, importou cerca de 182 milhões de toneladas de carvão, ultrapassando o Japão que detinha esta posição desde pelo menos 1975, como maior importador de carvão do mundo⁷⁹. Presentemente, a Indonésia e a Austrália são os principais países fornecedores de carvão para a China. Entre 2006 e 2010, representaram metade do total das importações chinesas⁸⁰, porém, as grandes inundações que aconteceram em 2010 na Austrália que provocaram a inoperância das minas com uma paragem na ordem dos 75% da produção, fizeram com que o preço do carvão aumentasse, reduzindo o volume das exportações, o que causou um forte impacto sobre o comércio de carvão no principal importador, o mercado asiático. Em consequência deste episódio, recentemente Pequim aprovou uma proposta para criar a primeira reserva estratégica de carvão, com o fim de proporcionar uma protecção contra qualquer interrupção de fornecimento a curto prazo⁸¹. Recentemente, a Mongólia também entrou no mercado fornecedor, dada a sua proximidade geográfica e os baixos custos de mineralização.

Em termos de reservas provadas de gás natural, a China em Janeiro de 2011, teria aproximadamente 107 triliões de pés cúbicos, e o Governo prevê que para 2020, a percentagem total de gás natural a ser consumido estará à volta dos 10%. Se a projecção estiver correcta, é uma clara evolução, já que em 2009, a percentagem de gás natural consumido no país atingiu somente os 3,3%. Em relação à produção de *shalle gas* (gás de xisto), um recurso natural mais barato e menos poluente, as estimativas são igualmente optimistas. Em 2009, de acordo com uma estimativa conduzida pela empresa de consultoria e de pesquisa, *Advance Resources International Incorpore* (ARI), encomendada pela EIA, que analisou 48 bacias de gás de xisto, englobando 32 países e 70 formações de gás de xisto, a China terá, tecnicamente aproveitável, nas duas maiores bacias do país 1,275 triliões de pés cúbicos (tpc), posicionando-se no primeiro lugar da tabela dos países com as maiores formações de gás de xisto, seguida pelos

provadas de carvão e não as terceiras, com 19% do total mundial, correspondente a 170 mil milhões de toneladas de carvão, depois dos Estados Unidos da América com 26% do total mundial. In TU, Kevin Jianjun; JOHNSON-REISER, Sabine - *Ibidem*, pp. 2-4.

⁷⁹ TU, Kevin Jianjun; JOHNSON-REISER, Sabine - *Ibidem*, pp. 2-4.

⁸⁰ TSUKIMORI, Osamu – *China overtakes Japan as biggest coal importer for first time*. [Consultado em 10 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2012/01/26/coal-china-japan-idUSL4E8CQ3GS20120126>

⁸¹ LADISLAW; Sarah; NAKARO; Jane - *Ibidem* pp. 40.

EUA, com 862.000 (tpc), e pelo México com 881.000 (tpc)⁸². Em 2010, a produção interna de gás de xisto estava abaixo dos 300 bilhões de pés cúbicos por ano⁸³, um valor muito inferior ao dos EUA, que responderam por uma produção de 5,336 bilhões de metros cúbicos no mesmo ano, invertendo a posição de importadores a exportadores⁸⁴. Apesar do potencial que o *shalle gas* pode representar para a segurança energética dos Estados, algumas críticas fazem-se ouvir, nomeadamente pelos efeitos negativos da sua exploração para o meio ambiente. Menciona Diogo Rosa do Laboratório Nacional de Energia e Geologia que «as formações deste gás só se conseguem alcançar através da perfuração horizontal, com uma técnica complementada pela fracturação hidráulica que consiste na estimulação do reservatório através da injeção de água a grande pressão, de químicos e de areia», o que poderá levar à contaminação das reservas de água potável existentes nos lençóis freáticos⁸⁵, e não só. Destaca a consultora especialista em comércio exterior e direito em Nova Iorque, Monika Jablonska que «os ambientalistas afirmam que apesar de o gás de xisto lançar menos gases de efeito de estufa do que o carvão e o petróleo, a sua exploração é muito prejudicial para o meio ambiente, devido à necessidade de utilizar componentes químicos no processo de exploração, com a liberação de metano num processo designado por *fracking*»⁸⁶, o que provavelmente não estará de acordo com as políticas de desenvolvimento sustentável defendidas no 11º e no 12º Plano Quinquenal do Governo chinês.

De uma forma sucinta, após este breve enquadramento sobre os recursos naturais que a China possui, podemos verificar que embora detenha uma riqueza interna na matéria-prima que mais consome, o carvão, é também o maior consumidor mundial de energia e o segundo maior importador de petróleo. Em 2010, importou 4.8 milhões de b/d de petróleo, em 2011 registou um aumento de 6%, tendo importado 5.5 milhões b/d, e no primeiro semestre de 2012, as importações já estavam na ordem dos 5.6 milhões b/d. As projecções da AIE para 2035, referem que as importações de petróleo pela

⁸² U.S. Energy Information Administration - *World Shale Gas*. [Consultado em 29 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/analysis/studies/worldshalegas/>

⁸³ LADISLAW; Sarah; NAKARO; Jane - *Ibidem*, pp. 25.

⁸⁴ U.S. Energy Information Administration - *Shale Gas Production*. [Consultado em 29 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://www.eia.gov/dnav/ng/ng_prod_shalegas_s1_a.htm

⁸⁵ ROSA, Diogo - *Sahel Gás: Portugal tem reservas na energia que faz tremar o uso do petróleo*. [Consultado em 02 de Setembro de 2012]. Disponível em: <http://www.lneg.pt/divulgacao/noticias-tecnicocientificas/38>

⁸⁶ JABLONSKA, Monica Sophie - *A revolução do gás de xisto*. [Consultado em 29 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://www.paulkenneylaw.com/article_Monika_Jablosnka_JCom_-_Shale_Gas.pdf

China irão aumentar dos 50% actuais para os 72%⁸⁷. Segundo a *BP Energy Outlook 2030*, as projecções colocam a China e a Índia no topo dos maiores consumidores, contribuindo para um aumento de 94% da procura global de petróleo em crude⁸⁸. Como indica Luís Cunha, «a dependência de importações petrolíferas é, e continuará a ser no futuro, muito elevada, a política externa chinesa é cada vez mais condicionada pela procura e pela exploração de fontes energéticas, pressuposto *sine qua non*, não somente ao desenvolvimento económico do país, mas também à instabilidade política interna»⁸⁹.

Diminuir o consumo intensivo de energia, conjugado com a previsão da diminuição do crescimento da população, que levará a um consumo de energia mais lento *per-capita*, e a implementação de políticas para reduzir o consumo energético dos veículos, através do aumento de impostos sobre os combustíveis, e a diversificação do uso de energias renováveis não-poluentes⁹⁰ e do gás natural, elevando os padrões de eficiência dos mesmos, fazem parte da luta de Pequim por um futuro mais autónomo⁹¹. No 12º Plano Quinquenal da China é referido a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento, ou seja, passar de uma economia baseada nos baixos custos de produção para uma economia de alto valor acrescentado, utilizando tecnologia e inovação próprias que dependam menos de matérias-primas como a água e a energia, focada em reduzir os custos colaterais relativos a poluição, a concentração urbana, ao elevado número de transportes e precária saúde pública. Está previsto um investimento de \$630 mil milhões na reconversão da economia, sendo que os sectores a beneficiar serão as energias renováveis, telecomunicações e tecnologias da informação, biotecnologias e agricultura biológica, transportes e serviços modernos⁹². Todavia, apesar dos esforços desenvolvidos pelo Governo para reduzir o consumo de energia, a grande maioria das projecções das agências internacionais, aponta para que a

⁸⁷ U.S. Energy Information Administration - *China*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fip=CH>

⁸⁸ BP Energy Outlook 2030. [Consultado em 11 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/STAGING/global_assets/downloads/O/2012_2030_e_ergy_outlook_booklet.pdf

⁸⁹ CUNHA, Luís - *Ibidem*, pp. 136.

⁹⁰ A China tem como objectivo produzir pelo menos 15% do seu consumo total de energia, usando fontes de energia renováveis até 2020. Segundo a consultoria EC Harris a China entre 2007 e 2010, foi o principal país do mundo a investir em projectos de energia renováveis, tendo investido cerca de \$120 a 160 mil milhões.

⁹¹ EC, Harris - *China emerging as global energy investment hot spot*. [Consultado em 03 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: http://www.echarris.com/system_pages/search.aspx?terms=renewable+energy+china

⁹² «O jogo de Go da China em África». In *Africa 21*. s.l. Número 67, 2012, pp. 30-33.

dependência de petróleo na matriz energética interna continuará a aumentar, e a China provavelmente continuará a importar quantidades massivas de petróleo.

Pela literatura consultada, foi possível identificar, duas correntes discordantes ao contínuo desenvolvimento económico da China. Por um lado, existem autores como Luís Cunha, Miguel Neves e Richardson Patrício que defendem que não faltará muito para que a China interrompa o constante crescimento económico. Afirmam que este crescimento é insustentável devido aos constrangimentos internos, como os ambientais, e entre eles, o défice de água potável, os baixos recursos hídricos, os grandes fluxos migratórios provenientes do interior para as regiões litorais e a excessiva dependência de petróleo, associados à crise actual da economia mundial que também tem atingido os vários sectores de produção e de exportação da China. Robert Zoellick, Presidente do Banco Mundial, é da mesma opinião que os anteriores autores, sobre o crescimento da China, declarando que «mesmo para manter uma taxa de crescimento na ordem dos 8%, seria preciso que a China duplicasse as exportações até 2020»⁹³, o que não se prevê que venha a acontecer. O facto é que em 2011 já sofreu uma ligeira descida, de 10,3% em 2010, para 9,2% em 2011, e em Março de 2012, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao, anunciou pela primeira vez que o crescimento anual da China baixará para os 7,5%⁹⁴. Neste sentido, a China provavelmente, terá que adaptar o modelo de exportação ao novo formato económico, que advirá da reestruturação da actual crise financeira internacional. Porém, não deixa de ser notável que com as reformas de 1978, cerca de 440 milhões de chineses tenham deixado de ser pobres, a maior redução de pobreza na história da humanidade⁹⁵.

Por outro lado, autores como Wilenky, Fogel, Cavalera, Lenglet, Zheng tendem a ter uma visão mais optimista, e defendem o sucesso actual e futuro da China no palco do sistema económico mundial; a nível económico pela competitividade dos seus produtos manufacturados; a nível político pela sua influência e poder nas Organizações Mundiais e Regionais; e pela forte diáspora radicada nas várias geografias mundiais. Como defende Zheng, «a China presentemente, continua a ser um dos maiores países

⁹³ ZOELLICK, Robert, *apud* NYE, Joseph S. Jr. - *Ibidem*, pp. 204.

⁹⁴ ROMAN, Alfred - *Banking on Domestic Demand*. [Consultado em 26 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.cdeclips.com/files/asiapdf/20120316/cdasiaweekly20120316p03.pdf> p. 3.

⁹⁵ The Economist - *China and the paradox of prosperity*. [Consultado em 25 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21543537>

destinatários de investimento exterior, e por outro lado, um dos maiores países exportadores⁹⁶.

No que diz respeito ao continente africano, pós Segunda Guerra-Mundial, a China começou a apostar na criação de uma área de influência, apoiando os movimentos de libertação nacional em África. Foi uma fase de cariz ideológico em que os interesses económicos ainda não eram relevantes e abrangiam uma posição nitidamente marginal. Nos finais do século XX e inícios do século XXI, a presença de interesses chineses em África adensa-se, conquistando um acesso privilegiado às suas matérias-primas e adquirindo uma posição cimeira na cooperação económica e política no continente.

O continente africano é a segunda região no mundo (só superado pelo Médio Oriente) que mais fornece petróleo à China. Em 2010, foi importado um total de 4.8 milhões de b/d, deste montante, 2.2 milhões de b/d (47%) provieram do Médio Oriente, 1.5 milhões de b/d (30%) de África, 176 mil b/d (4%) da região da Ásia-Pacífico e os restantes 938 mil b/d (20%) de outras áreas geográficas. Os principais países africanos que forneceram mais petróleo à China nesse mesmo ano foram, Angola com 788 mil b/d e o Sudão com 252 mil b/d. A Arábia Saudita e Angola foram as duas maiores fontes de importação de petróleo, contabilizando mais de um terço do total de importações chinesas⁹⁷. Em 2011, foram importados 5.6 milhões b/d, deste total, 2.6 milhões b/d (51%) provieram do Médio Oriente, 1.2 milhões b/d (24%) de África, 173 mil b/d (3%) da região da Ásia-Pacífico e os restantes 1.1 milhões b/d (22%) de outras áreas geográficas, sendo que a Arábia Saudita continua no topo, com 1.005 milhões b/d de petróleo fornecidos à China em 2011. No que corresponde ao continente africano, Angola foi o principal país fornecedor com 623 mil b/d, e o Sudão (Norte e Sul) com 260 mil b/d⁹⁸.

⁹⁶ ZHENG, Denise E. - *China's Use of Soft Power in the Developing World: Strategic intentions and implications for the United States*. [Consultado em 11 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: http://csis.org/files/media/isis/pubs/090305_mcgiffert_chinesesoftpower_web.pdf

⁹⁷ U.S. Energy Information Administration - *China*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CH>

⁹⁸ *Idem, Ibidem*.

1. As companhias transnacionais petrolíferas: a criação de oportunidades

A formulação da política externa energética, é muito relevante para a China, desde que se tornou importadora de petróleo em 1993. Porém desde essa altura que não existe um único Organismo dedicado à vertente da política energética e, o único Ministério criado para esse efeito em 1988, foi dissolvido cinco anos mais tarde. Durante dezassete anos, até 2010, o *National Development and Reform Commission* (NDRC) era a comissão mais influente a nível da política energética da China⁹⁹, apesar de existirem outros Ministérios criados também para esse efeito¹⁰⁰. Erica Downs menciona que durante todo este tempo, não foi criado um Ministério da Energia da China porque existiam alguns obstáculos para a sua formação, devido ao facto de a comissão NDRC ter permanentemente demonstrado uma forte oposição à criação de um Ministério para esse efeito. A razão para tal objecção deve-se ao facto de que ao ser criado, privaria a NDRC de liderar juntamente com as companhias estatais energéticas importantes instrumentos de controlo macroeconómico, tais como, determinar os preços das principais matérias-primas fornecedoras de energia, o carvão o petróleo, o gás e até sobre o preço da electricidade¹⁰¹. Apesar da relutância, em 2010, sob a direcção de Wen Jiabao, foi criada uma comissão dedicada à vertente da política energética, a *National Energy Commission* (NEC), que será responsável pela elaboração dos planos nacionais de desenvolvimento da energia, pela criação da segurança energética do país e pela coordenação em termos de cooperação internacional. Pela ocasião do anúncio da criação desta comissão, Lin Boqiang, Director do *China Center for Energy Economics Research* da Universidade de Xiamen, referiu que a mesma irá centralizar os poderes de diferentes Ministérios, na qual se incluem, o *National Development and Reform Commission* (NDRC), o Ministério das Finanças, representantes do Banco Central e

⁹⁹ BURKE, Christopher; JANSSON, Johanna; JIANG, Wenran - *Formulation of Energy Policy in China: Key Actors and Recent Developments*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2010/07/Burke-et-al-2009-Formulation-of-Energy-Policy-in-China.pdf> pp. 8.

¹⁰⁰ Os Ministérios são nomeadamente, o Ministério da Terra e dos Recursos (que supervisiona os recursos naturais), o Ministério das Finanças (responsável pela fiscalização e pelas políticas fiscais), a Administração Nacional de Energia (NEA), o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MOFA) e o Ministério do Comércio (MOFCOM). Sendo que estes dois últimos Ministérios desempenham um papel maior na formulação das políticas diplomáticas, como também na sua implementação. In AAVV - *China in Africa Project*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.saiia.org.za/china-in-africa-project/the-china-africa-toolkit.html> pp. 48-49.

¹⁰¹ BURKE, Christopher; JANSSON, Johanna; JIANG, Wenran - *Ibidem*, pp. 8

Ministros de várias Organizações, o que poderá ajudar a China a fazer um melhor uso dos seus recursos energéticos¹⁰².

Dentro do enquadramento energético exposto, e de acordo com o objectivo da presente investigação, vejamos seguidamente a importância das principais NOCs chinesas. Com a reestruturação empresarial de Deng Xiaoping iniciada no final dos anos 70 e no início dos anos 80, foram criadas duas companhias petrolíferas estatais, a *China Natural Offshore Company* (CNOOC)¹⁰³, fundada em 1982, e a *China National Petroleum Corporation* (CNPC), fundada em 1988. Em 2000, foi constituída a *China Petroleum and Chemical Company* (Sinopec Group) que presentemente é a maior companhia energético-petroquímica da RPC, e detém a segunda maior refinaria de petróleo no mundo¹⁰⁴, encontrando-se na 5ª posição, dentro do ranking das 500 maiores companhias mundiais. A CNOOC é a companhia petrolífera internacional chinesa que mais tem focalizado a sua exploração além-fronteiras, em mercados como Angola e Nigéria, nos quais mantém actividades de exploração em *offshore*. Em 1996, a CNPC entrava no mercado energético africano mais especificamente no Sudão, quando a companhia petrolífera norte-americana Chevron vendeu a sua concessão, devido aos problemas de segurança existentes no país, aliado às sanções económicas impostas pelos EUA. Actualmente, a CNPC faz parte do consórcio *Greater Nile Production Consortium* (GNPOC), consórcio este que será devidamente analisado no capítulo dedicado ao Sudão¹⁰⁵. A companhia petrolífera chinesa CNPC tem vindo a prosperar no palco internacional petrolífero, tendo em 2011, adquirido uma admirável 6ª posição dentro do ranking das 500 maiores companhias mundiais. Por último, temos a Companhia *Sinochem* que se dedica ao comércio de petróleo. Estas companhias são propriedade do governo chinês, sendo que aproximadamente 85% do negócio petrolífero da China é controlado por estas companhias¹⁰⁶.

A liderança chinesa acredita que o futuro da sua estratégia petrolífera é influenciado pela força crescente das suas companhias petrolíferas no mercado mundial

¹⁰² ZHIHON, Wan - *Wen head's super ministry for energy*. [Consultado em 16 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-01/28/content_9388039.htm

¹⁰³ A CNOOC está presente em oito países africanos: Etiópia, Mauritânia, Mali, Angola, Nigéria, Guiné-equatorial, Níger e Gabão.

¹⁰⁴ A Sinopec está presente em cinco países africanos: Argélia, Angola, Gabão, Congo-Brazzaville e Sudão.

¹⁰⁵ KONG, Bo - *China's International Petroleum Policy*. Santa Barbara, California, Library of Congress Cataloging-in-publication Data, 2010, pp. 13-14.

¹⁰⁶ HONG, Zhao - *China's Oil Venture in Africa*. [Consultado em 2 de Março de 2012]. Disponível em: <http://ics.um.edu.my/images/ics/aug2007/zhaohong.pdf> pp. 2.

da exploração de petróleo. Para serem mais competitivas globalmente, necessitam criar oportunidades para demonstrar o seu poder e valor, provando que têm capacidade para competir com outras empresas internacionais no mercado petrolífero global. A estratégia de Pequim, denominada por *Going Out*, numa vertente comercial expansionista, irá facilitar não só o acesso a novos mercados petrolíferos, à importação de petróleo e derivados, como também a exportação de equipamentos petrolíferos, de mão-de-obra e, de bens manufacturados, criando e promovendo o comércio bilateral entre a China e os países de acolhimento¹⁰⁷. De acordo com um artigo de Ping Deng, do Centro de Estudos Chineses da Universidade de Stellenbosch, as companhias chinesas têm uma série de motivações para se expandirem nos mercados internacionais:¹⁰⁸

- Recursos: especialmente a procura de matérias-primas, como o petróleo para sustentar a demanda interna de energia;
- Tecnologia: o Governo chinês adquiriu novas tecnologias e encorajou activamente a sua actualização nas multinacionais;
- Mercados: a China sofre de um excesso de produção e de uma saturação de mercado numa variedade de sectores, nos quais se destacam os têxteis, o calçado e os produtos electrónicos. Em adição, após a abertura do mercado nacional a empresas estrangeiras, as empresas chinesas já não têm o monopólio do mercado nacional, e por isso necessitam de expandir para novos mercados. Sendo que ao existir uma presença notável de companhias chinesas a operar nos países de acolhimento, será naturalmente mais fácil estabelecer laços comerciais, com vista à exportação de bens e serviços.
- Activos Estrangeiros Estratégicos: a necessidade de deter activos estrangeiros particularmente no sector da energia tem vindo a crescer principalmente depois de o governo conceder substanciais subsídios-empréstimos, o que facilita a compra de activos em locais e mercados estratégicos. O continente africano é um desses mercados.

No que diz respeito à aproximação a novas áreas geográficas, Willem van der Geest menciona que existem três vertentes principais para garantir a segurança

¹⁰⁷ HONG, Zhao - *China - U. S. Oil rivalry in Africa*. [Consultado em 2 de Março de 2012]. Disponível em: http://openarchive.cbs.dk/bitstream/handle/10398/7411/zhao_clean.pdf?sequence=1 pp. 7-8.

¹⁰⁸ DENG, Ping - *Foreign Investment by Multinationals from Emerging Countries: The Case of China*. [Consultado em 2 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/downloads/DFID%203rd%20Edition.pdf> pp. 11-13.

energética do país: a auto-suficiência; a eficiência; e a diversificação. Em relação à primeira vertente, esta é impulsionada pelo objectivo de que o consumo interno de energia seja realizado através dos recursos energéticos existentes no país, como o carvão, a energia hidráulica, energia hidroeléctrica, e a energia nuclear. Em relação à eficiência, o objectivo proposto é o de criar um maior investimento nas políticas de eficiência energética. E por último, no que diz respeito à diversificação, o objectivo refere-se à implementação de interesses chineses e à criação de relações frutíferas com os países produtores de petróleo, nomeadamente africanos, como Angola e Sudão, bem como assegurar as rotas de abastecimento da matéria-prima, o petróleo¹⁰⁹. E é precisamente esta a direcção que a política externa da China tem procurado atingir no mercado petrolífero subsariano.

2. África e a China – Breve resenha histórica da evolução das relações

«The Chinese helped Africa perhaps more than any [other] nation has helped Africa in any ten-year period directly or indirectly»¹¹⁰.

A fundação da República Popular da China, em 1949, criou uma nova época na história da expansão da diplomacia chinesa. Todavia, os contactos entre a China e África já tinham sido iniciados durante as dinastias chinesas, e durante a Dinastia Ming, (1368-1644)¹¹¹, as relações sino-africanas alcançaram o seu auge através de uma série de expedições que alcançaram o litoral africano sob o comando do Almirante Zheng He (1405-1433)¹¹². Importa porém, analisar um passado mais recente. Na década de 50 do século XX, as relações com o continente africano baseavam-se em contactos diplomáticos, assentes em princípios comuns de soberania nacional, integridade territorial, coexistência pacífica, de anticolonialismo, e de não-alinhamento, os quais foram comprovados na Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, de 18 a 24 de Abril de 1955, na qual estiveram presentes representantes de 29 países do continente

¹⁰⁹ GEEST, Willem Van der - «China's Approach to Energy Security and Development Assistance in Africa». In *Energy Interests and Alliances: China, America and Africa*. s.l. EastWest Institute, Policy Paper 7/2008, 2008, pp. 24.

¹¹⁰ NESBITT, Francis Njubi - *America vs China in Africa*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/China/ML07Ad03.html>

¹¹¹ ROBERTS, J.A.G. - *A História da China*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011, pp. 16 -145.

¹¹² AAVV - *China in Africa Project - Ibidem*, pp. 17.

africano, onde também alguns países asiáticos e africanos aproveitaram a ocasião para celebrarem relações diplomáticas com a China. Na opinião de Adriano Moreira, esta conferência serviu para a adopção da regra da «não intervenção, e não ingerência nos assuntos internos de outros países, tendo simultaneamente em vista moderar a hegemonia chinesa»¹¹³. Durante as décadas de 50 e de 60, a China foi criando gradualmente relações económicas e tecnológicas com a Guiné, com o Mali, com a Tanzânia, com o Gana, e o Congo, entre outros, contudo a matriz ideológica continuava bastante assente nas relações¹¹⁴. Nos finais dos anos 80, a situação alterou-se e Pequim deu início a uma nova abordagem com mais enfoque no continente. Neste seguimento, entre 20 de Dezembro de 1982 e 17 de Janeiro de 1983, o Primeiro-Ministro chinês Zhao Ziyang, realizou uma visita ao continente africano, concretamente a onze países, com o intuito de promover os objectivos da política externa chinesa para o continente, designada por *African Policy*. Uma política baseada em quatro princípios de cooperação económica, que foram anunciados pelo Primeiro-Ministro Chinês no final da visita, em Janeiro de 1983, na Tanzânia¹¹⁵: igualdade e benefício mútuos; resultados práticos; variedade de formas de cooperação e progresso comum. Na continuidade deste objectivo, entre Junho de 1989 e Junho de 1992, o Ministro dos Negócios Estrangeiros visitou catorze países africanos¹¹⁶.

Principalmente desde que a China se tornou num importante importador de petróleo em 1993, os interesses económicos aumentaram significativamente e a ajuda ao desenvolvimento a países fornecedores de petróleo também¹¹⁷. Em 1996, num discurso do Presidente da China, Jiang Zemin, foram anunciados cinco pilares que guiariam o futuro das relações sino-africanas: a amizade sincera; a unidade; a união e a cooperação; o desenvolvimento comum e a perspectiva de futuro¹¹⁸. Em 2003, foi inserido mais um objectivo pelo seu sucessor, Hu Jintao, a não interferência nos assuntos internos dos Estados. Agora os princípios gerais que guiariam o futuro das relações africanas basear-

¹¹³ MOREIRA, Adriano - *Estudos da Conjuntura Internacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999, pp. 406.

¹¹⁴ BUTTS, Kent Hughes; BANKUS, Brent - *China and Natural Resource Competition in a Geographic Approach*. [Consultado em 5 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.csl.army.mil/usacsl/publications/CCS1_09_ChinasPursuitofAfricasNaturalResources.pdf pp. 352.

¹¹⁵ AAVV - *China in Africa Project*. *Ibidem*, pp. 21.

¹¹⁶ *Idem*, *Ibidem*, pp. 23.

¹¹⁷ COLE, D. Bernard. In ELLIOTT Colin - *China's aid to Africa in exchange for oil*. [Consultado em 6 de Janeiro de 2010]. Disponível em: <http://library.athabascau.ca/drr/download.php?filename=mais/ColinElliottProject.pdf> pp. 9.

¹¹⁸ HOLSLAG, Jonathan - *China's New Mercantilism in Central Africa*. [Consultado em 6 de Janeiro de 2010]. Disponível em: <http://www.vub.ac.be/biccs/site/assets/files/Jonathan%20misc/African%20and%20Asian%20Studies.pdf>

se-iam na confiança e cooperação mútua, aumento da ajuda económica sem condições políticas, apelo à comunidade internacional para prestar mais atenção ao continente africano, e a promoção de um ambiente internacional mais amistoso para o desenvolvimento de África¹¹⁹.

Em virtude da expansão chinesa no continente, em 2000, foi criado o *Forum for China-Africa Cooperation* (FOCAC), que se tornou numa importante plataforma de diálogo entre a RPC e os países africanos¹²⁰. Este Fórum produziu a Declaração de Pequim, um documento que certificava o consenso entre a China e o continente africano, definindo os objectivos desta colaboração bilateral em oito campos relevantes: da economia, da ciência, da educação, da cultura, da saúde pública, dos assuntos sociais, da paz e da segurança¹²¹. Nesse mesmo ano entre os dias 10 e 12 de Outubro, foi realizada em Pequim, a primeira Conferência Ministerial China-África.

Em conformidade com a criação do Fórum em 2000, nos dias 15 e 16 de Dezembro de 2003, foi realizada a segunda Conferência Ministerial China-África em Addis Ababá, na Etiópia, na qual foi elaborado o Plano de Acção (2004-2006). Estiveram presentes sete Presidentes africanos sendo que o tema central da conferência, foi a proposta apresentada pelo Primeiro-ministro Wen Jiabao, baseada em três objectivos centrais, a consolidação das relações sino-africanas através do apoio mútuo, a democratização das relações internacionais para poderem enfrentar o desafio conjunto da globalização, e o reforço da cooperação a todos os níveis.

A criação do FOCAC foi naturalmente favorecedora para a China em termos energéticos já que neste seguimento, até ao ano 2005, a China investiu em 27 projectos de petróleo e de gás natural em catorze países africanos¹²². Estes investimentos são demonstrativos da evolução das relações, principalmente na vertente do negócio de petróleo. De acordo com Benedicte Vibe Christensen, não é de estranhar o investimento chinês no continente, já que é uma região com um leque variado de oportunidades económicas, além de deter importantes matérias-primas, tais como: petróleo, cobalto,

¹¹⁹ *Idem, Ibidem.*

¹²⁰ Information Office of the State Council the People's Republic of China - *China's Foreign Aid*. [Consultado em 16 de Janeiro de 2010]. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-04/21/c_13839683.htm

¹²¹ Forum on China-Africa Cooperation. [Consultado em 28 de Abril de 2011]. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/zfgx/jmh/z/>

¹²² HONG, Zhao - *China - U. S. Oil rivalry in Africa*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: http://openarchive.cbs.dk/bitstream/handle/10398/7411/zhao_clean.pdf?sequence=1 pp. 7-8.

cobre, ferro, urânio, entre outros. Esta autora defende também que a relação entre a China e África é mutualmente benéfica, já que o desenvolvimento do continente africano e os objectivos de Pequim se completam¹²³.

Numa clara evolução das relações multilaterais entre a China e o continente africano, em Janeiro de 2006, é adoptado pelo Governo chinês um documento, *China's African Policy*, no qual são apresentados um conjunto de princípios orientadores para a parceria estratégica, que não eram mais do que uma evolução dos já estabelecidos em 1996 e 2003; a sinceridade, a amizade e a igualdade; benefícios mútuos, reciprocidade e prosperidade comum; o apoio mútuo e estreita coordenação, a aprendizagem mútua e a procura pelo desenvolvimento comum¹²⁴. Nesse mesmo ano, de 3 a 5 de Novembro, realizou-se a terceira Conferência Ministerial China-África, em Pequim, em que foi elaborado um novo Plano de Acção (2007-2009), cujo propósito foi o de criar as metas e os objectivos dos respectivos programas bilaterais¹²⁵. Três anos depois, foi realizada a quarta Conferência Ministerial, no Egipto, a qual foi bastante significativa já que estiveram representados 49 países africanos. Nesta Conferência foram analisados os resultados das estratégias elaboradas no último Plano de Acção, tendo sido, igualmente preparado o próximo plano (2010-2012), no qual foi acordado um empréstimo de \$10 mil milhões para o continente africano¹²⁶.

A quinta Conferência realizou-se em Julho de 2012, em Pequim, com a presença de 50 países africanos. No Plano de Acção (2013-2015), decorrente desta conferência, na parte dedicada à cooperação económica sino-africana existe uma clara evolução por parte da China no incentivo e no apoio a empresas de origem chinesa para continuarem a investir no continente, com o objectivo de criar bases de produção para aumentar em volume e em qualidade as exportações africanas. O propósito é o de contribuir para uma rápida industrialização e reestruturação económica do continente com um crescente investimento em alguns sectores. Foi igualmente referido, a possibilidade da criação dentro do âmbito dos recursos e da energia, de um Fórum de Energia China-África, dentro do programa FOCAC para promover o intercâmbio no sector energético. Foi também anunciado pelo Presidente Hu Jintao, no decorrer da conferência, um

¹²³ CHRISTENSEN, Benedicte Vibe - *China in Africa: A Macroeconomic Perspective*. [Consultado em 6 de Março de 2010]. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/DigitalLibrary/Publications/Detail/?id=123555&lng=en>

¹²⁴ Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China - *China's African Policy*. [Consultado em 16 de Janeiro de 2010]. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>

¹²⁵ Inclusive foram convidados os países africanos que têm relações diplomáticas com Taiwan.

¹²⁶ PAVIA, José Francisco - *Ibidem*, pp. 11.

empréstimo no valor de \$20 mil milhões, o dobro do montante acordado para o período anterior de 2010-2012, para investir no próximo triénio em África, com destino à construção e remodelação de infra-estruturas, do desenvolvimento da agricultura, da indústria transformadora e das pequenas e médias empresas¹²⁷, além da oferta de formação profissional para 30 mil técnicos africanos, e o envio de 1500 médicos assistentes¹²⁸. A sexta Conferência Ministerial deverá ser realizada na África do Sul, em 2015.

Como podemos verificar, a RPC apresenta-se, cada vez mais activa no âmbito das actuais relações económicas internacionais energéticas, sobretudo no que diz respeito ao continente africano. Pequim parece sentir que África está no caminho de uma economia de renascimento. Mas, para que a relação sino-africana perdure, a China tem adoptado duas modalidades de aproximação; uma de âmbito multilateral, no que concerne ao continente africano, que se cinge às relações de cooperação nos mais variados fóruns, conferências e cimeiras; e por outro lado uma de âmbito bilateral, que se refere ao relacionamento directo dos mais altos dirigentes de ambos os países africanos, com os quais se relaciona. Ao analisarmos as políticas energéticas da China em África, verifica-mos que os principais líderes chineses e diplomatas tentam criar um ambiente favorável ao investimento chinês, através de uma mistura de diplomacia de prestígio, assistência económica, e de suporte diplomático a líderes africanos, uma estratégia em que ambas as partes saem a ganhar¹²⁹. As transações económicas, as matérias-primas e os mercados que servem para o escoamento dos seus produtos manufacturados fazem também parte dos seus principais interesses estratégicos. Neste interesse energético/comercial a China utiliza uma postura de neutralidade nos conflitos/disputas/guerras que possam existir na região, ou no país com o qual se relaciona, convertendo-se num parceiro económico-comercial essencial para a maioria dos países africanos com quem estabelece relações no campo energético.

Valérie Niquet, num artigo publicado em Janeiro de 2007, intitulado, *La Stratégie africaine de la Chine*, complementa a informação anterior. Defende que os interesses de Pequim no continente africano baseiam-se principalmente em três

¹²⁷ Forum on China-Africa Cooperation - *The Fifth Ministerial Conference of the Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2013-2015)*. [Consultado em 13 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/dwjbzjjhys/t954620.htm>

¹²⁸ «O jogo de Go da China em África». In *Africa 21*. Número 67, 2012, pp. 30-33.

¹²⁹ GILL, Bates; REILLY James - *The Tenuous Hold of China Inc. in Africa*. [Consultado em 13 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.twq.com/07summer/docs/07summer_gill_reilly.pdf pp.38.

propósitos: o primeiro é o desenvolvimento do comércio, através de políticas de ajuda sem condições políticas; o segundo que vem no seguimento do primeiro é a adesão da RPC a uma política de não interferência nos assuntos internos dos Estados Africanos; e o terceiro é a vontade de persuadir a Comunidade Internacional para que aumente o seu apoio a África, e para que defenda o papel do continente no palco mundial¹³⁰. Saliente-se que, esta última condição não será aparentemente uma matéria que favorecerá particularmente à China. Os africanos sentem que as relações tradicionais e as parcerias que tinham e continuam a ter com o ocidente, não têm ajudado o continente a superar os obstáculos estruturais para erradicar a pobreza e reverter a sua marginalização económica¹³¹. Porém, talvez esse seja mesmo o plano delineado, Pequim encontra, assim, um caminho aberto para criar relações frutíferas através da entrada de companhias petrolíferas chinesas no mercado subsariano e de empréstimos com juros mais baixos, do que os praticados anteriormente pelas instituições ocidentais. Consegue também obter uma maior vantagem na licitação de contratos de exploração de petróleo, do que em outras regiões mundiais ricas em petróleo, onde companhias petrolíferas ocidentais já saturaram o meio petrolífero, tornando-se num mercado mais resistente ao investimento chinês¹³².

Um ano antes da publicação do artigo de Valérie Niquet, em 2006, Paul Simão redigiu um outro artigo, no qual referia que a presença da China cada vez mais dominante em países como Angola e Sudão tinha despertado, em particular, preocupações nas companhias petrolíferas ocidentais. O receio era baseado na probabilidade de que a China pretendesse usar a sua influência para monopolizar suas reservas de petróleo destes dois países. Porém, as companhias petrolíferas ocidentais afirmavam publicamente que não se incomodavam com a concorrência dos seus pares chineses, que ainda eram vistos como estando em desvantagem em termos de tecnologia e conhecimento oferecido a África¹³³.

Apesar da afirmação das petrolíferas ocidentais, a China tem adquirido um *know-how* especializado que em muito rivaliza com os países mais industrializados, em

¹³⁰ NIQUET, Valérie - *La stratégie africaine de la Chine*. [Consultado em 6 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/en/IMG/pdf/0805-Niquet-ANG.pdf> pp. 2.

¹³¹ MANJI, F; MARKS, S. apud ANING, Kwesi; DELPHINE, Lecoutre - *China's ventures in Africa*. [Consultado em 6 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.iss.org.za/uploads/17NO1ANING.PDF> pp. 48.

¹³² COLE, D. Bernard apud ELLIOTT Colin - *Ibidem*, pp. 6.

¹³³ SIMAO, PAUL - *China's Africa oil power bugs Western rivals*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://uk.reuters.com/article/2006/11/17/idUKL1710454820061117>

termos de desenvolvimento tecnológico. E mesmo que não competisse, os países africanos dão as boas-vindas à tecnologia chinesa, já que esta se adequa melhor à mão-de-obra especializada africana, porque uma parte bastante substancial da mesma, não está tão bem preparada para executar tarefas que utilizem tecnologia muito avançada.

O actual mercado energético africano representa assim, para Pequim, um reservatório de matérias-primas essenciais ao seu crescimento e à expansão do país, conhecido como o “Império do Meio”, e esta oportunidade a China não vai deixar escapar. Até Novembro de 2011, Hu Jintao já tinha visitado África seis vezes, duas delas como Vice-Presidente e quatro como Presidente. Em termos de investimentos, no final de 2008, cerca de 1.600 empresas já estavam implementadas em África, nomeadamente na África do Sul, na Nigéria, na Zâmbia, no Sudão, na Argélia, nas Maurícias, na Tanzânia, em Madagáscar, no Níger, no Congo, no Egipto, na Etiópia e em Angola, sendo que a maior parte deste investimento foi aplicado na extracção de recursos naturais¹³⁴. Refere Zhao Hong que «com uma dramática queda do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) depois do fim da Guerra-Fria, a introdução de IDE chinês é também muito bem-vinda no continente africano. Existe um entusiasmo genuíno por parte dos governos africanos, na realização de contractos de concessão para os empresários chineses investirem nos seus países, e a abertura para novos negócios em algumas partes negligenciadas, como a indústria do petróleo»¹³⁵. Efectivamente o valor do IDE chinês no continente tem crescido substancialmente, em 2000, alcançou o valor de \$681 milhões, em 2010 atingiu os \$9300 milhões, sendo que, grande parte do mesmo foi dirigido aos serviços, que representaram 42,3% do IDE da China¹³⁶.

Além da criação do Fórum FOCAC, em 2000, foi também lançada a estratégia *Go Global* ou *Go-Out* pelo governo chinês, priorizando o acesso às redes globais de produção e de mercados, uma estratégia que inclui o alargamento a novos mercados internacionais, o aumento da competitividade através da competição internacional e a expansão das exportações chinesas¹³⁷. Esta vontade de expandir as exportações de produtos de origem de fabrico chinês está presumivelmente associada ao sector petrolífero, criando uma abertura económica de grande importância. Actualmente, a

¹³⁴ CHRISTENSEN, Benedicte Vibe - *Ibidem*.

¹³⁵ HONG, Zhao - *Ibidem*, pp.10-15.

¹³⁶ Exame Angola - *Angola pode ultrapassar a África do Sul?* [Consultado em 1 de Outubro de 2012]. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=28379&id=2000&mid=372>

¹³⁷ GRINDERSLEV, Chantal - *A New Frontier*. [Consultado em 10 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.amchamshanghai.org/NR/rdonlyres/347E7266CB6B49B588DEA0AA00EC41FD/12006/mar10_cover_story.pdf

China é o maior parceiro comercial de África. Menciona Michelle Price, num artigo publicado no *Walt Street Journal*, em 6 de Dezembro de 2011, que no ano anterior, as trocas comerciais entre o continente africano e a China ultrapassaram os \$120 mil milhões¹³⁸. Um ano depois atingiram um valor superior a \$166 mil milhões, o que significa um aumento de 83% desde 2009¹³⁹. Os produtos exportados para o mercado africano baseiam-se em maquinaria, têxteis e vestuário, equipamentos de transporte, calçado e produtos de plástico. Em 2008, os maiores parceiros comerciais da China foram, por ordem crescente, Angola, África do Sul, Sudão, Nigéria e Egipto. Estes países juntos totalizaram, nesse mesmo ano, 62% do total das transacções comerciais de Pequim com África¹⁴⁰. Segundo estimativas da agência da notação financeira Fitch, na região da África Subariana, entre 2001 e 2010, a China originou investimentos no valor de \$67.2 mil milhões, um valor 1,23 vezes superior ao fornecido pelo Banco Mundial no mesmo período¹⁴¹. Como medida favorecedora para o aumento das transacções comerciais, o Governo Chinês instituiu medidas que vão desde a isenção de tarifas de importação para mais de 190 produtos preferenciais. Algumas empresas de origem chinesa também têm utilizado o palco africano para contornar certas restrições que os países ocidentais fazem à entrada de produtos chineses nos seus países. Através da deslocação da produção da China para África, a nova origem dos produtos pode ser habilmente utilizada para conseguir contornar com mais facilidade as barreiras comerciais da União Europeia e dos Estados Unidos da América e, em alguns casos, podem até mesmo beneficiar de acordos comerciais que permitam a livre entrada de produtos *Made in África*. De acordo com Chantal Grinderslev o continente africano tornou-se no número um, em termos de ponto de trânsito de mercadorias que entram no mercado americano e europeu¹⁴². Certo é que a RPC não oculta o objectivo de incentivo às empresas chinesas a criarem bases no palco comercial africano, como já foi referido no Plano de Acção elaborado durante a realização da última Conferência Ministerial China-Africa, em Julho de 2012, em Pequim.

O mercado africano oferece, igualmente, um vasto leque de oportunidade para a implantação de empresas de construção chinesas. Estas conseguem fazer grandes

¹³⁸ PRICE, Michelle - *A Consumption Conundrum*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052970204346104576638561340925004.html>

¹³⁹ «Partilha do petróleo sudanês». In *Africa 21*. Número 67, 2012, pp. 13.

¹⁴⁰ PAVIA, José Francisco - *Ibidem*, pp. 13.

¹⁴¹ Exame Angola - *Angola poderá ultrapassar a África do Sul*. [Consultado em 1 de Outubro de 2012]. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=28379&id=2000&mid=372>

¹⁴² GRINDERSLEV, Chantal - *Ibidem*, pp. 31-34.

projectos por menos de um quarto do preço praticado por empresas ocidentais, aliado à vantagem dos baixos custos de mão-de-obra africana. É uma espécie de aproveitamento de todas as facilidades/aberturas com que a China se depara, nada é deixado ao acaso, todas as relações e alianças que possam trazer vantagens económicas para Pequim, com independência da sua forma, são aproveitadas. Naturalmente que através destas lacunas, nos mais variados sectores da economia, a China tornou-se no maior exportador a nível mundial.

Claramente que, também, a debilidade das estruturas sociais, económicas e administrativas torna mais simples um intercâmbio comercial, sem os incómodos de ordem ambiental, social ou legal, que são uma vantagem relevante para o sucesso da presença chinesa no mercado africano. Pela literatura analisada, alguns autores como Griderslev, Price e Niquet defendem que, o continente africano foi entendido como um investimento essencial para as suas necessidades energéticas, aliado à descoberta de um mercado carente de produtos que a China tem em excesso. Outros autores como Bates, Reilly, Hong e Cole têm uma opinião contrária, e mencionam que o mercado energético foi o principal motivo desta aproximação, mas que ao desenvolver-se, permitiu abrir caminho para o crescente mercado mundial exportador chinês. Qualquer que tenha sido o motivo de aproximação, o facto é que as relações sino-africanas são favoráveis para ambos os intervenientes, porém, Pequim impõe uma única e capital condição na relação: *One China policy*, ou seja, Taiwan, Tibete e Hong Kong têm que ser considerados como fazendo parte de um único Estado, a República Popular da China¹⁴³. Ainda que, ultimamente, a política de uma única China se tenha centrado mais na questão de Taiwan, o desejo de Pequim de voltar a ter sob o seu controlo, e evitar que Taiwan volte a declarar a independência formal, guia muitas das decisões da sua política externa. George Frynas e Manuel Paulo seguem a mesma ideia defendida anteriormente por Bates, Reilly, Hong e Cole, contudo, mencionam que foi a segurança energética o motivo primordial para o envolvimento da China em África e não o mercado energético africano e que o crescente envolvimento de Pequim tem vindo a demonstrar outras duas componentes desta presença: a diplomática e a económica. Na primeira componente, Pequim procura apoio como parte demonstrativa do seu poder no palco internacional, com a intenção de diminuir as probabilidades de Taiwan ser reconhecido

¹⁴³ Chinese Government's Official Web Portal - *The One-China Principle and the Taiwan Issue (2000)*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2005-07/27/content_17613.htm

diplomáticamente no continente, usando o seu poder económico para encorajar os países a apoiar a política *One China Policy*, em troca de investimento e ajuda ao desenvolvimento das suas economias. Na segunda componente, a económica, procura aceder às matérias-primas africanas principalmente, ao petróleo e, também ao vasto mercado para onde pode exportar os seus bens¹⁴⁴.

Porém, os interesses chineses também encontram alguns entraves ao seu desenvolvimento no mercado africano.

3. China no Continente Africano: Riscos e censuras

Muitos são os perigos aos quais as companhias petrolíferas chinesas estão expostas no continente africano. Em países como o Sudão, Angola, Nigéria e Etiópia têm sido frequentemente assoladas por repetidos incidentes, sequestros e homicídios de trabalhadores estrangeiros, como também por actos de sabotagem nas suas instalações petrolíferas¹⁴⁵. Em parte, estes riscos não são novidade, já que muitos dos interesses chineses situam-se em certas zonas da África consideradas muito arriscadas, ou inviáveis por outros governos ou corporações multinacionais. Porém, a presença chinesa não deixa de ser também alvo de atenção e de crítica por parte da comunidade internacional. A ajuda externa é um dos exemplos pelo qual a China é bastante reprovada, em contraste com a ajuda dos países ocidentais ou instituições como o Banco Mundial o FMI, que normalmente, está condicionada por questões como a promoção da Democracia, dos Direitos Humanos e da Boa Governação. A ajuda chinesa a estes países subsarianos é muito mais atractiva, devido à condição de não interferência nos assuntos internos dos Estados o que tem causado alguns confronto entre os ideais ocidentais vs os ideais chineses. Uma outra crítica que a China tem vindo a receber da Comunidade Internacional, relaciona-se com a prática continuada, e ampliada da venda de armas a países com regimes autoritários, e com repetidas violações dos Direitos Humanos, como o Sudão, o Zimbabué, a Libéria e a Nigéria¹⁴⁶. De acordo com um

¹⁴⁴ FRYNAS, Jedrej George; PAULO, Manuel - *A New Scramble for African Oil?* [Consultado em 19 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://ic.ucsc.edu/~rripsch/AFRICOM/Frynas.pdf> pp. 238-239.

¹⁴⁵ SHAOFENG, Chen - *Assessing the impact of China's foreign energy quest on its energy security*. Consultado em 2 de Março de 2012]. Disponível em: www.eai.nus.edu.sg/EWPI45.pdf pp.11.

¹⁴⁶ ZHAO, Shelly - *The Geopolitics of China-African Oil*. [Consultado em 2 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.china-briefing.com/news/2011/04/13/the-geopolitics-of-china-african-oil.html>

estudo efectuado em Dezembro de 2011, pelos investigadores Wezeman Pieter, Wezeman Siemon e Béraud-Sudreau do SIPRI, a África Subsariana (excluindo a África do Sul), no período decorrido entre 2006-2010, receberam 1,5% do volume das importações de armamento mundial. No mesmo período, a Nigéria foi o país que mais adquiriu armamento e munições, enquanto que o Sudão ficou numa segunda posição, seguido por Angola. No período compreendido entre 1996 e 2005, a Rússia manteve o estatuto de principal fornecedor, posição esta que perdeu para a China no período seguinte, entre 2006 e 2010. Refere o mesmo estudo que a venda de armamento para o Sudão e para o Zimbábue pode ser explicada pela vontade do Governo de Pequim em querer manter e reforçar a longo prazo os laços militares com estes países, do que propriamente pelo acesso aos seus recursos energéticos¹⁴⁷. Por vezes, também é referido que são efectuados acordos comerciais secretos que têm atraído cada vez mais as críticas da opinião pública¹⁴⁸. É verdade que a China aplica métodos distintos de abordagem para interagir com o continente africano, logo, não é surpreendente que seja acusada, inclusive pelos EUA, de ocultar muitas das vezes informações de interesse relevante para outros países. Talvez mesmo, devido a estas observações menos positivas de que tem sido alvo nos últimos anos, a postura de Pequim tenha vindo a tornar-se mais próxima e aberta, um dos exemplos disso mesmo são os *websites* governamentais que fornecem informação também em inglês¹⁴⁹.

Tentando de alguma forma responder a todos estes comentários depreciativos, a 20 de Janeiro de 2012, Liu Wemin, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores Chinesas, pronunciou-se referindo que as relações sino-africanas baseadas em energia e recursos naturais não são o único objectivo da cooperação entre os países, nem é este o único propósito da política externa chinesa para o continente. A China mantém com os países africanos uma boa cooperação nos campos político, económico, cultural e dos assuntos internacionais. E ao longo do tempo, tem dado um forte impulso para o desenvolvimento económico e social de África. Liu Wemin ressaltou ainda que, a cooperação com os países africanos em termos de energia e recursos é feito na base do benefício mútuo, seguindo as práticas e as regras do mercado internacional. Pequim está

¹⁴⁷ WEZEMAN, Pieter D., WEZEMAN, Siemont T., BÉRAUD-JUDREAU, Lucie - *Arms Flows to Sub-Saharan Africa*. [Consultado em 28 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://books.sipri.org/files/PP/SI-PRIPP30.pdf> pp. 3-16.

¹⁴⁸ HONG, Zhao - *Ibidem*, pp. 7-8.

¹⁴⁹ SHINN, David H. - *Africa: The United States and China court the continent*. [Consultado em 3 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://www.allbusiness.com/economy-economic-indicators/economic-conditions-decline/12324932-1.html> pp. 42.

empenhado em oferecer benefícios para a população local, ajudando os países a obterem condições para o seu desenvolvimento independente. Terminando por referir que, espera que os comentários exteriores sobre a cooperação da China-África relativamente a energia e recursos sejam assentes em razões objectivas e justas¹⁵⁰. Para além destas críticas da comunidade internacional, também as vozes africanas já se fazem ouvir. Uma das preocupações é a de que a China esteja a seguir uma agenda neocolonialista, que é reforçada pelo facto de que, na maior parte das concessões de construção de infra-estruturas nos países africanos, os contratos exigem que 70% da mão-de-obra seja empregue a trabalhadores chineses, restando uns 30% para mão-de-obra africana¹⁵¹.

Ao longo deste capítulo foi possível verificar que existem concepções distintas em relação à presença da China no continente africano. Por um lado, é notória a crítica da Comunidade internacional de que a entrada da China no continente africano se resume unicamente pela vertente comercial. Com o desígnio único de usurpar as matérias-primas africanas, idêntica ao colonialismo perpetuado anteriormente pelas potências ocidentais, com um enorme desrespeito pelos Direitos Humanos, pela benevolência para com a corrupção das elites africanas, pela Democracia e pela Boa Governança, aliado à oportunidade de poder escoar os seus bens num mercado deficitário. Pequim defende-se, mencionando que a presença da China no continente é uma mais-valia, uma verdadeira ajuda para o progresso da economia africana, com uma abordagem profissional e genuína. Xu Shanda ex-vice-director da Administração Tributária do Estado Chinês¹⁵², confirma esta posição, mencionado que os planos para o continente são muito distintos dos das antigas potências colonizadoras. Primeiro, em termos políticos a China é contra o colonialismo e o hegemonismo. Em segundo lugar, menciona que a intenção da China nunca será roubar os recursos naturais de outros países¹⁵³.

Certo é que a China como grande potência emergente passou a ser um agente que incomoda muitos países, quer seja pelo seu poderio económico, quer pela relevância

¹⁵⁰ WEMIN, Liu - *Never for Resources Alone*. [Consultado em 16 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/zfgx/dfzc/t904294.htm>

¹⁵¹ CODRIN, Arsene - *Top 10 Misperceptions about Chinese Investment in Africa*. [Consultado em 16 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://www.african-politics.com/top-10-misperceptions-about-chinese-investment-in-africa/>

¹⁵² Xu Shanda, Ex-Vice Director-Geral da Administração Fiscal.

¹⁵³ SHANDA, Xu - *China's "Marshall Plan": Use Forex Reserves to Aid Damaged Economies, Build Markets*. [Consultado em 19 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.chinastakes.com/2009/8/c-hinas-marshall-plan-use-forex-reserves-to-aid-damaged-economies-build-markets.html>

do seu poder em outras áreas. Será que Pequim se contentará somente com o seu poderio económico, sem quaisquer outras pretensões? Para os realistas da segurança energética, aos presentes propósitos da China, predominantemente económicos, seguir-se-ão os no âmbito de segurança, e para que o seu crescente desenvolvimento económico continue, a dependência energética também crescerá, o que poderá levar a implicações no palco político que a sujeitem a ter que a fazer esquecer a presente retórica de não interferência nos assuntos internos dos Estados, não conseguindo evitar uma competição de soma zero no palco energético subsariano pelos recursos naturais, que poderá levar a um conflito entre os dois maiores países consumidores, os EUA e a China¹⁵⁴.

4. A ajuda aos países petrolíferos africanos

O continente africano tem vindo a lutar pelo seu desenvolvimento e crescimento económico, desde que se iniciou o período da descolonização. Porém, alguns dos países mais pobres do mundo ainda se encontram nesta região, os quais têm sido incapazes de fazer progressos substanciais, no sentido de criar economias estáveis com bons índices de crescimento, contribuindo para a melhoria das condições de vida das suas populações. Durante a Presidência de Mao Tsé-tung, foram enviados para África dezenas de milhar de trabalhadores agrícolas e da construção para reforçar os laços com os países que estavam a libertar-se do colonialismo¹⁵⁵. Com o fim da Guerra-fria, a situação muda e a migração chinesa passa a estar mais vocacionada para o campo das relações económicas, do que para os interesses de ordem ideológica, anteriormente relacionados com a independência dos países africanos.

Em 1956, Pequim iniciou o mecanismo de Ajuda Externa aos países africanos, contudo, só pós 1978, é que este mecanismo começou a ser relevante. Na década de 90, foram tomadas uma série de medidas com o intuito de o reformar e de o melhorar, com foco na diversificação das fontes a auxiliar e dos meios de financiamento. Neste seguimento, foi criado em 1993, um Fundo de Ajuda Externa para os projectos de

¹⁵⁴ RAPHAEL Sam, STOKES Doug - *Globalizing West African oil: US 'energy security' and the global economy*. [Consultado em 19 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/87_4stokesraphael.pdf pp. 913.

¹⁵⁵ RICE, Xan - «Em África como na China». In *Rumo*. Número 6, 2012, pp. 43-48.

cooperação, essencialmente utilizado para apoiar pequenas e médias empresas chinesas na criação de *joint-ventures*, ou para ajudar na cooperação com os países beneficiários desta ajuda. Em 1995, o banco estatal, *China EximBank*, começou a fornecer a médio e longo prazo empréstimos com taxas de juros muito baixos a vários países africanos¹⁵⁶. A estrutura destes empréstimos naturalmente criou inquietações aos países ocidentais, já que os juros praticados por esta entidade bancária eram, e, são, realmente muito baixos, designados por “créditos preferenciais” ou por “créditos concessionais”, com taxas de juro abaixo do nível do mercado¹⁵⁷. Até 2007, não havia partilha de informações por parte da China sobre o valor destes empréstimos nem sobre a sua periodicidade, com os principais doadores internacionais como o FMI e o BM. O receio por parte do ocidente fazia-se sentir na possibilidade desta política de empréstimos vir a originar uma dívida insustentável aos países abrangidos¹⁵⁸. A pressão internacional que se abateu sobre esta matéria fez com que, a 21 de Maio de 2007, o *China EximBank* e o Banco Mundial tenham assinado um memorando de entendimento, que visou fomentar a colaboração entre as duas organizações, com foco especial em África¹⁵⁹.

A concessão de empréstimos por parte de Pequim, através do *China Eximbank*, tem-se tornado uma parte relevante no desenvolvimento da economia dos países africanos, sendo a única entidade estatal utilizada pelo governo Chinês para distribuir ajuda económica oficial. Fornece empréstimos a baixos juros aos governos africanos, e estimula as empresas chinesas a investir, através de créditos à exportação, empréstimos para projectos no exterior e garantias internacionais. Estes empréstimos geralmente resultam em grandes projectos de infra-estruturas construídos por empresas chinesas, com materiais chineses e, por muitas vezes, utilizando uma proporção significativa de mão-de-obra chinesa¹⁶⁰, como já foi anteriormente referido.

¹⁵⁶ Information Office of the State Council of the People’s Republic of China - *White Paper China’s Foreign Aid*. [Consultado em 02 de Setembro de 2011]. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2011-04/21/content_1849913_3.htm

¹⁵⁷ AAVV - *China’s Engagement in Africa - Opportunities and Risks for Development*. [Consultado em 6 de Maio de 2011]. Disponível em: http://www.gigahamburg.de/dl/download.php?d=/english/content/ias/pdf/studie_chinas_engagement_in_afrika_en.pdf pp. 35.

¹⁵⁸ GILL, Bates; HUANG, Chin-hao; MORRISON, J. Stephen - *Assessing China’s growing influence in Africa*. [Consultado em 10 de Abril de 2011]. Disponível em: http://www.wsichina.org/cs7_1.pdf

¹⁵⁹ The World Bank - *China Eximbank and World Bank Come Together to Sign Cooperation Memo*. [Consultado em 1 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/news/2007/05/21/china-eximbank-world-bank-come-together-sign-cooperation-memo>

¹⁶⁰ Representantes da sociedade civil, dos sindicatos das Organizações Não Governamentais (ONG’s) e os partidos políticos da oposição, têm uma concepção mais mista, quanto ao envolvimento da China no continente africano. Alguns são favoráveis à sua presença, outros têm reacções hostis, e uma parte é meramente céptica aos objectivos reais da China. As organizações que promovem uma governação

As reacções à presença do “Império do Meio” em África diferem em muito. Na opinião dos investigadores Kwesi Aning e Delphine Lecoutre, do Institute for Security Studies (ISS), os países africanos não suspeitam da China, e nem se sentem ameaçados por este gigante, ao contrário das intenções dos antigos países colonizadores. A percepção africana é a de que a China oferece ao continente uma nova fonte de capital e investimento¹⁶¹. Realmente a ajuda prestada ao continente tem sido de grande relevância para o seu desenvolvimento económico. Para se ter um exemplo da dimensão da ajuda, vejamos em termos concretos o seu significado. Em Maio de 2007, o então Ministro da Saúde Gao Qiang, pela ocasião do 60º aniversário da OMS, anunciou que doaria \$8 milhões para a organização ajudar a criar e a desenvolver mecanismos de capacidade de resposta aos casos de emergência de saúde pública no continente africano¹⁶². No Sudão, até 2008, Pequim já tinha investido em projectos de ajuda humanitária cerca de \$2.8 milhões. Em Angola, até 2009, a China investiu cerca de \$4.547 milhões na assistência à construção de infra-estruturas nas áreas da saúde, da agricultura, dos transportes, da energia e da educação, entre outros. Em 2009, África já contabilizava 45,7% do total da Ajuda Externa da China¹⁶³. Recentemente, no dia 29 de Janeiro de 2012, Jia Qinglin, Presidente da *Chinese People’s Political Consultive Conference*, reuniu-se com os líderes da União Africana (UA) na 18ª sessão Ordinária da Assembleia Geral, realizada em Addis Abeba, na Etiópia, com o intuito de reforçar os laços com o continente africano. Comprometeu-se em fornecer cerca de \$95 milhões em ajuda gratuita à União Africana, durante os próximos três anos, apenas um dia depois de 29 trabalhadores chineses terem sido raptados por rebeldes sudaneses, o que claramente evidência a natureza do empenhamento de Pequim em criar relações produtivas com este continente¹⁶⁴. Além deste compromisso, também foram apresentadas cinco propostas com o objectivo de levar a cabo uma parceria estratégica China-África para um nível

democrática, a reforma da política económica e a melhoria das práticas dos Direitos Humanos, tendem a ser mais negativas em relação à presença da China. Representantes dos sindicatos do sector têxtil estão particularmente descontentes com a China, os pequenos comerciantes e os proprietários das indústrias locais que perderam competitividade, ou que tiveram mesmo que fechar as suas lojas e as indústrias devido à concorrência dos produtos chineses, são especialmente críticos à sua presença. Por último, uma parte dos consumidores africanos dão as boas vindas aos produtos baratos da China, mas outros queixam-se da baixa qualidade dos mesmos, e até de alguns produtos contrafeitos. In SHINN, David H. - *Ibidem*, pp. 43-45.

¹⁶¹ ANING, Kwesi; DELPHINE, Lecoutre - *China’s ventures in Africa*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.iss.org.za/uploads/17NO1ANING.PDF> pp. 47.

¹⁶² GILL, Bates; HUANG, Chin-Hao; MORRISON, J. Stephen - *Ibidem*, pp. 7.

¹⁶³ Para melhor compreensão em relação ao total de Ajuda Externa Chinesa ver Anexo nº 2, pp. 164.

¹⁶⁴ PIERSON, David - *China pledges more aid for Africa even after workers go missing*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.latimes.com/business/money/la-fi-mo-china-africa-20120130,0,1269310.story>

mais elevado. As cinco propostas foram: promover a amizade tradicional sino-africana, intensificar a coordenação e a cooperação em assuntos internacionais e regionais visando a cooperação económica, ampliar o intercâmbio *people-to-people* e favorecer a construção do Fórum (FOCAC)¹⁶⁵.

Após a reflexão sobre os interesses energéticos da China, e as implicações políticas a nível interno e externo deste envolvimento no palco energético africano, observemos o molde em que os Estados Unidos da América baseiam os seus interesses energéticos para o continente.

¹⁶⁵ LINYAN, Wang - *China to scale up assistance to Africa*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/cndy/2012-01/30/content_14502372.htm

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Até finais da década de 60, o mercado petrolífero internacional resumia-se a um grupo de companhias petrolíferas que juntas formavam um monopólio privado, formado por sete companhias transnacionais conhecidas como as “sete irmãs”, principalmente de origem americana e britânica. As companhias americanas eram o resultado da fragmentação¹⁶⁶ da anterior *Standard Oil Company* que se dividiu em quatro companhias, a Esso, a Texaco, a Socony, e a Socal que se associaram a outra companhia norte-americana, a Gulf Oil, formando com a Shell e a Amoco de origem britânica (actualmente designada por BP), o monopólio das “sete irmãs”. A quantidade do petróleo mundial extraído dependia da decisão deste monopólio e das necessidades dos países importadores, sendo que neste caso o preço do barril de petróleo podia ser monopolizado, com vantajosos proveitos económicos para estas companhias. Porém, no início da década de 70, os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) tentaram actuar sobre os preços do barril de petróleo, aumentando o seu valor em mais de 300%, o que provocou o primeiro “choque petrolífero” em 1973. Os principais países produtores de petróleo na época com grande influência no mercado internacional, como a Arábia Saudita, o Iraque, o Irão, o Kuwait e a Venezuela, começaram a estabelecer o ritmo de produção através da OPEP passando a ter um grande efeito sobre os preços praticados e, assim, as “sete irmãs” foram perdendo o seu poder e influência no mercado petrolífero internacional¹⁶⁷, passando também a pagar *royalties*, que até então não pagavam, tendo sido também criados impostos muito mais elevados nos países onde operavam. Além disso, os Estados Unidos atingiram o auge da sua produção petrolífera interna, e são obrigados a importar petróleo de outras geografias. O estatuto que detinham de serem um país fornecedor que poderia compensar o petróleo em falta, como tinha ocorrido anteriormente, durante as duas

¹⁶⁶ Provocada pela lei anti truste de 1890, do Senador John Sherman, Presidente da Comissão de Finanças do Senado Americano que consistiu: «numa Lei da Legislação Federal para a protecção das pequenas empresas e do país, contra a concentração do poder e do abuso empresarial. O fundamento, baseava-se na preocupação de que as empresas ao adquirirem poder e influência, poderia de algum modo impedir que o Governo fosse capaz de controlar as suas acções, o que sucedia precisamente, na altura, com a *Standard Oil Company*, já que existe quem afirme, que esta lei foi proclamada por causa do poder que esta companhia detinha na altura». O artigo 2º da Lei anti truste define que: «Toda a pessoa que monopolizar, ou tentar monopolizar, ou conluir, ou conspirar, com outra pessoa ou pessoas para monopolizar qualquer parte de intercâmbios do comércio entre os diversos Estados, ou com países estrangeiros será considerada culpado de crime doloso». In JUHASZ, António - *A tirania do Petróleo: A mais poderosa indústria do petróleo e que pode ser feito para detê-lo*. Ediouro. São Paulo, 2008, pp. 50-53.

¹⁶⁷ *Idem, Ibidem*, p. 84-102.

guerras no Médio Oriente, (1956 - Guerra do Suez / 1967 - Guerra dos Seis Dias), em que os países árabes tentaram levar a cabo um embargo petrolífero, cortando o abastecimento de petróleo, deixa de existir¹⁶⁸.

O desejo que o Presidente Richard Nixon demonstrou em Janeiro de 1974, ainda no apogeu da crise do petróleo de 1973, ao referir que até ao final de 1980, os Estados Unidos não seriam mais dependentes de nenhum outro país para a energia que necessitariam internamente, e a promessa, seis anos depois, do Presidente Jimmy Carter, em Julho de 1979 que os EUA não iriam importar mais petróleo do estrangeiro do que aquele que tinham importado até 1977¹⁶⁹, não foram plenamente atingidos. Apesar de, um ligeiro decréscimo nas importações petrolíferas no final dos anos 70, e, no início dos anos 80, devido à crescente inovação tecnológica e à criação de políticas governamentais para reforçar e incentivar a conservação dos recursos naturais¹⁷⁰, as necessidades internas continuaram a aumentar. Segundo o investigador Anthony Cordesman, do *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), o embargo petrolífero dos países árabes produtores de petróleo, o súbito aumento do preço do barril de petróleo e a crescente insegurança em áreas geográficas produtoras de petróleo como o Golfo Pérsico, fizeram com que os EUA continuassem a ter que depender das importações externas até aos dias de hoje¹⁷¹. Em 2010, os Estados Unidos consumiram 19.1 milhões de b/d de produtos petrolíferos, transformando este país no maior consumidor de petróleo e derivados do mundo, com 22% do total consumido mundialmente.

Em Março de 2012, num discurso pela ocasião de uma visita à Carolina do Norte, o Presidente norte-americano Barack Obama demonstrou a sua preocupação em termos da dependência das importações de petróleo, já que, o país contém somente 2% do total das reservas petrolíferas mundiais, mas consome mais de 20% do petróleo produzido a nível mundial¹⁷². Os EUA têm tentado reduzir a sua dependência externa

¹⁶⁸ NYE, Joseph S. Jr. - *Ibidem*, pp. 84-90.

¹⁶⁹ LUFT, Gal - «United States: A shackled Superpower». In *Energy Security Challenges for the 21st century*. Santa Barbara, California. Greenwood publishing group, 2009, pp. 145.

¹⁷⁰ Como resultado da introdução destas medidas entre 1979 e 1985, o consumo interno de petróleo nos EUA diminuiu 15%, e as importações diminuíram 42%. In LUFT, Gal - *Ibidem*, pp. 145.

¹⁷¹ CORDESMAN, Anthony - *US Oil and Gas Import Dependence*. [Consultado em 5 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://csis.org/publication/us-oil-and-gas-import-dependence-department-energy-projections-2011>.

¹⁷² The White House - *Remarks by the President on Energy*. [Consultado em 5 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/03/07/remarks-president-energy-mount-holly-nc>.

com o aumento da exploração e da produção dos seus campos petrolíferos, contudo, o declínio interno em termos de exploração de petróleo continua. Os campos petrolíferos de maior dimensão foram descobertos já há algum tempo, colocando deste modo, a indústria de hidrocarbonetos menos lucrativa e, conseqüentemente, menos atraente para grandes investimentos. Existem também as questões ambientais, nomeadamente zonas onde as actividades de prospecção e de desenvolvimento estão interditas. A título de exemplo, temos o *offshore* do Atlântico e do Pacífico, a região costeira oriental do Golfo do México e o Alasca.

O Embaixador Carlos Pascual, enviado especial do Departamento de Estado e Coordenador para os assuntos Internacionais de Energia, em Dezembro de 2011, durante uma conferência em Washington referiu que «os EUA entendem que devem conseguir um fornecimento adequado de energia a preços acessíveis e de fontes confiáveis. Mas, tudo depende dos mercados globais, e não só do que se passa dentro dos EUA. O que significa que os EUA têm que pensar sobre a sustentabilidade destes recursos energéticos, e de que maneira se trabalhará sobre as capacidades que esses recursos nos proporcionarão no futuro»¹⁷³. Uma das preocupações menciona o Embaixador, é a de dar maior atenção à coordenação das políticas americanas internacionais de energia, porque estas políticas tem um impacto directo no crescimento económico e na segurança nacional do país¹⁷⁴, mencionado também que a administração Obama está comprometida em tornar os Estados Unidos num país menos dependente das importações energéticas.

Na apresentação do *Blueprint for a Secure Energy Future*, de 30 de Março de 2011, é demonstrado o empenho da Administração em reduzir a dependência de energias não renováveis, como o petróleo. Uma das metas apresentadas neste projecto é o compromisso de que, por volta de 2015, cerca de 80% da energia gerada no país seja proveniente de um conjunto diversificado de fontes de energia limpas. Na prossecução deste propósito, é reforçado o empenho em reforçar a fiscalização das fontes energéticas provenientes das operações situadas em *offshore*, reorganizando o anterior organismo responsável por estas políticas, o *Minerals Management Service*, em três agências com poderes separados. As três agências apresentadas serão designadamente, o *Office of*

¹⁷³ PASCUAL, Carlos - *The State Department's New Bureau of Energy Resources: Shaping America's Global Energy Policy*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://fpc.state.gov/177598.htm>

¹⁷⁴ *Idem, Ibidem.*

Natural Resources Revenue (ONRR), a qual ficará responsável pelas receitas da produção, o *Bureau of Ocean Energy Management* (BOEM), sobre o qual estará a cargo a gestão e o desenvolvimento dos recursos em *offshore* e, por último, a agência responsável pela protecção ambiental, o *Bureau of Safety and Environmental Enforcement* (BSEE)¹⁷⁵.

Um recurso natural que está a contribuir muito positivamente no mercado energético dos EUA para a redução da dependência em energias não-renováveis é o gás de xisto, que provocou uma revolução na indústria do gás, com um enorme impacto sobre a segurança dos abastecimentos e dos preços praticados nos EUA¹⁷⁶. A exploração de gás de xisto nos EUA iniciou-se em meados dos anos 70, numa parceria entre o Departamento de Energia dos EUA e o Instituto de Pesquisa de Gás, que juntos desenvolveram tecnologias para a produção na região leste do país. Durante os anos 80 e 90, a *Mitchell Energy and Development Corporation* encetou a produção em larga escala, através da tecnologia de perfuração horizontal e de fracturação hidráulica. A indústria de gás de xisto, entre 2005 e 2010, cresceu cerca de 45% ao ano, e a participação do gás de xisto na produção geral de gás nos EUA cresceu de 4% para 24% no mesmo período¹⁷⁷. De acordo com *Annual Energy Outlook* de 2011, o gás de xisto representava 34% do gás doméstico consumido, e as projecções para o ano de 2035, são bastante optimistas, esperando-se que a sua produção atinga os 46% do gás natural nos EUA¹⁷⁸. As descobertas realizadas na bacia de Bakken, que vai desde a região do Dakota do norte ao Canadá, revelaram-se extraordinárias, e passaram a cobrir 300 anos de consumo interno. O modelo tecnológico de perfuração, através da fracturação hidráulica usado na extracção deste gás, está também a ser usado na produção de *shalle oil*, e os resultados têm-se revelado muito bons. Pela primeira vez, desde há décadas, a produção de crude nos EUA poderá vir a aumentar nomeadamente nas bacias de Bakken no Dakota do Norte, Three Forks em Montana, e Eagle Ford no Texas, podendo até igualar a produção do Golfo Pérsico. Se esta avaliação for correcta,

¹⁷⁵ The White House - *Blueprint for a Secure Energy Future*. [Consultado em 02 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/blueprint_secure_energy_future.pdf pp. 6-10.

¹⁷⁶ JABLONSKA, Monica Sophie - *A revolução do gás de xisto*. [Consultado em 29 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://www.paulkenneylaw.com/article/Monika_Jablosnka_JCom_-_Shale_Gas.pdf

¹⁷⁷ NYE, Joseph - *A Dependência Energética num mundo Interdependente*. [Consultado em 29 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.publico.pt/ProjectSyndicate/Joseph%20Nye/a-independencia-energetica-num-mundo-interdependente-1554799>

¹⁷⁸ U.S. Energy Information Administration - *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions outside the United States*. [Consultado em 29 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/analysis/studies/worldshalegas/>

o impacto geopolítico destas descobertas será enorme para o país, e as importações de petróleo poderão vir a ser reduzidas significativamente no futuro¹⁷⁹.

Contudo, a curto e médio prazo a dependência das importações de petróleo continua a ser muito significativa. À medida que cresce a procura interna e os mercados internacionais tradicionais de importação de petróleo não aparentam promover estabilidade que assegure a exportação de petróleo nas mesmas quantidades até aí fornecidas, a procura por novas regiões que possam fornecer o tão almejado “ouro negro” aumenta. Neste sentido, o continente africano, nomeadamente os países subsarianos, Angola e Nigéria aparecem como uma oportunidade de investimento, uma região atractiva de prospecção e de produção que os Estados Unidos já haviam considerado e apostado, mesmo antes de a China se ter tornado num competidor internacional relevante¹⁸⁰. Cabe igualmente referir a proximidade geográfica que estes dois países têm com o leste dos EUA, permitindo que o transporte destas matérias-primas tenha um custo mais reduzido, e seja mais rápido e mais eficiente do que em outras regiões, sem os constrangimentos de possíveis cortes no transporte, como sucede na região do Médio Oriente.

Apesar do clima de insegurança sentido no país, a Nigéria apresenta-se como um dos principais países exportadores de petróleo para os EUA. Em 2010, forneceu 11% das importações americanas de petróleo em bruto e de derivados, só ficando à sua frente o Canadá e a Arábia Saudita que juntos representam 37% do mercado abastecedor dos EUA¹⁸¹. O que demonstra o papel vital da Nigéria, já que ao subtrair o total das exportações petrolíferas do continente africano, que em 2010, estiveram na ordem dos 23%, com as da Nigéria, este país praticamente forneceu metade do petróleo africano exportado para os EUA. E de acordo com as projecções da EIA, em 2011 os EUA continuaram a ser o principal país importador de petróleo nigeriano com 33% do total exportado¹⁸². E para este sucesso em muito contribuem duas das maiores companhias petrolíferas internacionais norte-americanas, a *ExxonMobil*¹⁸³ e a *Chevron*

¹⁷⁹ SILVA, Costa António – «A Revolução energética do gás de xisto». In *Expresso*. Lisboa. 2012, p. 38.

¹⁸⁰ AAVV - *Relatório de Energia em Angola*. [Consultado em 28 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://ceic.cmi.no/ceic/images/RelatorioEnergia/renergia> pp. 64.

¹⁸¹ U.S. Energy Information Administration - *Oil Imports and Exports*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.eia.gov/energyexplained/index.cfm?page=oil_imports

¹⁸² U.S. Energy Information Administration - *Nigeria*. [Consultado em 9 de Setembro de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=NI>

¹⁸³ A ExxonMobil mantém actividades de exploração e de produção em dez países africanos: Angola, Nigéria, Chade, Guiné Equatorial, Madagáscar, Congo-Brazzaville, Líbia, Níger, São Tomé e Príncipe e

Texaco,¹⁸⁴ com actividades de prospecção, de exploração e de produção no sector petrolífero africano¹⁸⁵. Outras companhias petrolíferas internacionais, como a *ConocoPhillips*¹⁸⁶ e a *Marathon Oil Corporation*,¹⁸⁷ possuem também actividades de exploração no continente, sendo que esta última entrou no sector petrolífero sudanês (à época ainda um único país) somente após o Acordo de Paz (CPA) realizado em 2005¹⁸⁸. Por último, temos a *Anadarko Petroleum Corporation*, que apesar de ser a companhia mais recente a entrar no mercado energético africano, já mantém actividades de produção e de exploração de petróleo e de gás em oito países do continente¹⁸⁹. Mas, o papel da *ExxonMobil* no continente não se resume somente à exploração e produção de petróleo. De acordo com o programa *U.S. President's Emergency Plan for AIDS Relief* (PEPFAR)¹⁹⁰, com foco na prevenção e tratamento de várias doenças, sendo uma delas a malária, a *ExxonMobil* foi, até à altura, a companhia que mais investiu e criou emprego no continente africano. Tem estado empenhada em desenvolver parcerias com as instituições locais, com as ONG's internacionais e os governos africanos, no intuito de impedir a propagação da malária. Desde 2000 que esta iniciativa já abrangeu 66 milhões de indivíduos através de um apoio financeiro no valor de \$110 milhões, que serve para subsidiar a entrega de instrumentos de prevenção de contaminação¹⁹¹. Fornece também, ajuda técnica aos países para poderem aumentar a sua capacidade no controlo da propagação da malária. Através da *ExxonMobil Foundation to Medicines for Malaria Venture*, foi possível ajudar na introdução do medicamento *Coartem Dispersible*, o primeiro medicamento desenvolvido para crianças no continente¹⁹². Estes

Camarões. [Consultado em 20 de Abril de 2012]. Disponível em: http://www.exxonmobil.com/Corporate/about_where.aspx

¹⁸⁴ A Chevron-Texaco é resultado da união entre a Chevron e a Texaco no ano de 1998.

¹⁸⁵ A Chevron-Texaco está presente em seis países africanos: Na Libéria tem actividades de exploração, em Angola, no Chade, na Republica Democrática do Congo, na Nigéria e na República do Congo, mantém actividades de exploração e de produção de petróleo.

¹⁸⁶ A ConocoPhillips está presente em quatro países africanos: Angola, Nigéria, Líbia e Argélia. [Consultado em 22 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://www.conocophillips.com>

¹⁸⁷ A Marathon está actualmente presente em três países africanos: Angola, Guiné Equatorial e Líbia. [Consultado em 22 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://www.marathonoil.com/>

¹⁸⁸ No capítulo dedicado ao Sudão será explicado mais detalhadamente a assinatura deste acordo de Paz.

¹⁸⁹ Os oito países africanos são: Argélia, Quénia, Moçambique, Cote d'Ivoire, Gana, Libéria e Serra Leoa. [Consultado em 22 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://www.anadarko.com/Operations/Pages/InternationalFrontierOverview.aspx>

¹⁹⁰ U.S. President's Emergency Plan for AIDS Relief. [Consultado em 2de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.pepfar.gov/>

¹⁹¹ Já foram entregues mais de 13 milhões de mosquiteiros.

¹⁹² ExxonMobil Malaria Initiative. [Consultado em 22 de Abril de 2012]. Disponível em: http://www.exxonmobil.com/Corporate/community_malaria_initiative.aspx

são alguns exemplos das políticas de responsabilidade corporativa das companhias petrolíferas norte-americanas.

Vejam os seguintes moldes os EUA aumentaram a sua presença no continente africano.

1. EUA: O evoluir da Política Externa para o continente africano pós Guerra-fria

O continente africano, durante a década de 90, não foi considerado como uma prioridade para os EUA em termos de interesses estratégicos¹⁹³. Mesmo com a eleição de George W. Bush em 2000, a abordagem do país para esta região não mudou significativamente. Durante a Campanha Presidencial de George W. Bush foi referido que o continente africano não fazia parte dos interesses estratégicos militares nacionais¹⁹⁴. Contudo, os recursos energéticos provenientes desta região demonstravam ser indispensáveis para a sustentabilidade energética dos EUA. De acordo com o Relatório Nacional da Energia sobre as necessidades energéticas para os próximos 25 anos, publicado em Maio de 2001, da autoria do vice-Presidente Dick Cheney, que ficou conhecido como o “Relatório Cheney”, é notório o incentivo para a consolidação de alianças comerciais com os maiores produtores mundiais de petróleo situados no Hemisfério Ocidental, no continente Africano e no Mar Cáspio, nomeadamente o Azerbaijão e o Cazaquistão, e outras regiões que fossem abundantes em recursos petrolíferos¹⁹⁵. Os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de Setembro de 2001 sustentaram este incentivo. Os *Think Tanks*, influenciadores da opinião pública e de alguns sectores da sociedade e do Governo começaram a argumentar que os Estados Unidos deveriam procurar outras regiões fornecedoras de petróleo, dando o exemplo do continente africano de forma a diminuir a dependência do Médio Oriente.

¹⁹³ «In 1995, the Department of Defense outlined its view of Africa in its U.S. Security Strategy for Sub-Saharan Africa, asserting that “ultimately we see very little traditional strategic interest in Africa». In PLOCH Lauren - *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/104287.pdf> pp. 15.

¹⁹⁴ «Issues on the African continent have not historically been identified as strategic priorities for the U.S. military, and U.S. military engagement in Africa has been sporadic». In PLOCH Lauren - *Ibidem*, p. 15.

¹⁹⁵ National Energy Policy - *Reliable, Affordable, and Environmentally Sound Energy for America's Future*. [Consultado em 29 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.wtrg.com/EnergyReport/National-Energy-Policy.pdf> pp. 8-3.

Como referiu Ed Royce, o petróleo deveria ser tratado como uma prioridade para a segurança dos EUA pós 11 de Setembro de 2001¹⁹⁶. Porém, a política externa de Washington para este continente, na altura, baseava-se em três princípios fundamentais: a liberdade dos povos, a paz e a prosperidade, com uma clara direcção para a criação de um clima de segurança do continente, em que a prioridade estratégica estava centrada no combate e ao bloqueio da expansão do terrorismo¹⁹⁷. Apesar da política externa dos EUA estar focado no combate ao terrorismo, no ano seguinte, começa a desenvolver-se uma distinta abordagem sobre o futuro das relações com o continente africano, que pode ser observada na *National Security Strategy* (NSS) de 2002, em que África começa a tornar-se relevante, não somente pela prioridade de combate ao terrorismo, mas também, como já aqui foi referido, pela importância dos recursos energéticos que a região poderia vir a proporcionar. No final desse mesmo ano, o Presidente George W. Bush tomou uma iniciativa sem precedentes ao receber onze Chefes de Estado Africanos. Ao mesmo tempo, altos funcionários americanos, incluindo o Secretário de Estado Colin Powell, visitaram países como a Nigéria, Angola e o Gabão. Em Maio de 2004, o Presidente de Angola foi recebido na Casa Branca pelo Presidente George W. Bush, encontro esse que resultou particularmente favorecedor para a companhia petrolífera americana Chevron, que conseguiu estender o contrato de exploração do Bloco 0 para mais trinta anos¹⁹⁸. Na NSS de 2006, verifica-se que a agenda da política externa norte-americana direccionada para o continente, continua a ter como prioridade a promoção de um ambiente de paz e de segurança, porém existe uma clara evolução na percepção da importância desta zona geográfica, onde o continente passa a ser considerado uma região de promessa e de oportunidade, ligada por laços culturais e históricos, comerciais e estratégicos¹⁹⁹.

¹⁹⁶ «African oil should be treated as a priority for U.S. national security post 9-11, and I think that post 9-11 it's occurred to all of us that our traditional sources of oil are not as secure as we once thought they were. In Chairman Ed Royce - *Africa Oil: A Priority to National Security and African Development*. [Consultado em 30 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.iasps.org/strategic/africa/awhitepaper.pdf> pp. 3.

¹⁹⁷ «[...] and our strategic priority - combating global terror [...] we will work with others for an African continent that lives in liberty, peace, and growing prosperity». In The White House - *The National Security Strategy 2002*. [Consultado em 2 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/nss4.html>

¹⁹⁸ FRYNAS, Jedrej George; PAULO, Manuel - *Ibidem*, pp. 337.

¹⁹⁹ «Africa holds growing geo-strategic importance and is a high priority of this Administration. It is a place of promise and opportunity, linked to the United States by history, culture, commerce, and strategic significance. Our goal is an African continent that knows liberty, peace, stability, and increasing prosperity». In The White House - *The National Security Strategy 2006*. [Consultado em 02 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/sectionVIII.html>

Com a eleição do Presidente norte-americano Barack Obama, em 2008, o continente passa a ser identificado como uma das principais preocupações da política externa norte-americana. Um exemplo dado pela Administração, no reformular da política externa para o continente, foi demonstrado na visita oficial, em 2009, do Presidente dos EUA ao Gana. Durante a visita, o Presidente exprimiu a sua vontade em continuar a ser um forte parceiro do povo africano, referindo que acredita no potencial do continente²⁰⁰. A continuação do Millennium Challenge Account (MCA)²⁰¹ criado em 2004, pela Administração de George W. Bush, o qual foi mantido e ampliado pela Administração de Obama, reflecte precisamente o interesse em promover o crescimento dos países africanos, especificamente, nas extensões ligadas aos fundos de ajuda ao desenvolvimento para a remoção de barreiras ao investimento e ao comércio. Até 2010, cerca de 65% dos fundos do MCA foram destinados ao continente africano²⁰², sendo que no combate à pobreza já foram investidos \$7.9 mil milhões²⁰³ beneficiando 171,729,564 pessoas²⁰⁴.

A actual administração norte-americana continua empenhada em promover as instituições democráticas, a Boa Governação, a paz e a estabilidade, o crescimento sustentado e a vontade de manter e ampliar os seus interesses energéticos na África Subsariana. Exemplo deste empenho pode ser verificado pela criação do Diálogo de Parceria Estratégica, com dois principais países fornecedores de petróleo dos EUA, Angola e Nigéria, que são os únicos países juntamente com a África do Sul, a beneficiarem desta parceria. Consiste em dois grupos de trabalho, um com base na cooperação em segurança, e um outro, na cooperação energética que envolve representantes de alto nível de ambos os governos e representantes do sector privado²⁰⁵.

²⁰⁰ «We believe in Africa's potential and promise. We remain committed to Africa's future. We will be strong partners with the African people». In CARSON, Johnnie - *U.S.-Africa Policy Under the Obama Administration*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.state.gov/p/af/rls/rm/2010/139462.htm>

²⁰¹ A ajuda proporcionada pelo MCA só é aplicável se os países beneficiários estiverem comprometidos em praticar uma Boa Governação, a liberdade económica e o investimento em benefício dos seus cidadãos.

²⁰² RAPHAEL Sam, STOKES Doug - *Globalizing West African oil: US 'energy security' and the global economy*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/87_4stokesraphael.pdf pp. 918.

²⁰³ Millennium Challenge corporation - *Congressional Budget Justification Fiscal Year 2012*. [Consultado em 23 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.mcc.gov/documents/reports/mcc-fy2012-cbj.pdf> pp. 27-30.

²⁰⁴ A agência USAID criada em 1961, pelo Presidente Jonh F. Kennedy é um outro exemplo da assistência e do apoio ao continente em termos económicos, sociais, políticos e de saúde, abrangendo vários países africanos, incluindo Angola, Nigéria, Sudão e Sudão do Sul.

²⁰⁵ RAPHAEL Sam, STOKES Doug - *Ibidem*, pp. 907-908.

Em 5 de Abril de 2010, Johnnie Carson, Secretário Adjunto do Departamento dos Assuntos Africanos, num encontro anual do Programa *Africa Focus* na Universidade Harvard, referiu que a política externa direccionada para o continente africano passou a estar fundamentada em cinco princípios capitais²⁰⁶.

O primeiro princípio consiste na intenção de fortalecer as instituições democráticas e proteger os progressos já conseguidos em alguns países como o Botswana, Gana, Tanzânia, Maurícias e África do Sul, através da comunidade internacional e da sociedade civil²⁰⁷. Contudo, nem sempre este objectivo tem sido fácil de ser concretizado. Vejamos a título de exemplo a Nigéria, um país com uma grande instabilidade política, particularmente na região do delta do rio Níger. Um país detentor de grandes recursos energéticos, nomeadamente o petróleo e, como já foi mencionado de grande importância para os EUA, porém, não existem instituições democráticas eficazes, as forças de segurança não respeitam os Direitos Humanos, cada vez mais, aumentam os grupos de insurgentes e os ladrões de petróleo e a corrupção entre os detentores do poder, as quais são similares por plangência a tantos outros países africanos, não aparentando ter uma solução simples. A título de exemplo, apesar de não ser uma companhia de origem americana, a *Royal Dutch Shell* estima que cerca de 150 mil barris de petróleo sejam roubados por dia, aproximadamente 6% da produção total. Em 2011, apenas foram efectuadas três perfurações em poços de petróleo, muito abaixo das cerca de vinte efectuadas em 2005. Os riscos e os custos operacionais que esta situação de incerteza e de roubo acarretam, resultam no decréscimo da extracção, produção e comercialização a curto e médio prazo nesta região²⁰⁸.

O segundo princípio seria o Progresso Económico. Neste caso, a intenção dos EUA era a de revitalizar o sector agrícola apoiando uma iniciativa de Segurança Alimentar, com o intuito de melhorar a capacidade do povo africano em produzir as suas próprias necessidades alimentares e, assim, reduzir a sua dependência por produtos alimentares importados. Um dos programas implementado para este efeito, é o conhecido programa AGOA criado em 2000²⁰⁹.

²⁰⁶ CARSON, Johnnie - *Ibidem*.

²⁰⁷ *Idem, Ibidem*.

²⁰⁸ The Economist - *Still an oily dangerous mess*. [Consultado em 16 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21560299>

²⁰⁹ African Growth and Opportunity Act. [Consultado em 02 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.agoa.gov/>.

O terceiro princípio seria relativo à Saúde. Neste caso, resumidamente, o objectivo era o de continuar com o Programa iniciado na anterior Administração de George W. Bush, o PERFAR²¹⁰, o qual tem tido grandes resultados, sendo o programa de saúde mais eficiente aplicado no continente com foco na prevenção e tratamento de várias doenças como a SIDA, a malária, a tuberculose e a poliomielite.

O quarto princípio correspondia à Prevenção e Resolução de Conflitos. Esta temática será talvez a mais difícil de concretizar e a que acarreta mais dificuldades para os Governos e para as suas populações, sendo que a ideia é a de mitigar, prevenir e solucionar os conflitos já iniciados. Um dos exemplos sobre a implementação da Prevenção e da Resolução de conflitos referidos por Johnnie Carson foi o da nomeação de um enviado especial, o General Scott Gration para o Sudão, no intuito de garantir a implementação do Acordo de Paz de 2005.

O último princípio seriam os assuntos transnacionais, como os problemas ambientais que o continente enfrenta, apesar de ser a região que emite em menor quantidade gases de efeito de estufa, sofre igualmente as consequências das mudanças climáticas. O tema do narcotráfico também é apresentado, porém de uma maneira mais vaga, mencionando que o seu combate deverá ser executado em conjunto com os Estados Africanos.

Na NSS de 2010, é referido que os EUA continuarão a trabalhar para se manterem como um parceiro atractivo e influente com o continente garantindo que as prioridades africanas, como o desenvolvimento de infra-estruturas, a criação de instituições de poder confiáveis e o aumento do comércio e do investimento, continuarão a permanecer no topo da agenda da Administração Obama²¹¹.

Em Junho de 2012, foi apresentada a estratégia dos EUA para a África Subsariana, (*U.S. Strategy Toward Sub-Saharan Africa*), na qual são identificados dois objectivos capitais, em consonância com a declaração do Presidente Obama durante a visita oficial, em 2009, ao Gana. O primeiro objectivo baseia-se no fortalecimento das instituições democráticas, objectivo este que tem estado sempre presente em todos os

²¹⁰ U.S. President's Emergency Plan for AIDS Relief. [Consultado em 02 de Junho de 2012] Disponível em: <http://www.pepfar.gov/>

²¹¹ «the United States will work to remain an attractive and influential partner by ensuring that African priorities such as infrastructure development, improving reliable access to power, and increased trade and investment remain high on our agenda». In The White House - *National Security Strategy 2010*. [Consultado em 02 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf pp. 45.

documentos oficiais e declarações da actual Administração no que se refere a este tema. O segundo objectivo relaciona-se com o crescimento económico, nomeadamente, através do comércio e do investimento. Nesta estratégia são identificados quatro pilares que visam guiar a relação América-África Subsariana: *i)* fortalecer as instituições democráticas, promovendo uma governação responsável e transparente; *ii)* impulsionar o crescimento económico, o comércio e os investimentos; *iii)* avançar na cooperação para criar um ambiente de paz e de segurança; *iv)* e, por último, promover as oportunidades e o desenvolvimento da região²¹².

Passados dois meses da apresentação desta estratégia, a 1 de Agosto, a Secretária de Estado, Hillary Clinton, iniciou uma terceira visita com duração de 11 dias ao continente, nomeadamente a sete países da África Subsariana, Gana, Senegal, Uganda, Sudão do Sul, Quénia, Malawi e África do Sul, no intuito de difundir os quatro pilares enunciados. De facto, esta visita transmite a importância do envolvimento comercial e do investimento que os EUA estão empenhados em manter e aumentar nesta região, mas não só. Igualmente a ajuda a sectores fundamentais como a saúde, fundamental para a melhoria das condições de vida das populações africanas, a prevenção dos conflitos com um alargamento substancial de assistência na prevenção do terrorismo depois do 11 de Setembro e à consolidação das instituições democráticas, têm tido uma atenção especial por parte da Administração norte-americana. O comando militar direccionado ao continente africano, o *Regional Unified Combatant for Africa*, (AFRICOM), reflecte precisamente o terceiro objectivo exposto, fazendo parte integrante da política externa norte-americana orientada à criação de um clima de segurança neste continente.²¹³

²¹² The White House - *U.S. Strategy toward Sub Saharan Africa*. [Consultado em 17 de Setembro de 2012]. Disponível em: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/africa_strategy_2.pdf pp. 2-7.

²¹³ GILL, Bates; HUANG, Chin-Hao; MORRISON, J. Stephen - *Assessing China's Growing Influence in Africa*. [Consultado em 20 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.wsichina.org/cs7_1.pdf pp. 4.

2. Regional Unified Combatant for Africa – AFRICOM

«The best way of promoting American interests in Africa—securing investments and oil sources, fighting off Chinese competition and waging the war against terrorism»²¹⁴

O *Regional Unified Combatant Command for Africa* (AFRICOM) foi criado em Outubro de 2007, durante a administração de George W. Bush, com as operações a iniciarem-se, oficialmente, no ano seguinte²¹⁵. É um dos seis comandos do *U.S. Defense Department's Geographic Combat Commands*, com sede em Estugarda, na Alemanha, onde se encontra também o comando EUCOM. Ao ser criado ficaria responsável pelas relações com todos os Estados africanos²¹⁶ perante o Secretário da Defesa das Relações Militares Americanas, a União Africana e as Organizações regionais africanas de segurança²¹⁷. A sua criação mostra o interesse que a África representava para os EUA, já que, durante décadas, o Departamento de Defesa dos EUA não dedicou a atenção necessária a esta região, como dirigiu a outras áreas geográficas. No decorrer da Guerra-fria, com o objectivo de gerir melhor as forças militares no caso de um possível confronto armado com a União Soviética e os seus aliados na altura, foram criados comandos no continente africano, especificamente entre 1946 e 1947, contudo, tornaram-se incapazes de desempenhar efectivamente as suas responsabilidades²¹⁸. No que concerne à África Subsariana, até 1983, esta região não tinha sido incluída em nenhum dos comandos geográficos²¹⁹. Após os atentados de 11 de Setembro de 2001, a

²¹⁴ OKUMU, Watula - *Africa Command: Opportunity for Enhanced Engagement or the Militarization of U.S.Africa Relations?* [Consultado em 2 de Setembro de 2012]. Disponível em: <http://dspace.cigilibrary.org/jspui/bitstream/123456789/31186/1/AFRICOMWOKUMU.pdf?1>

²¹⁵ Durante o tempo decorrido entre 2007 e 2008, o AFRICOM funcionou sob o comando sub-unificado do *United States European Command* (EUCOM). In *United States European Command*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.eucom.mil/>

²¹⁶ Excepto com o Egipto que permaneceu dentro da área da responsabilidade do *United States Central Command*, CENTCOM.

²¹⁷ MESFIN, Berouk - *The Establishment and Implications and the United States African Command*. [Consultado em 4 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/DigitalLibrary/Publications/Detail/?ots591=cab359a3-9328-19cc-a1d2-8023e646b22c&lng=en&id=99270> pp. 4-5.

²¹⁸ Os comandos criados foram designadamente: o Comando EUCOM, sediado em Estugarda, na Alemanha que incluía mais de 90 Estados Europeus e Africanos, incluindo Israel. O CENTCOM, criado em 1983, sediado em Tampa, na Florida, abrangia a Ásia Central e 8 Estados Africanos (Djibuti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Quénia, Seychelles, Somália e Sudão). E o Comando PACOM, com sede no Havai, que incluía 43 Estados Africanos, abrangendo as Ilhas de Comodoro, de Madagáscar e das Maurícias.

²¹⁹ O comando CENTCOM centrou os seus recursos nas guerras do Iraque e do Afeganistão, no combate ao terrorismo, à ameaça do Irão, e à região do Médio Oriente. O comando EUCOM dedicou-se à

política externa norte-americana, sobretudo nos assuntos relacionados com a segurança a defesa e a protecção dos interesses americanos, sofreu uma grande mudança, assistindo-se a uma intervenção militar à escala global. O continente africano foi então uma das regiões abrangidas por este novo paradigma, especialmente com o objectivo de combater as actividades e a proliferação de actos de terrorismo.

Pedro Barge Cunha refere que a conceptualização do comando AFRICOM em Africa foi ajustada de acordo com as necessidades americanas, pela preocupação pela segurança e defesa do Estado e pelos respectivos interesses norte-americanos no continente²²⁰. Evidentemente que, não é fácil estabelecer um comando num continente que claramente não é homogéneo, com características intrínsecas, conflitos transfronteiriços, crime, pirataria, corrupção, terrorismo, refugiados, guerras civis e étnico-religiosas, Estados falidos e Estados párias, entre muitos outros problemas²²¹. Por toda esta conjuntura pouco favorável, o comando AFRICOM aplicou o princípio da Segurança Activa, que pressupunha a aplicação da abordagem dos “3-Ds” – Defesa, Desenvolvimento e Diplomacia – complementando mutuamente os esforços do Departamento de Defesa, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e do respectivo Departamento de Estado. A implementação deste comando foi positiva, refere o autor, principalmente no que concerne ao desenvolvimento das capacidades dos países africanos. Muitas acções foram desenvolvidas em sectores como o da saúde, das comunicações, da logística e da segurança marítima²²². Para além disso, também aumentaram esforços de contra-terrorismo, nomeadamente através da *Operation Enduring Freedom - Trans-Sahara*, a componente de apoio do Departamento de Defesa ao programa *Trans-Sahara Counterterrorism Partnership* do Departamento de Estado²²³. Apesar da visão positiva que refere Pedro Barge Cunha, merece a pena lembrar que na altura da implementação deste comando, nenhum país africano se ofereceu para alojar o seu quartel-general. Porém, os EUA afirmam que a intenção nunca foi a de criar bases militares no

expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aos aliados europeus, e às aspirações políticas e territoriais da Rússia. O comando PACOM direccionou-se para o continente asiático, incluindo a China e a Coreia do Norte.

²²⁰ CUNHA, Pedro Barge - *AFRICOM, um olhar mais abrangente sobre África*. [Consultado em 4 de Novembro de 2011]. Disponível em: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=906

²²¹ STALLINGS, Megan - *The Importance of defining Appropriate African Regions in a Geographic Approach*. [Consultado em 29 de Novembro de 2011]. Disponível em: http://www.csl.army.mil/usacsl/publications/understanding_africa.pdf pp. 109-110.

²²² CUNHA, Pedro Barge - *Ibidem*.

²²³ *Idem, Ibidem*.

continente africano, a única excepção encontra-se no campo Lemonnier, em Djibuti, uma base militar criada em 2002, sob o comando Central dos EUA, tendo sido transferida para o AFRICOM em 2008²²⁴.

Wafula Okumu, responsável pelo programa de Análise da Segurança Africana do Instituto dos Assuntos Africanos na África do Sul, menciona que, para além dos objectivos positivos do comando AFRICOM, existem outros factores que influenciaram a sua criação. Esta opinião é relevante para a investigação em causa, já que, o primeiro factor que o autor apresenta, relaciona-se com questões petrolíferas, salientando-se em primeiro lugar, a dependência cada vez maior da importação de petróleo pelos EUA de Angola e da Nigéria. Em segundo lugar, é uma região composta na sua grande parte por Estados frágeis, instáveis, falidos, que usualmente, só conseguem resolver os seus conflitos com ajuda externa. Com a criação deste comando, a probabilidade de uma actuação mais direccionada aos grupos terroristas e insurgentes, que contam entre muitos dos seus alvos os interesses ocidentais, como os campos petrolíferos, as companhias estrangeiras petrolíferas, os trabalhadores das mesmas e as rotas de abastecimento, é de facto muito relevante²²⁵. Por último, Wafula Okumu menciona a oportunidade de uma melhoria na manutenção da paz em países que se encontram em guerras civis prolongadas. Se os EUA conseguirem com que o treino dado às tropas africanas contribua para a manutenção da paz nas zonas de conflito, poderemos considerar que irá haver uma melhoria significativa, no qual o comando terá um papel essencial para a estabilização, que irá também beneficiar os interesses norte-americanos na região, sejam eles de origem energética, diplomática, política ou de segurança²²⁶.

O actual Presidente dos Estados Unidos Barack Obama tem enfatizado a importância estratégica de África nos vários documentos oficiais e declarações públicas desde que foi eleito. Num discurso, em Julho de 2009, pela ocasião de uma visita ao Gana, o Presidente referiu que o comando AFRICOM está focado em confrontar os desafios que se apresentam no continente, como o genocídio do Darfur ou os terroristas

²²⁴ MOELLER, Robert - *The Truth about Africom*. [Consultado em 9 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/07/21/the_truth_about_africom

²²⁵ OKUMU, Wafula - *Africa Command: Opportunity for Enhanced Engagement or the Militarization of U.S.Africa Relations?* [Consultado em 2 de Setembro de 2011]. Disponível em: <http://dspace.cigilibrary.org/jspui/bitstream/123456789/31186/1/AFRICOMWOKUMU.pdf?1>

²²⁶ *Idem, Ibidem.*

na Somália, que são desafios de segurança global que devem ser confrontados com vista a manter a segurança da América, de África e do resto do mundo²²⁷.

3. EUA e o Jogo Diplomático Energético da China em África

Alguns autores como Klare, Volman, Jianhai e Zweig defendem que o investimento na exploração de petróleo em África, por parte da China, tem despertado a preocupação de Washington. A crescente influência nos últimos anos de Pequim no continente africano, como principal parceiro económico do continente desde 2009, e nos casos em que as importações petrolíferas chinesas são superiores às dos EUA, em certos países, como em Angola, são os factores para esta inquietação. Durante uma reunião com os representantes das empresas petrolíferas em Lagos, em Fevereiro de 2010, Johnnie Carson, Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Africanos, mencionou que «os Estados Unidos não consideram a China como uma ameaça, a China é um competidor muito agressivo, e pernicioso competidor económico sem moral, e não está em África por razões altruístas. Está sim, também, para garantir os votos dos países africanos nas Nações Unidas a seu favor, e por último para provar que Taiwan não é um problema»²²⁸. Carson refere ainda que alguns membros do Congresso e do Departamento de Defesa dos EUA, consideram que a presença de Pequim poderá ajudar e até estimular os ditadores africanos, provocando deste modo um retrocesso aos progressos já efectuados em termos de democracia e governação nos últimos 21 anos²²⁹. O professor associado em Estudos Africanos na Universidade de São Diego nos Estados Unidos, Francis Njubi Nesbitt, contrapõe a opinião de Carson. Nesbitt considera que, os EUA continuam a tratar os africanos como doentes e não como parceiros, ou seja, o investimento de Washington no continente é na sua maior parte dirigido à área da saúde, enquanto que os governos africanos, preferiam que parte dessa ajuda fosse também

²²⁷ «when there is genocide in Darfur or terrorists in Somalia, these are not simply African problems, they are global security challenges, and they demand a global response [...] And let me be clear: our Africa Command is focused not on establishing a foothold on the continent, but on confronting these common challenges to advance the security of America, Africa, and the world». In PLOCH, Lauren - *Ibidem*, pp. 14.

²²⁸ The Guardian - *US embassy cables: US monitors China and its expanding role in Africa*. [Consultado em 9 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/usembassycablesdocuments/250144>

²²⁹ HONG, Zhao - *China - Ibidem*, pp. 22-35.

dirigida para a construção de infra-estruturas, para a reforma e a construção de refinarias, de portos e de outros projectos, essenciais para o seu desenvolvimento²³⁰.

Um dos receios de Washington é que a estratégia de investimentos no exterior de Pequim, em regiões extremamente importantes em termos de hidrocarbonetos, afecte de algum modo, a sua relação com os Governos desses países. A Administração norte-americana considera que é necessário obter fontes de energia mais seguras, confiáveis e acessíveis, e tem elaborado vários documentos que atestam este objectivo, como o *Blueprint for a Secure Energy Future*²³¹. A lei da oferta e da procura faz com que, os mercados estejam em constante flutuação de preços, e este factor aplica-se no mercado energético, em que o valor do barril de petróleo tem oscilado bastante nos últimos anos. Se as empresas petrolíferas estatais chinesas apresentarem alternativas mais aliciantes para os ingressos, sobretudo financeiros dos Governos dos países africanos, os EUA claramente que ficarão a perder nesta corrida.

Em Maio de 2007, Daniel Yerginem defendeu, num artigo publicado na *Brookings Institution Press*, que a China e os EUA não necessitavam de ser rivais na energia aludindo que «Washington e Pequim não necessitam de ser rivais na energia porque como são os principais consumidores mundiais de petróleo, não têm rivais à altura e podem exercer a sua presença no continente africano sem rivalidades de maior preocupação»²³². Outros investigadores como Joe Barnes, James Coan, Jareer Ellass e Zhao Hong são de opinião que, a relação sino-americana no continente africano é marcada tanto pela cooperação como pela competição, defendendo que Pequim e Washington compartilham um amplo leque de interesses na área da energia²³³. É verdade que os interesses são os mesmos, conseguir petróleo, mas os preços altos do barril de petróleo e os mercados energéticos cada vez mais voláteis, têm contribuído para o aumento da preocupação principalmente para os maiores países consumidores de energia, os EUA e a China, sobre a segurança do abastecimento e do transporte de energia. O investigador Patrício González Richardson menciona que se a influência chinesa aumentar rapidamente, o *Consenso de Washington* do liberalismo económico e

²³⁰ NESBITT, Francis Njubi - *Ibidem*.

²³¹ The Political Guide - *Barack Obama on China*. [Consultado em 4 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.thepoliticalguide.com/Profiles/President/US/Barack_Obama/Views/China/

²³² YERGIN, Daniel - *China and America Need Not Be Energy Rivals*. [Consultado em 22 de Abril de 2012]. Disponível em: http://www.brookings.edu/opinions/2007/0520globaleconomics_yergin.aspx

²³³ BARNES, Joe; COAN, D. James; ELASS, Jareer - *The rise of china and its energy implications*. [Consultado em 17 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://bakerinstitute.org/publications/EF-pub-RiseOfChinaBarnesCoanElass-120211-WEB.pdf> pp. 9.

da democracia, encontrar-se-á em concorrência com o *Consenso de Pequim* de desenvolvimento liderado pelo Estado²³⁴. De facto e como referimos anteriormente, a dinâmica interna do desenvolvimento chinês, desde as reformas económicas de 1978, e principalmente desde que entrou na OMC em 2001, impõe a necessidade de expansão na busca por matérias-primas e recursos energéticos. Neste sentido, a procura de novos fornecimentos energéticos para atender à sua demanda interna tem conduzido o país, a uma aproximação diplomática com diversos países de diferentes geografias, nomeadamente o continente africano²³⁵. Através das visitas oficiais que o Ministro das Relações Exteriores e Oficiais do Partido Comunista têm efectuado ao continente, Pequim procura expandir as suas relações com os governos africanos, e com os funcionários do poder executivo. Muitas vezes, essas visitas resultam em assinaturas de contratos de exploração e produção de petróleo, e de acordos de cooperação, favorecendo principalmente os interesses das companhias petrolíferas, das empresas de construção e de serviços chineses²³⁶. Se excluirmos as visitas anuais à sede das Nações Unidas em Nova Iorque por líderes africanos, e a visita de onze Chefes de Estado efectuada em 2002 durante a Presidência de George W. Bush, os líderes chineses estenderam mais convites aos líderes africanos para visitarem Pequim do que os EUA para visitarem Washington²³⁷. Contudo, Washington continua a ser um actor com uma enorme relevância no continente africano, no campo de extrema importância: o militar, e até ao momento, nenhum outro país tem conseguido igualar, influência esta que Pequim não terá certamente num futuro próximo. Com a eleição de Barack Obama em 2008, o continente passou a ser entendido como um dos objectivos estratégicos da política externa dos EUA, investindo nas relações com África. Porém, encontraram uma região com uma China bem posicionada e solidamente colocada no palco do mercado energético africano.

²³⁴ RICHARDSON, Patricio González - *China and Africa: A Mutually Opportunistic Partnership*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/2e00210042e214da9d0ffd5cb2335b49/ARI992010_GonzalezRichardson_China_Africa_Oportunistic_Partnership.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=2e00210042e214da9d0ffd5cb2335b49 pp. 6.

²³⁵ A China tem representação diplomática em cinquenta dos cinquenta e quatro países africanos, sendo que os mesmos países onde a China está representada possuem igualmente Embaixadas em Pequim, com excepção das Ilhas Comores e o Sudão do Sul.

²³⁶ O número de Embaixadas que os EUA possuem em território africano é igual que ao da China, contudo, Pequim possui mais consulados no continente. In SHINN, David H. - *China's Growing Role in Africa: Implications for U. S. Policy*. [Consultado em 7 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201111021230.html> pp. 2.

²³⁷ SHINN, David H. - *Ibidem*, pp. 2.

CAPÍTULO III

A RPC e os EUA em África

Introdução ao mercado petrolífero do continente africano

Actualmente, o continente africano é palco de uma disputa geo-estratégica e geo-económica pelos seus recursos naturais, por países como os Estados Unidos da América, a China, a Coreia do Sul, a Índia, e a Malásia, entre outros. O mercado global de hidrocarbonetos é escasso, e a disputa para aceder aos recursos é cada vez maior. África joga, assim, um papel estratégico no palco mundial dos hidrocarbonetos, e continuará a atrair muitos dos actuais fluxos de investimento²³⁸. É uma região com elevado potencial, não só em recursos petrolíferos e gás natural, como também em outras matérias-primas como o alumínio, carvão, platina, urânio, entre outros. Na última década, seis das dez economias mundiais com a taxa de crescimento mais rápida do mundo foram africanas. Durante oito anos, entre 2000 e 2010, o continente africano cresceu mais rápido do que o Leste asiático, incluindo o Japão. Segundo revela um relatório do *Economist Intelligence Unit* (EIU), pelo menos 28 países africanos deverão crescer a uma média superior a 5% nos próximos cinco anos, sendo que Angola surge no topo das projecções com o maior crescimento previsto²³⁹. A crescente demografia também é uma das causas para o aumento do PIB de muitos dos países africanos. Com as taxas de fertilidade a baixarem na Ásia e na América Latina, é projectado que a metade do crescimento da população mundial, nos próximos quarenta anos seja em África²⁴⁰. No *The Economist*, é referido que mesmo tendo em conta a desaceleração da

²³⁸ AAVV - *Relatório de Energia de Angola 2010*. [Consultado em 7 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://ceic.emi.no/ceic/images/RelatorioEnergia/renergia> p. 91

²³⁹ «Angola e Moçambique entre os 10 maiores de África». In *África 21*. Número 66, 2012, p. 78.

²⁴⁰ Refere a revista Exame Angola de 18 de Agosto de 2012, que o continente africano tem quatro motores favoráveis para o seu crescimento económico nos próximos anos. Sendo que o primeiro motor corresponde ao factor demográfico; mais de metade dos habitantes tem 24 anos e, a previsão é a de que em 2025 o continente será a região do planeta com o mais elevado crescimento populacional, com 1.4 mil milhões de pessoas, mais 39% do que actualmente. In Exame Angola - *Angola poderá ultrapassar a África do Sul*. [Consultado em 1 de Outubro de 2012]. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=28379&id=2000&mid=372>

economia no hemisfério norte, o FMI espera que a África Subsariana cresça 6% em 2011, e mais de 6% em 2012, ou seja, aproximadamente o mesmo que a Ásia²⁴¹.

Entre 2000 e 2008, cerca de uma quarta parte deste crescimento foi derivado das receitas de recursos naturais. Entre 1970 e 1990, a produção de petróleo aumentou em cerca de 9%, porém, desde então, até 2010, foi registado um aumento de 44%²⁴². A maior parte deste crescimento foi registado no oeste e no norte africano, em países como a Nigéria, Angola, Argélia e Líbia²⁴³, o que permitiu a subida das exportações petrolíferas africanas de cerca de 4.7 milhões de b/d, em 1990, para 7.1 milhões b/d em 2009²⁴⁴. De acordo com a AIE²⁴⁵, em 2011, a Nigéria com 37,2%, Angola com 9,5% e o Sudão com 9,5%, juntos contabilizavam 51,7 % das reservas confirmadas de petróleo em África, tendo somente a Líbia ultrapassado a Nigéria com as maiores reservas provadas.

Porém, presentemente, muitos países de África, especialmente aqueles cujas economias dependem das receitas de produção e de venda de petróleo, têm graves conflitos em torno da distribuição das receitas económicas desta matéria-prima²⁴⁶. Joseph Stiglitz, prémio Nobel da Economia em 2001, confirma este pressuposto quando recorda que «a experiência mostra que a maior parte dos países ricos em recursos tende a ter mais desigualdades sociais»²⁴⁷. Dada a natureza do presente trabalho, atendendo aos objectivos do estudo, é relevante considerar o artigo de Thomas L. Friedman intitulado: *The First Law of Petropolitics*, publicado na *Foreign Policy* em 2006, que reflecte uma parte importante desta problemática. Refere que existe entre alguns países uma correlação entre os preços do petróleo, a paz, as liberdades políticas e as reformas económicas, ou seja, os recursos naturais, o discurso livre, a imprensa livre, as eleições livres e justas, o Estado de Direito, os tribunais independentes, e os partidos políticos

²⁴¹ «Africa rising: After decades of slow growth, Africa has a real chance to follow in the footsteps of Asia». In *The Economist*. Volume 401, Número 8762, 2011, pp.13.

²⁴² GULEN, Gurcan - *Relatório de Energia de Angola 2010*. [Consultado em 7 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://ceic.cmi.no/ceic/images/RelatorioEnergia/renergia> pp.16.

²⁴³ AAVV - *Relatório de Energia de Angola 2010*. [Consultado em 7 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://ceic.cmi.no/ceic/images/RelatorioEnergia/renergia> pp. 22.

²⁴⁴ *Idem, Ibidem*.

²⁴⁵ U.S. Energy Information Administration - *Sudan*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=SU>

²⁴⁶ Estudos especializados sobre a temática da origem dos conflitos no continente africano demonstram que, muitos dos problemas actuais têm origem nas más políticas praticadas por grande parte das elites africanas, pela fraca existência de um Estado de Direito e pelo desrespeito continuado pelos Direitos Humanos. In Panapress - *A criação dum Único Estado Africano*. [Consultado em 01 de Março de 2011]. Disponível em: <http://www.panapress.com/Kadafiapela-a-criacao-dum-unico-Estado-africano--12-420789-96-lang4-index.htm>

²⁴⁷ «Lixo para África e em força!» In *África 21*. Número 66, 2012, pp. 14.

são erodidos quanto maior for o poder do Estado. E estas tendências negativas são reforçadas pelo facto de que, quanto mais o preço do barril de petróleo sobe, menos os líderes petrolíferos são sensíveis ao que o resto do mundo pensa ou diz sobre eles²⁴⁸. Os padrões observáveis desta correlação são tão evidentes, que o próprio autor dá como exemplo o caso da Nigéria. Em todo o caso, esta realidade abrange uma multiplicidade de países do continente africano.

A verdade é que os problemas existentes em África constituem um dos centrais e mais difíceis dilemas com que se confronta a Comunidade Internacional, por não serem recentes mas sim cíclicos, adquirindo contornos globais de importância e de destaque universal. É paradoxal que o continente africano com a riqueza que usufrui, natural e humana, seja, no entanto, um palco constante de guerras civis. Questões políticas, sociais, culturais, religiosas, Direitos Humanos, princípios do Estado de Direito, entre outros, são inseparáveis das conjunturas indispensáveis para garantir um desenvolvimento sustentável e de estabilidade regional, que em muito poderia privilegiar o crescimento económico e a segurança de muitas das companhias petrolíferas estrangeiras presentes no continente, em casos bastante complicados como os do Sudão e da Nigéria²⁴⁹. Neste sentido, seguidamente será efectuada, de forma sucinta uma pequena resenha histórica, sobre a história de cada país desde que se tornou independente, de modo a que se compreenda, algumas das razões que conduziram ao actual clima de instabilidade e de insegurança vivido, particularmente nos casos do Sudão (Norte e Sul) e da Nigéria. E, tendo em conta a importância dos recursos energéticos destes países, incluindo Angola, para os EUA e para a China, iremos analisar a forma de penetração e actuação destes dois actores no sector energético através de três *case studies*.

²⁴⁸ FRIEDMAN, Thomas I. - *The First Law of Petropolitics*. [Consultado em 22 de Novembro de 2011] Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/04/25/the_first_law_of_petropolitics?page=0.3 pp. 1-3.

²⁴⁹ CRUZ, Anabela - *Ibidem*, p. 5.

1. ANGOLA

«Angola está no seu décimo ano de paz depois de uma guerra civil de quase trinta anos que terminou apenas em 2002, e o esforço de reconstrução – impulsionado pelo Governo e alimentado pelo petróleo – tem atraído investidores de todo o mundo»²⁵⁰

Após a independência de Portugal em 1975, as rivalidades entre os dois principais partidos políticos do país, o Movimento Popular da Libertação de Angola (MPLA), liderado pelo General José Eduardo dos Santos, e o partido União Nacional para a Independência Total de Angola, (UNITA) liderado anteriormente por Jonas Malheiro Sidónio Savimbi e por Agostinho Neto, conduziu a uma prolongada Guerra-Civil que durou 27 anos²⁵¹. Em 1992, a paz parecia iminente quando foram realizadas as eleições nacionais no país, porém, passados 4 anos as hostilidades voltaram a ressurgir. Em 1979, José Eduardo dos Santos foi eleito Presidente do país, onde se mantém há 33 anos. Desde o término da Guerra-Civil em 2002, o país alcançou uma estabilidade interna que até então não tinha usufruído.



Em termos de desenvolvimento e exploração de hidrocarbonetos em Angola, no ano de 1915 foram descobertas as primeiras reservas no *offshore* do Congo e na Bacia do rio Kwanza pela Companhia Canha & Formigal. No entanto, a sua exploração não foi considerada importante em termos comerciais até 1955, quando foi realizada a primeira descoberta em *onshore*, no sul de Luanda, no Kwanza Valley²⁵². Em 1962, foi efectuado o primeiro levantamento sísmico no *offshore* de Cabinda, pela filial da companhia petrolífera norte-americana *Gulf Oil*, a *Cabinda Gulf Oil company*, (CABGOC), e, em Setembro desse mesmo ano foram descobertas as primeiras reservas de petróleo²⁵³. Apesar de Angola ter encetado a exploração de petróleo na década de 50 do século XX, só doze anos mais tarde, em 1968, é que o país iniciou a sua produção

²⁵⁰ SHUBERT, Jon - *Verdades Incómodas da África Emergente*. [Consultado em 6 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI34_Rec01_JS.pdf pp. 119.

²⁵¹ Isaias Samakura é o actual líder da UNITA.

²⁵² Nesta exploração estiveram envolvidas a Companhia Pema (Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola) e a Sinclair dos E.U.A. In *Sonangol*. [Consultado em 4 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.sonangol.co.ao/oilinangola_p.html

²⁵³ PAVIA, José Francisco - *Ibidem*, pp. 142.

comercial a partir da produção no *offshore* de Cabinda, na altura operado pela companhia norte-americana, CABGOC. Esta produção comercial deveu-se à descoberta, entre 1952 e 1976, de 23 novos campos petrolíferos, dos quais, três se encontravam em *offshore*²⁵⁴. Em meados da década de 1970, mais precisamente em 1973, as exportações de petróleo ultrapassaram o principal produto exportado até então, o café. Em 1974, a produção atingiu os 172.000 b/d, dois anos depois, em 1976, o petróleo já procedia de três regiões distintas, nomeadamente a de Cabinda, a de Kwanza e a do Congo²⁵⁵.

Apesar da exploração de hidrocarbonetos em Angola ter tido uma quebra significativa durante a guerra pela independência (1961-1974), a procura internacional em crescente evolução fez com que a indústria petrolífera rapidamente recuperasse desta conjuntura²⁵⁶. Por volta de 1998, foram descobertos novos campos petrolíferos em *offshore*, em águas profundas, nas províncias da Costa de Cabinda e do Zaire no norte de Angola. A extracção nestas águas profundas fez com que fosse necessário um investimento massivo em tecnologia, a qual foi executada pelas companhias petrolíferas internacionais que na altura detinham os melhores meios tecnológicos²⁵⁷.

Em 1978, a companhia petrolífera estatal angolana Sonangol²⁵⁸ apresentou-se ao mercado internacional, depois da promulgação da primeira Lei do Petróleo na qual ficou concessionária exclusiva dos recursos petrolíferos angolanos²⁵⁹. A Sonangol foi de extrema importância durante a longa guerra civil de Angola para o partido político que apoiava, o MPLA. Como referem os investigadores Alex Vines, Lillian Wong e Markus Weimer, do *Catham House do Royal Institute of International Affairs*, «o MPLA manteve a economia viva com infusões de capital e usou as receitas do petróleo como colateral para a aquisição de armas, o que permitiu ao MPLA levar a cabo a sua guerra contra os rebeldes da oposição da UNITA, que tinham na altura o apoio dos EUA

²⁵⁴ Sonangol. *Ibidem*.

²⁵⁵ PAVIA, José Francisco - *Ibidem*, pp. 142.

²⁵⁶ STEAD, Mike; RORISON, Sean - *Angola*. Guilford, Connecticut: Globe Pequot Press Inc., 2009, pp. 3-20.

²⁵⁷ *Idem*, *Ibidem*.

²⁵⁸ A empresa pública Sonangol EP é a empresa mãe da actual Sonangol. Sendo uma empresa concessionária de petróleo, atribui licenças às companhias internacionais petrolíferas para poderem explorar a sua indústria petrolífera, sendo também uma empresa operadora por direito próprio desde 1992, através da subsidiária Sonangol Pesquisa e Produção.

²⁵⁹ AAVV - *Relatório Energia em Angola 2010*. [Consultado em 4 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://ceic.cmi.no/ceic/images/RelatorioEnergia/renergia> pp. 43.

e da China»²⁶⁰. Contemporaneamente, os recursos provenientes da Sonangol, ao associar-se a outras multinacionais petrolíferas, têm em muito contribuído para o crescimento do Estado angolano. A Sonangol é a companhia nacional que atribui concessões petrolíferas às companhias petrolíferas estrangeiras para aquisição de direitos de desenvolvimento de actividades de prospecção, de extracção e de produção por um período compreendido entre cinco a vinte anos. Sendo que a Sonangol administra no mínimo 20% de cada Bloco petrolífero atribuído às companhias internacionais nas actividades de exploração em *offshore* e *onshore*. Em 2001, no *offshore* angolano, nomeadamente no campo petrolífero (Bloco 17) em águas profundas, designado por Girassol, a Sonangol associou-se à TotalFinaElf inaugurando a maior plataforma petrolífera flutuante do mundo. Em 2004, esta plataforma já extraía 200.000 b/d²⁶¹.

Angola começou a registar um crescimento económico exponencial, aliado naturalmente ao rápido incremento das exportações de petróleo, em parte devido à anterior descoberta do Bloco 17. Foi um período marcante para a influência da Sonangol em outros mercados, nomeadamente o asiático. Através da subsidiária Sonasia, criada em princípios de 2004, foi constituído em Singapura um escritório com o objectivo de promover a venda de petróleo em bruto de Angola no mercado asiático. Foi criada também a *China Sonangol Internacional Holding*²⁶² (CSIH), com sede em Hong Kong, com o objectivo de prospecção e de exploração de hidrocarbonetos, de gás e de minerais e de reconstrução de grandes projectos nacionais²⁶³. A partir da criação da CSIH, a China tem obtido relevantes parcerias equitativas em Blocos petrolíferos em Angola, situados em águas profundas. Em 2005, a CSIH obteve participação nas actividades de produção em *offshore* e em *onshore* nos Blocos 3 (05), e em actividades de exploração em *offshore* e *onshore* no Bloco 3 (05A), tendo sido posteriormente transferidos para *Sonangol Sinopec International Limited* (SSI)²⁶⁴. Em 2007 esta

²⁶⁰ VINES, Alex; WONG, Lillian; WEIMER, Markus; CAMPOS Indira - *Sede de Petróleo Africano. Petrolíferas Nacionais Asiáticas na Nigéria e em Angola*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/r0809_africanoil_po.pdf pp. 51.

²⁶¹ PAVIA, José Francisco - *Ibidem*, pp. 143.

²⁶² Também possui escritórios em Singapura, na Indonésia, em África e na América Latina. É uma *joint-venture* entre a Sonangol e interesses comerciais particulares baseados em Hong Kong.

²⁶³ China Sonangol International Holding Limited - (CSIH). [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.chinasonangol.com/eng/index.asp>

²⁶⁴ Sonangol Sinopec International Limited (SSI) é uma *joint-venture* com a China Sonangol.

companhia já detinha actividades de produção no Bloco 18, localizado em águas profundas²⁶⁵.

1.1. A Indústria Petrolífera de Angola

A produção de petróleo no *offshore* de Angola, em 2010, estava dividida em 76 Blocos, dos quais 35 estavam activos²⁶⁶. Presentemente, a Sonangol tem disponíveis para concessões 34 Blocos, sendo que, já estão em fase de produção 18 destes Blocos petrolíferos²⁶⁷. De acordo com o relatório de Energia de Angola de 2010, a Sonangol ocupa a primeira posição enquanto empresa que mais exporta desde 1978 no país, tendo em 2009, exportado mais de 641 mil b/d, seguida pela *ExxonMobil*, a *TotalFinaElf*, a *Chevron* e a *ENI*²⁶⁸. Em 2010, as companhias que conservaram as maiores participações e direitos operacionais nos campos petrolíferos angolanos foram: a *Chevron Texaco*, e a *Exxon-Mobil*, a *TotalFinaElf*, a *BP* e a *Agip/ ENI*. Apesar de a Sonangol administrar pelo menos 20% das concessões dos Blocos petrolíferos angolanos, não está presente nas actividades de produção em águas profundas nos Blocos 15, 17 e 18.

A entrada de Angola a 1 de Janeiro de 2007, para a OPEP, como 12º membro, contribuiu também para a expansão da Sonangol no mercado petrolífero mundial²⁶⁹. Apesar de inicialmente, em 2009, ter tido alguns constrangimentos na sua produção, com uma redução na ordem dos 334.000 b/d, de modo a cumprir as metas de produção designadas pela OPEC em 2008, os resultados continuaram a ser muito bons²⁷⁰.

Apesar da produção interna ser suficiente para fornecer as necessidades do país por combustíveis refinados, Angola continua a importar cerca de 90% destes

²⁶⁵ VINES, Alex; WONG, Lillian; WEIMER, Markus; CAMPOS Indira - *Ibidem*, pp. 50-52. Sonangol. Mapa de Concessões. [Consultado em 19 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/epNew/atividades/concessions/mapaconcessoes>

²⁶⁶ ZHAO, Shelly - *The China-Angola Partnership: A Case Study of China's Oil Relations in Africa*. [Consultado em 19 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.chinabriefing.com/news/2011/05/25/the-china-angola-partnership-a-case-study-of-chinas-oil-relationships-with-african-nations.html>

²⁶⁷ Sonangol. [Consultado em 5 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.sonangol.co.ao/wps/wcm/nnect/be042500475d05b8a69eff7c37a37d2d/GAD201201DMC0003P.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=be042500475d05b8a69eff7c37a37d2d>

²⁶⁸ AAVV - *Relatório Energia em Angola 2010*. [Consultado em 4 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://ceic.cmi.no/ceic/images/RelatorioEnergia/renergia> pp. 45.

²⁶⁹ VINES, Alex; WONG, Lillian; WEIMER, Markus; CAMPOS Indira - *Ibidem*, pp. 50.

²⁷⁰ Em 2008 a Sonangol produziu 2 milhões de b/d, e em 2009 somente obteve uma produção de 1.656 milhões b/d.

combustíveis, com um dispêndio anual aproximadamente de \$250 milhões²⁷¹. A única refinaria existente no país situa-se a 6 km da capital, Luanda, tendo sido construída em 1958 pela Petrangol, pertencente ao grupo belga Petrofina SA²⁷². Mike Stead e Sean Robison referem que esta refinaria ainda mantém o mesmo equipamento, o que a torna obsoleta para a época actual, não conseguindo sequer prover o mercado interno angolano²⁷³. Este é o maior *handicap* da Sonangol, já que o nível desta refinaria está muito aquém dos resultados previstos e esperados. Neste sentido, em Janeiro de 2011, o Ministro do petróleo José Maria Botelho de Vasconcelos confirmou que está em curso a construção de uma nova refinaria de alta conversão (Sonaref) na região, que deverá estar concluída por volta de 2015, sendo um projecto da companhia Sonangol. Será construída em duas fases, na primeira fase, terá uma capacidade de processamento de 120 mil b/d, podendo vir a atingir os 200 mil b/d de petróleo²⁷⁴.

A economia angolana é alimentada quase na sua totalidade pelas suas enormes reservas de petróleo em crude, juntamente com o negócio de diamantes. Em 2006, o sector petrolífero foi responsável por 42% do total do PIB, em 2009, já representava 85% do PIB e 95% do total das exportações de Angola²⁷⁵. As projecções do FMI sugerem que o PIB de Angola deverá crescer até final de 2012, entre 9,2% a 12,8%, em 2013 passará para 6,8%, em 2014 para 6,3%, e em 2015 para 6%. Menciona Alberto Sampaio, num artigo publicado na Revista Africa 21, em Junho de 2012, que apesar do impacto negativo da crise económico-financeira mundial, o país praticamente já conseguiu superar a referida crise financeira mundial de 2009²⁷⁶, tendo tido o sector petrolífero um importante papel para este crescimento. Em 2011, contribuiu com mais 5,5% do PIB, e as previsões para 2012 são de que contribua com mais 8%, segundo estimativas da Ministra do Planeamento de Angola, Ana Dias Lourenço²⁷⁷. As exportações petrolíferas sem dúvida formam parte da base do sucesso da economia

²⁷¹ Sonangol. [Consultado em 19 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.sonangol.co.ao/wps/port al/ep>

²⁷² Esta refinaria está especialmente direccionada para a produção de LPG, Gasolina, Jet Fuel e Gasóleo para abastecer o mercado interno angolano.

²⁷³ STEAD, Mike; ROBISON, Sean - *Ibidem*, p. 3-20.

²⁷⁴ Ango Notícias - *Refinaria de Lobito pode ser concluída em 2015*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=30217

²⁷⁵ China Briefing - *The China Angola Partnership a Case Study China's Oil Relations in Africa*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.chinabriefing.com/news/2011/05/25/th e-china-angola-partnership-a-case-study-of-chinas-oil-relationships-with-african-nations.html>

²⁷⁶ SAMPAIO, Alberto - «Economia está bem de saúde». In *Africa 21*. Número 64, 2012, pp. 72-74.

²⁷⁷ LOURENÇO, Ana Dias - «O Puzzle chinês em Angola». In *Revista Rumo*. Número 6, 2012, pp. 10.

angolana, sendo que a estrutura do Estado absorve aproximadamente 85% das receitas do petróleo, tal como no caso da Nigéria²⁷⁸.

A estimativa é a de que em 2010, Angola tenha produzido 1.988 milhões de b/d, em 2011, tenha ficado pelos 1.700 milhões de b/d, um pouco abaixo da sua capacidade de produção, que se estima que poderia estar perto de 2 mil milhões de barris como já tinha sucedido no ano de 2008. Menciona Sofia Tavares num artigo na revista Exame de Outubro de 2012, que a previsão de produção do país poderá vir a chegar aos 3.500 milhões até ao final da década, após a descoberta de novas reservas²⁷⁹. Com uma estimativa de reservas provadas em 1 de Janeiro de 2010, na ordem dos 9.5 mil milhões de barris, o que equivale a mais de 50 anos de exploração activa²⁸⁰, e com a descoberta do pré-sal angolano em *offshore*, que poderá vir a traduzir-se num aumento das reservas confirmadas de petróleo, Angola torna-se sem dúvida num país com uma projecção muito relevante a nível regional e mundial, em termos de exploração, produção e de exportação de petróleo, com grande relevo para as importações petrolíferas dos EUA e da China.

1.2. China: Angola Model – Empréstimos em troca de Petróleo

O quadro comercial entre a China e Angola, desde a sua independência em 1975, tem gerado importantes polos de dinamismo económico no país. As relações entre estes dois países, durante a Guerra-Civil, assentaram na cooperação militar, mas com o fim das hostilidades, depressa se desenrolou para uma vertente mais comercial. Em 1984, foi assinado o primeiro acordo comercial entre os dois países. Quatro anos depois, em Outubro de 1988, foi criada uma Comissão Económica e Comercial Conjunta²⁸¹. Com o fim da Guerra-Civil em 2002, o investimento chinês tem aumentado substancialmente para a reconstrução do país pós-guerra, de acordo com o Programa do Governo de Reconstrução Nacional Angolano. Nesse mesmo ano, o Banco de Construção da China, *China Construction Bank* (CCB) e o *China EximBank* proporcionaram financiamentos directos a empresas de construção chinesas que já se tinham instalado em Angola .

²⁷⁸ China Briefing - *Ibidem*.

²⁷⁹ TAVARES, Sofia - «O Mesmo Presidente, um novo ciclo político. In *Exame*. Numero 5, 2012, pp. 47.

²⁸⁰ SAMPAIO, Alberto - *Ibidem*, pp. 72-74.

²⁸¹ VINES, Alex; WONG, Lillian; WEIMER, Markus; CAMPOS, Indira- *Ibidem*, pp. 50-59.

Com as relações diplomáticas estabelecidas em 2003, as trocas comerciais entre os dois países expandiram-se ainda mais, através da assinatura formal de um acordo estrutural para uma nova cooperação²⁸². Desde 2004, Pequim tem contribuído para a reconstrução de Angola em termos de assistência técnica e financeira nas mais variadas áreas, como a da energia, da água, da saúde, da educação, das telecomunicações, das pescas e das obras públicas²⁸³. A 21 de Março de 2004, foi efectuado um empréstimo formal, entre os Ministros das Finanças de Angola e do Comércio da China, no valor de \$2 mil milhões através do *China EximBank*, para a reconstrução das infra-estruturas destruídas pela guerra civil, através de uma política de empréstimos garantidos por fornecimento de petróleo para a China²⁸⁴, com uma duração de 12 anos e uma taxa de juro muito atractiva. Quando a primeira metade do pacote do financiamento foi viabilizado em Dezembro de 2004, sete empresas chinesas já estavam envolvidas em projectos de construção, distribuídos um pouco por todo o território. No ano seguinte, em 2005, durante a visita do Vice-Ministro Chinês Zeng Peiyang a Angola, foram assinados mais nove acordos de cooperação em troca de fornecimento de petróleo²⁸⁵. A segunda parte do pacote do financiamento inicial de 2004, no valor de mil milhões de dólares, foi disponibilizado em Março de 2007, e em Maio desse mesmo ano o *China EximBank* ampliou o financiamento inicial para mais \$500 milhões, totalizando um valor total de \$2.5 mil milhões para financiar projectos que não tinham sido abrangidos anteriormente. Pouco tempo depois, em Setembro, foi assinado em Luanda um outro empréstimo garantido também pelo fornecimento de petróleo no valor de \$2 mil milhões para financiar 100 projectos adicionais. Neste novo acordo, o financiamento foi feito por 15 anos, mais três anos que o anterior, e a taxa de juro foi ainda mais reduzida²⁸⁶. Passados dois anos, em 2009, foi realizado um novo acordo, no valor de mil milhões de dólares dirigido a programas e planos de acção para o desenvolvimento do sector da agricultura, porém, este empréstimo não foi garantido por petróleo. No ano seguinte, foram realizadas duas concessões, a primeira destinada à construção de infra-estruturas e de programas de segurança alimentar no valor de \$400 milhões, e a segunda destinada a apoiar as Pequenas e Médias Empresas (PME) no valor de \$100 milhões²⁸⁷.

²⁸² *Idem, Ibidem*, pp. 60-67.

²⁸³ *Idem, Ibidem*, pp. 50-51.

²⁸⁴ GRINDERSLEV, Chantal - *Ibidem*.

²⁸⁵ ZHAO, Shelly - *Ibidem*.

²⁸⁶ VINES, Alex; WONG, Lillian; WEIMER, Markus; CAMPOS, Indira - *Ibidem*, pp. 60-68.

²⁸⁷ Exame Angola - *China em África – Desafios e Oportunidades para Angola*. [Consultado em 1 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=19686&id=2000&mid=372>

Parte do crescimento económico de Angola foi fortalecido devido às exportações de petróleo para a China que prosperam substancialmente, aliado à assistência financeira para projectos de reconstrução e construção de infra-estruturas ao abrigo do Programa de Reconstrução Nacional, desde 2003²⁸⁸. Como refere Hamilton Viagem, «em menos de 6 anos passou a ser o segundo Estado Africano com maior volume de trocas com a China, logo a seguir à África do Sul»²⁸⁹. Em 2010, o comércio entre estes dois países ultrapassou os \$120 mil milhões, o que faz de Angola o maior parceiro económico da China no continente africano²⁹⁰. «O petróleo, o ferro, a madeira o cobre entre outros seguem para o Oriente e os produtos acabados, desde chinelos a camiões viajam em sentido inverso»²⁹¹. A China a nível internacional detém uma cota de mercado na ordem dos 15,4%, só superada por Portugal que detém 19,5% e os EUA em terceiro lugar com 10,0% do total²⁹².

O Embaixador de Angola na China, João Manuel Bernardo, refere que em 23 de Setembro de 2010, os financiamentos do Governo chinês²⁹³ ao Estado Angolano atingiram os \$6 mil milhões²⁹⁴. O primeiro pacote concedido em 2004, no valor de \$2 mil milhões, já está praticamente todo utilizado. Alguns destes valores serão ou já foram utilizados para programas de ajuda à agricultura, à requalificação de algumas áreas de Luanda e para o reforço do financiamento de projectos de reconstrução²⁹⁵. Sofia Fernandes, investigadora do ISCTE, num seminário realizado em Março de 2011, em Luanda, intitulado “China em África-Desafios e Oportunidades para Angola”, menciona que ao contabilizarmos o total do investimento que a China já realizou em Angola, através de empréstimos directos ou indirectos, financiamentos, concessões ou acordos, o

²⁸⁸ O Programa de Reconstrução Nacional que se previa que estaria terminado somente em 2015/16 será finalizado antes do prazo previsto, ou seja, em 2013. Um dos motivos para esta antecipação, deve-se às principais vias de comunicação, rodoviária e ferroviária, que já estão praticamente reabilitadas, anunciou o Presidente José Eduardo dos Santos, num discurso alusivo ao Dia da Paz e Reconciliação Nacional, a 4 de Maio de 2012, na província de Moxico em Angola.

²⁸⁹ VIAGEM, Hamilton - «MWANGOLÉ em Mandarin». In *Revista Rumo*. Numero 6, 2012, pp. 29-32.

²⁹⁰ China Briefing - *The China Angola Partnership: A Case Study China's Oil Relations in Africa*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.chinabriefing.com/news/2011/05/25/the-china-angola-partnership-a-case-study-of-chinas-oil-relationships-with-african-nations.html>

²⁹¹ RICE, Xan - *Ibidem*, p. 43-48.

²⁹² Economist Intelligence Unit - *Angola*. [Consultado em 28 de Março de 2012]. Disponível em: <http://country.eiu.com/article.aspx?articleid=1338757518&Country=Angola&topic=Summary&subtopic=Fact%20sheet&subsubtopic=Fact%20sheet>

²⁹³ Segundo Luís Cunha, fazem parte do rol de instituições credoras, o *China EximBank*, o *China International Fund*, o *Industrial Bank of China* e o *China Development Bank*. In CUNHA, Luís - *A Hora do Dragão: A política Externa da China*. Lisboa: Zebra Publicações, 2012, p. 345.

²⁹⁴ Ministério das Finanças de Angola. [Consultado em 15 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.minfin.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=10501>

²⁹⁵ Ministério das Finanças de Angola. [Consultado em 15 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.minfin.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=10501>

valor ultrapassa em muito o referido pelo Embaixador, chegando a atingir o valor total de \$14.500 milhões até ao ano de 2010²⁹⁶. Parte destes empréstimos efectivamente têm sido destinados à reconstrução do país, como refere Jon Shubert, investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), «o centro de Luanda está a transformar-se, com novos arranha-céus, uma rede de novas estradas e a reabilitação dos aeroportos provinciais, à medida que os caminhos-de-ferro da era colonial facilitam cada vez mais a circulação e as trocas internas»²⁹⁷. Porém, as relações comerciais não se ficam somente na vertente do petróleo e da construção de infra-estruturas. A China tem conseguido também criar uma oportunidade económica de transferência de tecnologia, mais atractiva em termos de preço e de baixa sofisticação muito mais adequada à mão-de-obra local, ao compararmos com a oferecida pelos EUA, ou mesmo com a proveniente da Europa. Como refere Antoine Roger Lokongo: «tecnologia ocidental muitas das vezes de um nível muito sofisticado para os seus destinatários o usarem sozinhos»²⁹⁸.

Pela ocasião da visita do Primeiro-ministro Chinês Wen Jiabao, a Angola, em Junho de 2006, o Presidente Angolano descreveu as relações bilaterais como sendo “mutuamente vantajosas” e as parcerias como sendo “pragmáticas” sem nenhum pré-requisito político²⁹⁹. Chris Alden, professor e investigador da London School of Economics, e do *South African Institute of International Affairs* (SAIIA), consegue sintetizar as relações sino-angolanas de uma forma pragmática, que vai de acordo com a declaração proferida anteriormente pelo Presidente Angolano ao referir que «o gigante asiático utiliza uma visão pragmática segundo a qual a ajuda financeira não depende de restrições políticas (respeito pela soberania nacional), as prioridades são definidas pelos beneficiários (a China não impõe projectos) e o foco é comercial e baseado no mútuo interesse e benefício»³⁰⁰. Tanto na perspectiva de Angola como da China o relacionamento entre estes países é pragmático e estratégico. Luanda, por um lado, recebe empréstimos preferenciais financeiros a taxas mais baixas do que receberia de

²⁹⁶ Exame Angola - *Casamento por conveniência*. [Consultado em 15 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=19686&id=2000&mid=372>

²⁹⁷ SHUBERT, Jon - *Ibidem*, pp. 119.

²⁹⁸ LOKONGO, Antoine Roger *apud* ELLIOT Collin - *China's Aid to Africa in Exchange for Oil*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: http://library.athabascau.ca/drr/download.php?file_name=mais/ColinElliottProject.pdf pp. 10.

²⁹⁹ VINES Alex; WONG, Lillian; WEIMER, Markus; CAMPOS Indira - *Ibidem*, pp. 50-51.

³⁰⁰ ALDEN, Chris - *Uma relação dominada pelo petróleo*. [Consultado em 1 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=19686&id=2000&mid=372>

outras entidades³⁰¹. Por outro lado, Pequim recebe petróleo e ainda têm a garantia de poder fazer negócios vantajosos para as diversas empresas chinesas instaladas no país³⁰².

Apesar de a relação sino-angolana ser benéfica para ambas as partes, na parte que concerne ao mercado petrolífero a presença de companhias chinesas, não é tão significativa. Perante a influência do ocidente, a maneira encontrada por Pequim para lidar com esta inferioridade foi a de associar-se aos consórcios já existentes com as grandes companhias petrolíferas ocidentais como, a *Chevron Texaco*, a *Exxon Mobil*, a *TotalFinaElf* a *BP* e a *Agip/Eni* e, também, através da criação de *joint-ventures* com a companhia petrolífera nacional, a Sonangol, de modo a consolidar a sua presença nos campos de exploração em *offshore* e em *onshore*. Um exemplo é a sociedade, que a SSI tem com a BP desde 2004, em actividades de produção em águas profundas, no Bloco 18, com uma cota de 50% cada uma. Um outro exemplo é a exploração do Bloco 32, situado em águas ultra profundas, pela CSIH, com 20%, num consórcio com a Marathon Oil com 10%, a Sonangol com 20%, a Esso com 15%, que juntas formaram uma parceria com a TotalFinaElf com 30% e a Galp com 0,5%³⁰³. O interesse por manter algumas posições no *offshore* angolano deve-se às possíveis descobertas de novas reservas de hidrocarbonetos nesta região e às características do petróleo angolano que normalmente contém um baixo conteúdo em enxofre e adequa-se às especificidades das refinarias chinesas que se encontrarem configuradas para processar petróleo bruto doméstico³⁰⁴.

³⁰¹ AAVV - *Rumo a uma estratégia para Angola: Prioridade para as relações entre Angola e os Estados Unidos da América*. [Consultado em 28 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.cfr.org/> pp. 30.

³⁰² A edificação de uma nova cidade perto de Luanda, Kilamba Kiaxi, designada como a nova cidade satélite de Luanda, construída pela corporação *China International Trust and Investment Corporation* (CITIC), é um exemplo da evolução da presença de interesses chineses. Inaugurada em Julho de 2011, esta nova cidade, tem capacidade para alojar 400 mil pessoas. «O projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, 9 escolas primárias, 8 escolas secundárias e 50 km de estradas. A construção de um novo aeroporto em Luanda com capacidade para permitir a aterragem do maior avião comercial do mundo, o Airbus A380, está igualmente sob a empreitada do fundo chinês, *China International fund Limited*, criado em Hong Kong, em 2003». Este fundo abrange projectos de reconstrução nacional e de construção de infra-estruturas em larga escala, nos países em desenvolvimento, nomeadamente construção de ferrovias, de aeroportos, de estradas, de complexos da Administração local, entre muitos outros. In *China International Fund*. [Consultado em 10 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.chinainternationalfund.com/index.asp>. A construção do Edifício China One International, onde se situam os escritórios da Sonangol, também está a cargo de uma empresa de origem chinesa. In SAMPAIO, Alberto - *Ibidem*, p. 72-74.

³⁰³ Sonangol - *Mapa de Concessões*. [Consultado em 19 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/epNew/atividades/concessions/mapaconcessoes>

³⁰⁴ VINES, Alex; WONG, Lillian; WEIMER Markus; CAMPOS, Indira - *Ibidem*, pp. 50-61.

Com o final da guerra civil em 2002, as exportações de petróleo angolano para a China aumentaram duas vezes mais do que as exportações para os EUA. Desde o início de 2010, que Angola exporta mais 55% para o país asiático, correspondente a 790.000 b/d, tornando-se no principal país africano fornecedor de petróleo em crude para a China, posição esta que já tinha alcançado desde 2008. Tendo também, ultrapassado o principal país fornecedor de petróleo à China, a Arábia Saudita por três períodos distintos, nos primeiros meses de 2006, de 2008 e de 2010. De acordo com informação da EIA³⁰⁵, em 2010 a China já importava 45% do petróleo angolano, os EUA 23%, a Índia 9%, Taiwan 6%, a França 4%, a África do Sul 4%, o Canadá 3%, a Europa 7% e outros países 1%³⁰⁶.

As relações económicas e políticas com base nas importações de petróleo de Angola para a China é um caso interessante de estudo. O Governo de José Eduardo dos Santos, recebe empréstimos a taxas mais baixas do que receberia de outras entidades, e o Governo de Hu Jintao recebe petróleo e ainda têm a garantia de poder fazer negócios vantajosos para as diversas empresas chinesas instaladas no país. Os financiamentos chineses representam uma alternativa bastante atractiva em relação à ajuda ao desenvolvimento que Instituições Internacionais, como o FMI, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), a Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE) e o G8, entre outros, fornecem. Após o término da Guerra-Civil, a ajuda ao desenvolvimento promovido pelas diversas instituições baseava-se somente em projectos de assistência humanitária e de emergência com condições naturalmente de ordem política, impondo, por norma, o cumprimento de determinadas regras definidas pelos doadores. Aguinaldo Jaime, coordenador da Agência de Investimento Privado (ANIP), segue esta mesma linha de raciocínio quando menciona que a China encontrou uma oportunidade para entrar no mercado angolano na altura em que Angola necessitava de ajuda e esta não foi prestada pelos habituais países doadores; «Após o conflito armado, Angola não teve recursos necessários para financiar o processo da reconstrução nacional, a China supriu essa necessidade. Desde então tem

³⁰⁵ U.S. Energy Information Administration - *Angola*. [Consultado em 26 de Agosto 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=AO>

³⁰⁶ No decorrer da investigação não encontramos dados mais recentes. Para mais informação por pf ver Anexo nº 7, pp. 156.

posto à disposição do Governo, financiamentos de médio e longo prazo com taxas de reembolso abaixo das que o mercado oferece»³⁰⁷.

A título de exemplo, a relação de Angola com o FMI desde sempre tem sido bastante complexa. Nos finais do século XX, na década de 90, o país ensaiou a execução de um programa monitorado pelo FMI. Apesar deste intento, o mesmo não chegou a ser executado por desavenças sobre a prestação de contas que o governo do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos deveria transmitir ao FMI, nomeadamente sobre as receitas dos recursos naturais. Ainda no decorrer da negociação sobre o programa, em Fevereiro de 1998, numa visita efectuada aos EUA, o Presidente José Eduardo dos Santos demonstrou o seu desagrado e indignação pela imposição do FMI em querer que o Estado Angolano prestasse contas sobre as suas receitas, mencionando que «são receitas do Governo Angolano, governo de um Estado soberano, e que deve exercer a sua soberania sobre estes recursos»³⁰⁸. Porém, dois anos mais tarde, em 2000, a relutância em apresentar os lucros resultantes da exploração de petróleo foi ultrapassada. Com o apoio do BM e do FMI, o Governo de Angola contratou uma empresa de consultoria (KPMG), com o intuito de realizar uma análise financeira e criar um sistema de monitorização das receitas provenientes do sector petrolífero, tendo sido apresentados os primeiros estudos no ano seguinte³⁰⁹. Apesar do envolvimento da consultoria, a discórdia entre o Governo Angolano e o FMI manteve-se até Agosto de 2009, altura em que José Eduardo dos Santos se encontrou com o Director do FMI, Dominique Strauss-Kahn, em Itália. O encontro foi positivo para Angola, já que foram-lhe concedidos \$1,4 mil milhões e em troca, entre outras acções, Angola disponibilizou-se em apresentar as suas receitas ao FMI. Contudo, apesar de aparentemente as relações estarem mais equilibradas, o FMI não deixou de fazer recomendações para o futuro do país, afirmando que se deveria tornar mais transparente nos seus actos de governação³¹⁰.

Também organizações como o World Bank têm recomendado a reforma institucional do sector petrolífero e dos diamantes. É referido que o crescimento económico só tem trazido benefícios para a elite africana e para os detentores do poder

³⁰⁷ JAIME, Aginaldo - *Casamento por conveniência*. [Consultado em 29 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=19686&id=2000&mid=372>

³⁰⁸ SOUSA, Itamar - «Angola e FMI, amigos para sempre?». In *Africa 21*. Número 63, 2012, p. 70-71.

³⁰⁹ República de Angola - *Ministério das finanças*. [Consultado em 15 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.minfin.gv.ao/docs/dspPetrolDiamond.htm>

³¹⁰ SOUSA, Itamar - *Ibidem*, pp. 70-71.

económico. As populações continuam a debater-se com problemas de pobreza, de falta de infra-estruturas apropriadas às necessidades da população, desigualdades económicas graves que fazem questionar se o crescimento económico poderá vir a trazer vantagens para a população³¹¹. Um dos exemplos menos positivos, que o autor Loro Horto refere através de entrevistas efectuadas a vendedores de rua, a pequenos comerciantes e a professores angolanos, é a força de trabalho que as empresas chinesas trazem da China, cerca de 70 a 80%, em detrimento dos trabalhadores locais. José Francisco Pavia segue a mesma linha de raciocínio quando refere que a construção de infra-estruturas em Angola pelos chineses carece de utilização de mão-de-obra angolana, e que quando a mesma é utilizada, são relatados casos de maus tratos³¹². Porém, Zheng Yangpeng contrapõe a afirmação anterior, ao defender num artigo publicado no China Daily, em Março de 2012, que as companhias chinesas que operaram no exterior, em 2010, demonstraram responsabilidade corporativa, contratando 71% de mão-de-obra localmente. Refere ainda que só não contrataram mais trabalhadores locais porque em Angola ainda existem alguns obstáculos que impedem a contratação a 100%, sendo o principal *handicap* a mão-de-obra angolana carecer de suficiente treino e *know-how*³¹³. O investigador Patricio González Richardson, num artigo publicado em 2010 no *Real Instituto Elcano*, menciona também que os produtos chineses de baixo custo estão a invadir os mercados africanos, com os quais os comerciantes angolanos não conseguem obviamente competir, colocando os produtos africanos numa grande desvantagem³¹⁴. Além disso, a China também é acusada de não dar suficiente atenção às políticas ambientais³¹⁵.

Embora existam imputações menos positivas à presença de interesses chineses, a realidade é que aliada à eficácia da sua diplomacia, e dos seus interesses comerciais, a China consegue formar uma carteira de negócios vantajosos para ambos os países. Em 2011, perto de 450 empresas Chinesas (50 públicas e 400 privadas) já operavam em

³¹¹ China Briefing - *The China Angola Partnership: a Case Study China's Oil Relation in Africa*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.chinabriefing.com/news/2011/05/25/the-china-angola-partnership-a-case-study-of-chinas-oil-relationships-with-african-nations.html>

³¹² PAVIA, José Francisco - *Ibidem*, pp. 15.

³¹³ YANGPENG, Zheng - *Companies show corporate responsibility*. [Consultado em 29 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.cdeclips.com/en/business/Companies_show_corporate_responsibility/fullstory_72523.html

³¹⁴ LOPES, Ferreira - «O Dragão em África». In *Revista Rumo*. Número 6, 2012, pp. 29-38.

³¹⁵ HORTO, Loro - *China aplaudida pelas elites de África, mas receada pelo povo*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2009/12/07/8216/>

Angola³¹⁶. Contudo, o Governo Angolano tem conseguido administrar as relações com Pequim com a devida cautela, garantindo que o controlo está sempre do lado dos líderes angolanos que modificam os parâmetros de negociação conforme lhes é mais conveniente e favorável, exercendo o seu Direito de Preferência. Em Setembro de 2009, quando interesses chineses tentaram adquirir 20% da participação da *Marathon Oil* que opera no Bloco 32, por \$1.3 mil milhões, não o conseguiram porque a Sonangol aplicou o seu Direito de Preferência³¹⁷. Apesar desta situação, a China tem conseguido e continuará a desempenhar um papel importante no teatro energético angolano.

1.3. EUA: Predomínio, ou perda de influência no sector energético Angolano?

Entre 1975 e 1989, as relações dos Estados Unidos da América com Angola foram definidas pelo ambiente vivido durante a Guerra-fria. Os Estados Unidos apoiavam o movimento político UNITA juntamente com a China, em oposição à União Soviética, que apoiava o MPLA³¹⁸. Quando o MPLA chegou ao poder e declarou a independência de Angola, em Novembro de 1975, os Estados Unidos opuseram-se à admissão do país nas Nações Unidas, mantendo essa oposição até Dezembro de 1976. Porém, com as eleições de 1992 que deram a vitória a este partido, a atitude inicial de Washington modificou-se, partindo para atitude de conciliação, no intuito de manter a paz no país, passando a dar apoio directo ao novo Governo. É na continuação deste paradigma que Washington e Luanda estabelecem relações diplomáticas a 19 de Maio de 1993, consolidando a sua relação.

Em Junho de 1998, o Director da companhia petrolífera Sonangol, Joaquim David, acordou com o *EximBank* dos Estados Unidos um financiamento na ordem dos \$87 milhões, da *Société General* de Nova Iorque, à companhia petrolífera angolana. Este empréstimo foi realizado com a intenção de garantir um contrato no valor de \$200 milhões, com uma duração de quatro anos entre a companhia Sonangol e a *Halliburton Energy Services*, que mantém actividades na exploração petrolífera na região de

³¹⁶ Africa Economic Outlook - *Angola 2011*. [Consultado em 6 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/Country_Notes/2011/Full/Angola.pdf

³¹⁷ VINES, Alex, WONG, Lillian, WEIMER, Markus; CAMPOS, Indira - *Ibidem*, pp.13-14.

³¹⁸ Os Estados Unidos deram apoio aos oponentes do MPLA em Angola, em primeiro lugar à FNLA de Holden Roberto, e depois à UNITA de Jonas Savimbi.

Cabinda³¹⁹. Quatro anos depois, em 2002, o Presidente norte-americano George W. Bush, designou Angola como elegível para as preferências tarifárias possibilitadas pela Lei de Crescimento e Oportunidade para África (AGOA). Um programa criado em 2000 dirigido ao continente africano e ampliado em 2002, para AGOA II, e em 2004 para AGOA III, no que respeita à região subsariana, com o intuito de aumentar substancialmente o acesso preferencial de importações. Consistia num conjunto de programas de favorecimento económico e comercial, abrangendo a isenção de impostos na importação de vários produtos sendo um deles, o petróleo³²⁰.

Com o evoluir da relação económica e com a importância que actualmente Angola detém no palco mundial, derivado sobretudo, da exploração, da produção e do fornecimento de petróleo em crude, a relação entre Angola e Washington tornou-se complementar. Os EUA aproveitam também para exportarem para Angola bens industriais e serviços, nos quais se incluem equipamento/maquinaria para campos petrolíferos, produtos químicos, aviões e comida³²¹. De acordo com a informação do *United States Census Bureau*, em 1986 as exportações de petróleo angolano para os EUA estavam na ordem dos 37 milhões de barris/ano e passados vinte e quatro anos, em 2010 já alcançavam os 139 milhões barris/ano³²². De acordo com a EIA neste mesmo ano, os EUA importaram 23% do petróleo em crude angolano, correspondente a 440,000 b/d³²³, uma evolução significativa. Contudo, como já foi referido anteriormente as actuais exportações de petróleo em bruto para a China em muito ultrapassam as dos EUA. Apesar de a China importar mais petróleo, a presença das companhias petrolíferas norte-americanas, tanto na produção como na exploração dos campos situados em *offshore* e *onshore* é em muito superior às companhias com interesses chineses, como a CSIH e a SSI. Contudo, como Pequim tem utilizado a estratégia de construção de infra-estruturas por fornecimento de petróleo, este monopólio ocidental não lhe provoca constrangimentos de grande importância.

³¹⁹ FERNANDES, Ana Paula - *Petróleo em tempo de Guerra*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=1050>

³²⁰ African Growth and Opportunity Act. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.agoa.gov/agoalegislation/index.asp>

³²¹ U.S. Department of State - *Angola*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/6619.htm>

³²² United States Census - *The 2012 Statistical Abstract*. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.census.gov/compendia/statab/cats/energy_utilities/crude_oil_petroleum.html

³²³ U.S. Energy Information Administration - *Angola*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=AO>

Desde 2009, que a companhia americana *ExxonMobil*, é a maior operadora no sector petrolífero em Angola, juntamente com a sua filial *Esso Angola*, que detém uma participação de 40%, no Bloco 15, em parceria com a *BP Exploration Angola Limited* com 26,67%, a *ENI Angola Exploration B.V.* com 20% e a *Statoil Angola* com 13,33%, em que a *Sonangol E.P.* é a concessionária. Este consórcio pretende aumentar a capacidade de produção para os 600.000 b/d no segundo semestre de 2012, com a entrada em funcionamento de 18 novos campos petrolíferos³²⁴. Além da presença no Bloco 15, a *Esso Angola* também mantém actividades de produção no Bloco 17 em águas profundas com 20%. No Bloco 31 está presente num consórcio com 25% e no Bloco 32 com 15%. Já a *ExxonMobil* está presente em actividades de exploração em águas ultra profundas no Bloco 39/11, com 15%, no Bloco 38/11 com 15%, e no Bloco 40 com 15%³²⁵.

A Chevron está presente em Angola desde a década de 1930, altura em que os produtos da marca Texaco foram comercializados pela primeira vez no país. Em 1958, a *Cabinda Gulf Oil Company*, a unidade operacional de Angola totalmente detida pela *Chevron*, sondou o seu primeiro poço em *onshore*. A partir de 1966, foram realizadas descobertas em *offshore* no Campo de Malongo. Em 1971, foi descoberto o Campo Takula e, em 1975, o Campo Essungo. Em 1986, mais pesquisas foram promovidas pela Chevron e, em 1997, foi realizada a descoberta do Campo Kuito, a primeira de uma serie de importantes descobertas de petróleo na concessão do Bloco 14. Nesse mesmo ano, a Secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, visitou a plataforma da companhia norte-americana Chevron, onde declarou que «estava num lugar onde a promessa de uma África económica estava a tornar-se realidade»³²⁶. Dois anos mais tarde, o campo Kuito tornou-se no primeiro campo de produção em águas profundas de Angola. Actualmente, a Chevron detém participações em quatro concessões com outras companhias internacionais de produção em *onshore* e *offshore* em águas profundas. No Bloco 0 Área (A,B) ao largo da costa da província de Cabinda com uma participação de 39,20%, no Bloco 14 que se situa mais a ocidente em águas profundas, com uma participação de 31% e no Bloco 2/85 que se situa na zona marítima do Noroeste de Angola, com uma participação de 20%³²⁷. Recentemente, a Chevron-Texaco iniciou um

³²⁴ O País Online - *Bloco 15 financia Palanca e Esso quer aumentar a produção*. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.opais.net/pt/opais/?id=1551&det=22793&mid>

³²⁵ Sonangol - *Mapa de Concessões*. *Ibidem*.

³²⁶ RAPHAEL Sam, STOKES Doug - *Ibidem*, pp. 906-908.

³²⁷ Sonangol - *Mapa de Concessões*. *Ibidem*.

programa de desenvolvimento para aumentar significativamente a produção a partir da concessão do Bloco 0 situado no *offshore* de Cabinda, o qual inclui a Mafumeira Sul que é a segunda fase do desenvolvimento do Campo de Mafumeira³²⁸. Apesar de não ser a maior companhia petrolífera norte-americana no sector petrolífero angolano, como é a *Exxon Mobil* e a sua filial *Esso Angola*, presentemente é a maior companhia que gera emprego na indústria petrolífera, com mais de 3.100 trabalhadores locais³²⁹. Cerca de 86% da força de trabalho da Chevron em Angola é nacional, havendo departamentos nos quais é cerca de 100% nacional, ou seja local³³⁰.

Em contrapartida pela sua preocupação pelo meio ambiente, em Junho de 2010, o Ministério Angolano do Ambiente agraciou a subsidiária da *Chevron, Cabinda Gulf Oil Company Limited*, com o Prémio Palanca pela sua importante contribuição positiva para o meio ambiente de Angola³³¹. Cabe realçar que a ascensão desta companhia americana no mercado petrolífero angolano foi também resultado do alargamento do programa AGOA em 2002, para AGOA II, e em 2004 para o AGOA III, favorecendo economicamente e comercialmente os países africanos, incluindo Angola. Em entrevista ao jornal de Angola, em Julho de 2011, o Director-Geral da Chevron, Richard Cohagan, referiu que em 2010, mais de \$26 milhões foram investidos em projectos comunitários e sociais. Pela primeira vez os projectos tiveram uma cobertura nacional, servindo dezoito províncias. A prioridade tem sido dada à construção de infra-estruturas nas áreas da saúde e educação, campanhas de prevenção e combate a epidemias, tais como a malária e a SIDA³³². Estes investimentos em projectos comunitários vão de encontro às decisões tomadas pelo Presidente norte-americano George W. Bush, no apoio ao sector da saúde de Angola, já que em 2006 Angola foi seleccionada para ser um dos três países piloto, para um programa contra a malária³³³. Em 2012, a Chevron doou \$1.177.000 ao Ministério de Saúde de Angola para financiar o programa de reforço do combate à poliomielite, através de uma campanha de sensibilização e de formação de pessoal

³²⁸ Chevron - *África*. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.chevron.com/deliveringenergy/oil/>

³²⁹ *Idem* - *Ficha descritiva de Angola*. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.chevron.com/documents/pdf/AngolaFactSheetPortuguese.pdf>

³³⁰ LASCAS, Jorge - *Exportação Angola: Chevron, Richard Cohagan acredita em Angola*. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/20/0/richard_cohagan_acredita_em_angola

³³¹ O Prémio Palanca é um galardão atribuído anualmente, criado para reconhecer os esforços dos que se empenham em preservar o ambiente, e aplicam os princípios de desenvolvimento sustentável.

³³² LASCAS, Jorge -, *Ibidem*.

³³³ AAVV - *Rumo a uma estratégia para Angola: Prioridade para as relações entre Angola e os Estados Unidos da América*. *Ibidem*, pp. 32-34.

técnico. É uma doação realizada em conjunto com as associadas do Bloco 0 e do Bloco 14, a Sonangol, a *Total Petroleum Angola*, a *ENI Angola* e a portuguesa Galp, fazendo esta última somente parte do Bloco 14³³⁴.

Uma outra companhia petrolífera americana presente no *offshore* angolano é a *ConocoPhillips*, a quem a Sonangol concedeu a exploração de dois Blocos com actividades de exploração em águas ultra profundas. No Bloco 36/11, tem uma participação de 30%, num consórcio com a Sonangol com 50%, e com a China Sonangol com 20%. No Bloco 37, tem uma participação de 30%, num consórcio com a Sonangol com 50%, e a Repsol com 20%, sendo que a primeira perfuração destes Blocos está prevista para que se inicie em 2013/14³³⁵. Por último, temos a companhia petrolífera americana *Marathon Oil* que tem actividades nos Blocos 31 e 32, nos quais já foram perfurados mais de 30 poços petrolíferos com sucesso. No Bloco 31, a *Marathon Oil* tem uma participação de 10%, num consórcio com a *BP Exploration Angola* com 26.67%, a *Esso Exploration and Production Angola* com 25 %, a Sonangol com 20%, a *Statoil Angola* com 13.33%, e a *China Sonangol International Holding* com 5%³³⁶. No Bloco 32, a *Marathon Oil* tem uma participação de 10%, num consórcio com a *Total Exploration and Production Angola* com 30%, a Sonangol com 20%, a *China Sonangol International Holding* com 20%, a *Esso Exploration and Production Angola* com 15%, e a *Petrogal* com 5%³³⁷.

Como podemos verificar, a presença de companhias petrolíferas norte-americanas no sector petrolífero angolano é significativa. A *ExxonMobil* é actualmente a maior companhia petrolífera a exercer actividades de exploração e produção no sector petrolífero angolano. Desde 1930, que os Estados Unidos estão presentes no mercado petrolífero de Angola através da *Chevron* que começou por comercializar produtos da sua marca no mercado africano. Presentemente, esta companhia é a maior empregadora de mão-de-obra angolana, neste sector e além disso, também se dedica a promover projectos comunitários e sociais, tendo sido distinguida, como referimos anteriormente, com o Prémio Palanca, um prémio atribuído pelo empenho em preservar o meio ambiente. Uma clara vantagem em termos de promoção, no âmbito da comunidade

³³⁴ «Lixo para África e em força!» *Ibidem*, pp. 79.

³³⁵ Conocophilps. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.conocophilps.com/EN/about/worldwide_ops/other/Pages/Angola.aspx

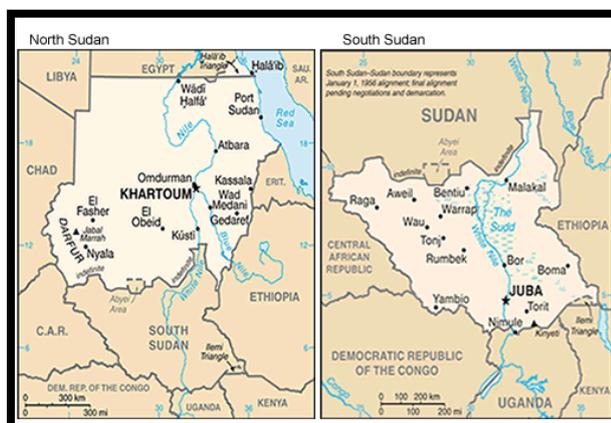
³³⁶ Marathon Oil. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.marathonoil.com/Global_Operations/Angola/Operations/

³³⁷ *Idem, Ibidem.*

internacional, ao contrário das companhias petrolíferas com interesses chineses, que são acusadas de se não preocuparem com o meio ambiente, e por isso este destaque. Mas será que apesar desta preponderância no palco petrolífero angolano, os EUA não estarão a perder influência? Se a China continuar a importar quantidades de petróleo bastante superiores às importações dos EUA a um ritmo crescente como se prevê, os EUA deverão ter em atenção e repensar as políticas direccionadas para este país. Não é que Angola deseje criar atritos com a grande potência norte-americana pelo menos num curto espaço de tempo mas, sem dúvida, que os empréstimos concedidos pela China para a reconstrução do país proporcionaram e proporcionam uma grande vantagem em termos de exportação de petróleo para Pequim em detrimento de Washington.

2. SUDÃO E SUDÃO DO SUL

O Sudão foi um dos primeiros países africanos a tornar-se independente em 1956, da antiga potência colonizadora, a Grã-Bretanha. Porém, desde 1955, que tem sido palco de uma série de vários conflitos, e de Guerras-Civis entre a região do Norte e a do Sul do país. Após a independência acentuaram-se as desavenças entre a capital do país, Kartum e a região do sul do país. Uma das razões para tal animosidade, decorre das diferentes religiões professadas. Na parte sul, a religião que prevalece é a cristã e animista, que ao recusar a imposição da lei islâmica (a Sharia) que prevalece na parte norte do país, decretada em 1983 pelo Governo Central de Cartum, tem sofrido constantes actos de violência por melícias pró islão³³⁸. A história do Sudão antes da divisão é um trajecto acidentado que culminou na divisão entre dois países, que ainda se debatem com questões de ordem étnica, religiosa, política e naturalmente pelo controlo das fontes de hidrocarbonetos.



³³⁸ Fundação AIS. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: www.fundacaoais.pt/catalogo/g_et_file/file/ficheiro/id/43

O Sudão já teve duas Guerras-Civis e, actualmente existe um certo receio de que se inicie um novo confronto na região fronteiriça de Heglig, principal campo petrolífero do Sudão. A primeira Guerra-Civil decorreu entre 1955 e 1972, e a segunda eclodiu em 1983, terminando somente a 9 de Janeiro de 2005, com a assinatura do acordo CPA³³⁹. Este acordo visava a unificação entre o norte e o sul e uma distribuição /partilha equitativa dos recursos naturais (petróleo), durante um período interino de seis anos, no final do qual, haveria um referendo de autodeterminação/independência do sul do país, previsto para 9 de Janeiro de 2011³⁴⁰.

Com o início da exploração e da comercialização do petróleo em 1999, o crescimento da economia sudanesa passou a estar cada vez mais dependente das exportações deste recurso, tendo sido o sector petrolífero o grande responsável por parte do crescimento do PIB do país. Durante quase uma década, a economia floresceu na vanguarda do crescimento das exportações de petróleo, nos preços elevados praticados e dos fluxos significativos de IDE.

Com a secessão efectiva do Sudão em dois países (Sudão e Sudão do Sul) em Julho de 2011, o Sudão do Sul, permaneceu com 75% das reservas combinadas do território. No entanto, apesar de possuir a maior parte dos campos petrolíferos, necessita do seu vizinho do norte para proceder ao processamento do petróleo, incluindo o seu transporte, dado que um dos portos cruciais está localizado no Mar Vermelho na parte norte do país³⁴¹. É também no actual território do Sudão, que se encontram as três refinarias do país, Cartum, Porto do Sudão e El-Obeid, necessárias para o processamento do crude extraído no Sudão do Sul³⁴², já que este país não possui nenhuma refinaria.³⁴³

³³⁹ O acordo foi assinado em Naivasha, no Quénia, sob a égide do *Intergovernmental Authority on Development* (IGAD), e da *Troika*, constituída pelos EUA, pela Noruega e pelo Reino Unido, entre o Governo de Cartum, do Sudão, e o Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLM), liderado por John Garang.

³⁴⁰ WOLFEL, Richard L. - *The Tyranny of the Map and Modern Instability: The Ramifications of Incongruent Political and Ethnic Boundaries on Modern Africa in Understanding Africa: A Geographic Approach*. New York: Center for Strategic Leadership United States Army War College, 2009, pp.104.

³⁴¹ DOWNIE, Edmund - *China's push to woo South Sudan*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: http://blog.foreignpolicy.com/posts/2011/07/12/chinas_push_to_woo_south_sudan_and_g_et_its_oil

³⁴² A maior refinaria localizada a 70 km de Cartum, iniciou as actividades de refinação em 2000 e, é uma *joint-venture* entre a CNPC e o Governo sudanês.

³⁴³ Existem dois planos para a construção de refinarias: o primeiro seria através da construção de um gasoduto com o país vizinho, o Quénia, que incluiria a construção de uma refinaria na região de Lamu. O segundo plano, seria através da construção de refinarias nacionais, podendo deste modo exportar produtos petrolíferos para os países vizinhos como o Quénia, Uganda e a Etiópia, sem necessitar das refinarias do

Apesar dos constrangimentos que a divisão de um país em dois poderia acarretar para Pequim em termos económicos, políticos e até diplomáticos, o apoio do Governo chinês ao referendo sobre a independência do Sudão do Sul foi incondicional, tendo sido inclusive enviados observadores eleitorais chineses para acompanhar a votação. Um diplomata chinês pela altura da votação do referendo mencionou que não importava qual fosse o resultado do referendo, porque o que realmente era importante era garantir a estabilidade no país e na região a longo prazo³⁴⁴. Na verdade o que interessava nesta situação crítica era mesmo a estabilidade política dos dois países para que não fossem afectadas as exportações de petróleo para a China. Liu Guijin, enviado especial da RPC para os assuntos africanos, numa visita em Dezembro de 2011, após a separação, a Juba, capital do Sudão do Sul, referiu que a China está muito preocupada. Não com os conflitos existentes na área da fronteira, ou com as milícias armadas, mas sim, com o desejo de ver a continuação da produção e do fluxo de petróleo sem problemas³⁴⁵. De facto a crise em volta do principal campo petrolífero sudanês, na região fronteiriça de Heglig tem vindo a causar sérios problemas na produção de petróleo. O actual conflito passa por uma série de contendas sobre a partilha de recursos e de receitas do petróleo, apesar da aparente vantagem para a economia do Sudão do Sul em possuir no seu território a maioria das reservas de hidrocarbonetos, que representam 98% do seu orçamento. A dependência do oleoduto necessário para o transporte do petróleo, atravessa o Sudão e o governo de Omar al-Bashir exige parte das receitas, provenientes dos lucros da venda do petróleo, o provoca muitos atritos entre estes dois Estados³⁴⁶. Em Janeiro de 2012, a crise entre estas duas nações tomou proporções alarmantes, o Sudão do Sul foi obrigado a parar a sua produção, o que automaticamente causou prejuízos avultados para a economia dos dois países, com umas perdas de mais de 60% nos lucros das exportações petrolíferas. Somando esta diminuição à já anterior perda de três quartos da produção, com a separação do Sudão do Sul, as tensões entre a região

norte. In U.S. Energy Information Administration - *Sudan*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://205.254.135.7/countries/cab.cfm?fips=SU>

³⁴⁴ «No matter what the outcome of the referendum is, it is imperative to ensure the long-term peace and stability in Sudan and the region at large». In People's Daily Online - *China welcomes completion of south Sudan referendum*. [Consultado em 04 de Março de 2012]. Disponível em: <http://english.people.com.cn/90001/90776/90883/7265305.html>

³⁴⁵ HIGGINS, Andrew - *Oil Interests push China into Sudanese mire*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/oil-interests-push-china-into-sudanese-mire/2011/12/19/gIQANkzGGP_story.html

³⁴⁶ PELZ, Daniel; ROCHA, António - *Sudão e Sudão do Sul ainda sem acordo de receitas de petróleo*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,15672393,00.html>

norte e a região sul agravaram-se ainda mais³⁴⁷. Apesar destas contendas, o ex-presidente sul-africano, Thabo Mbeki, actual mediador da UA, mencionou a 4 de Agosto de 2012, que os dois países colocaram fim ao diferendo sobre a partilha de rendimentos do petróleo. O Sudão do Sul aceitou pagar a Cartum \$9,48 pelo barril de petróleo e uma indemnização de \$3000 milhões pelos prejuízos financeiros causados pela separação do país em dois Estados³⁴⁸.

2.1. A Indústria Petrolífera do Sudão e do Sudão do Sul

Até finais dos anos 1980, as actividades petrolíferas no território do Sudão eram realizadas por companhias petrolíferas ocidentais. A companhia nacional petrolífera do Sudão, a *Sudan National Petroleum Corporation* (Sudapet)³⁴⁹, possui uma capacidade de recursos financeiros, competências técnicas e recursos humanos especializados muito limitada, não sendo também a companhia encarregada pela distribuição das concessões petrolíferas, as quais são reguladas por uma agência estatal administrada pelo governo de Omar Al-Bashir, do Sudão, a *Sudanese Petroleum Corporation* (SPC). Actualmente, as companhias estrangeiras de origem asiática dominam o sector petrolífero sudanês. As principais são nomeadamente, a *China National Petroleum Corporation* (CNPC), a *India's Oil and Natural Gas Corporation* (ONGC), e a *Malaysia's Petronas*. Estas companhias detêm as maiores participações nos principais consórcios operacionais dos dois países: *The Greater Nile Petroleum Operating Company* (GNPOC), a *Petrodar* e a *White Nile Petroleum Operating Company* (WNPOC). A GNPOC é um consórcio da CNPC com 40%, a Petronas com 30%, a ONGC com 25% e a Sudapet com 5%. A Petrodar é um consórcio da CNPC com 41%, a Petronas com 40%, a Sudapet com 8%, a Sinopec com 6%, e a *Tri-Ocean Exploration and Production do Kuwait* com 5%.³⁵⁰ A WNPOC é um consórcio da Petronas com 67.88%, a ONGC com 24.13%, e a

³⁴⁷ Jornal Al-Ahram - «Juba e Cartum podem incendiar África». In *Courrier International*. Número 196, 2012, pp. 42.

³⁴⁸ «Partilha do petróleo sudanês». In *Africa 21*. Número 67, 2012, pp. 13.

³⁴⁹ No Sudão do Sul, a companhia petrolífera nacional é a *Nile Petroleum Corporation* (Nilepet), contudo ainda não detêm um papel fundamental no campo petrolífero sudanês, e por isso não será aqui analisada.

³⁵⁰ A companhia *Al Thani Corporation of the United Arab Emirates* anteriormente era a detentora dos 5%, mas entretanto vendeu a sua participação à companhia *Tri-Ocean Exploration and Production do Kuwait*.

Sudapet com 8%³⁵¹. Em Abril de 2005, o Governo de Cartum assinou um acordo com a WNPOC relativo aos campos petrolíferos de Thar Jath e Mala, situados no Bloco 5A, tendo o mesmo entrado em funcionamento em Junho de 2006.

A produção de petróleo no Sudão e no Sudão do Sul localiza-se nos Blocos 3 e 7, 5A, 6, 1 e 2 e 4. Os Blocos 3 e 7 e 5A com a separação ficaram a pertencer ao Sudão do Sul, e o Bloco 6 ao vizinho do norte. Os campos petrolíferos 1 e 2 e 4 são conhecidos como *The Greater Nile Oil Project*, e estão divididos entre os dois países, uma vez que se situam numa zona que abrange parte do norte do sul, a região de Abyei, rica em reservas de hidrocarbonetos. Durante sete anos, entre 2000 e 2007, *The Greater Nile Oil Project* alcançou uma produção que ultrapassou os 450 mil b/d; porém a partir de 2011, sofreu um ligeiro declínio e não chegou a atingir os 400 mil b/d, claramente devido aos conflitos existentes na região³⁵². Recentemente, o Sudão lançou uma licitação para a exploração dos Blocos 8, 10, 12B, 14, 15 e 18. Com esta licitação o país espera que ao aumentar a exploração, estimule novas descobertas, que num futuro próximo irão substituir a perda de petróleo proveniente do Sudão do Sul e dos campos já maduros situados no norte³⁵³ auferindo deste modo mais receitas. Embora o Sudão do Sul produza somente 0,3% da produção mundial de petróleo, com o cancelamento da produção desde 20 de Janeiro de 2012, devido ao desacordo entre os dois países sobre o pagamento das taxas de trânsito do oleoduto que atravessa o Sudão, ambos os países exportadores sofrem as consequências desta paragem. Tal situação levou a que China se tenha centrado ainda mais no mercado petrolífero de Angola, que viu desta forma as suas exportações aumentarem ainda mais.

No que concerne aos dados estatísticos disponibilizados sobre as reservas comprovadas de petróleo em bruto relativas ao Sudão (Norte e Sul), referira-se que são distintos conforme a instituição que os fornece. A consultoria *Wood Mckenzie*, para o ano de 2011, aponta para que as reservas estariam na ordem dos 4,2 mil milhões de barris de petróleo, enquanto que para a *BP Statistical Review* seriam de 6,7 mil milhões de barris³⁵⁴. Apesar de que a informação no *website* da *Sudanese Petroleum*

³⁵¹ U.S. Energy Information Administration - *Sudan and South Sudan*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://205.254.135.7/EMEU/cabs/Sudan/pdf.pdf>

³⁵² U.S. Energy Information Administration - *Sudan*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=SU>

³⁵³ *Idem, Ibidem*.

³⁵⁴ O jornal *Oil & Gas* (OGJ) apresenta uma informação mais alargada, referindo que em 2006, as reservas petrolíferas estariam na ordem dos 563 milhões de barris de petróleo, mas passado somente seis

Corporation esteja bastante acessível e de compreensão fácil, não foi possível no decorrer desta investigação encontrar dados reais por eles disponibilizados referentes às reservas petrolíferas do país.

2.2. China – O País “*amigo*”

Desde que a China e o Sudão estabeleceram relações diplomáticas a 4 de Fevereiro de 1959, os dois países têm mantido uma relação estável. No entanto só na década de 90, depois de a China se ter tornado num importador relevante de petróleo é que a relação bilateral ganhou um novo relevo. Quando a Guerra-Civil eclodiu pela segunda vez neste país em 1993, a Chevron vendeu as suas participações a uma empresa Canadiana, a qual formou a companhia *Greater Nile Petroleum Operating Company* (GNPOC)³⁵⁵. Em 1995, durante a segunda visita do Presidente do Sudão Omar Al-Bashir, à China³⁵⁶, o Governo de Pequim assinou um acordo estrutural com o Governo do Sudão, com vista a financiar projectos de exploração de petróleo no país, concordando em fornecer um crédito preferencial no valor de 1.15 mil milhões de RMB (China Yuan Renminbi). Após uma reunião com os representantes do Ministério das Finanças e do Banco Central do Sudão, foi acordado que este crédito preferencial seria fornecido às companhias chinesas, enquanto que o projecto seria supervisionado pelo Banco do Sudão. Pela parte que correspondia às condições dadas pelo Governo Sudanês, foi acordado que Pequim receberia generosos termos de concessões, tais como a ausência de restrições sobre os lucros das reparações e a isenção de todos os impostos domésticos no petróleo que fosse exportado. No seguimento desta proposta, a CNPC realizou um estudo preliminar em termos de formação geológica e concluiu que a região Sudanesa da Bacia de Muglad era idêntica à região chinesa do Golfo de Bohai, rica em reservas de hidrocarbonetos. Em 1997, a empresa petrolífera chinesa CNPC decidiu adquirir 40% da GNPOC³⁵⁷. O objectivo desta aquisição foi o de expandir um campo petrolífero existente na parte do Sudão do Sul e a construção de um oleoduto com 1.500 km, até à região portuária costeira de Marsa al-Bashair, que se situava perto do Porto do

anos, em Janeiro de 2012, já alcançavam os 5 mil milhões de barris de petróleo. In U.S. Energy Information Administration - *Sudan*. *Ibidem*.

³⁵⁵ GNPOC é um consórcio da CNPC com 40%, a Petronas com 30%, a ONGC com 25 %, e a Sudapet com 5%.

³⁵⁶ A Primeira visita ocorreu em 1990.

³⁵⁷ HONG, Zhao - *Ibidem*, pp. 7.

Sudão³⁵⁸. Mike Hodel refere que, foi deste modo que Pequim entrou no mercado petrolífero sudanês em 1996, já que desde 1995, as companhias petrolíferas americanas e ocidentais como a *Chevron* e a *Total*, entre outras, começaram a perder influência no terreno, por opção própria, ou devido aos problemas inerentes a uma Guerra-Civil e à consequente instabilidade e insegurança sentida no país³⁵⁹. Actualmente, as operações da CNPC consistem em actividades de exploração, produção, armazenamento, transporte e refinação de recursos naturais, como o petróleo e o gás, e de comercialização de produtos petroquímicos e químicos no país, além de exercer actividades de exploração e de produção nos Blocos 1/2/4, 3/7, 6, 13 e 15³⁶⁰. Apesar de existir alguma contradição nas informações disponibilizadas sobre a quantidade total de petróleo produzido no país, crê-se que estes Blocos suportaram cerca de metade do petróleo que foi extraído no Sudão em 2006³⁶¹. No Bloco 6, a CNPC está presente desde 1996 e presentemente possui uma participação de 100%. Em 2005, conseguiu um contrato de partilha com a *Petronas*, a *Sudapet* e a *Hi Tech* no Bloco 15. No Bloco 13, entrou em 2007, com um contrato de partilha de produção com o governo sudanês³⁶².

De acordo com as estatísticas da AIE, em 2011, o Sudão e o Sudão do Sul exportaram 66% do seu crude para a China, que deteve a maior cota do mercado petrolífero, seguido pela Malásia com 9%, o Japão com 8%, os Estados Árabes Unidos com 5%, a Índia e Singapura com 8%, e outros países com 4%³⁶³. O Sudão e o Sudão do Sul em média exportaram 330 mil b/d em 2011, e deste valor a China importou 220.000 b/d³⁶⁴. Apesar de o Sudão ser até 2011, um país muito relevante em termos de produção de petróleo, a situação interna foi sempre muito instável. Omar Al-Bashir Presidente do Sudão, conhecido mundialmente pelas suas constantes violações de

³⁵⁸ Este oleoduto actualmente transporta petróleo em bruto extraído nos blocos 1, 2 e 4 situados no Sudão do Sul, e a sua capacidade de processamento situa-se nos 500.000 b/d. Além deste oleoduto, ainda existem mais dois no país, nomeadamente, o oleoduto PDOC que transporta petróleo em bruto produzido nos blocos 3 e 7 situados no Sudão do Sul, tendo uma capacidade de processamento de 500.000 b/d. E, por último, o oleoduto Petro Energy que transporta petróleo em bruto produzido no Bloco 6, na parte oeste do Sudão, tendo uma capacidade de processamento na ordem dos 200.000 b/d.

³⁵⁹ HODEL, Mike - *Ibidem*, pp.50-54

³⁶⁰ China National Petroleum Corporation. [Consultado em 10 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.cnpc.com.cn/eng/cnpcworldwide/africa/Sudan/>

³⁶¹ Theodore Moran, investigador do *Peterson Institute for International Economics*, refere que os Blocos 3 e 7 têm mais de mil milhões de barris de reservas de petróleo confirmadas. In MORAN, Theodore H. - *China's Strategy to Secure Natural Resources: Risks, Dangers, and Opportunities*. Washington DC: Peterson Institute for International Economics, 2010, pp. 11-13.

³⁶² China National Petroleum Corporation. [Consultado em 10 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.cnpc.com.cn/eng/cnpcworldwide/africa/Sudan/>

³⁶³ U.S. Energy Information Administration - *Sudan*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=SU>

³⁶⁴ Anexo nº 3, pp.154.

Direitos Humanos e com um mandato de captura emitido pelo Tribunal Penal Internacional desde Março de 2009, devido às acusações de genocídio na região do Darfur, continua no poder até aos dias de hoje, mesmo depois da separação do país³⁶⁵. Perante esta situação, menciona Zhao Hong, o investimento de companhias ocidentais não se concretiza, em parte, devido a evidentes violações de Direitos Humanos, à instabilidade, à insegurança e ou mesmo aos riscos políticos que poderiam daí advir, o que proporciona à China uma oportunidade única de obter uma posição significativa numa das pouco exploradas e subdesenvolvidas regiões do mundo³⁶⁶. O Presidente da China Hu Jintao, tem sido muito criticado pela comunidade internacional por manter relações económicas e de amizade com este país, tipicamente ligadas à importação de petróleo, à venda de produtos e serviços chineses e à crescente instauração de empresas chinesas que são acusadas de utilizarem mão-de-obra chinesa, em detrimento da mão-de-obra local. Apesar das críticas internacionais, a companhia petrolífera chinesa, a CNPC de acordo com informação disponibilizada no seu *website* oficial refere que considera o desenvolvimento socioeconómico local, a segurança e a protecção ambiental como parte da sua responsabilidade corporativa. Até 2006, a CNPC tinha investido mais de \$30 milhões no bem-estar público das populações (não detalhando a que se refere “bem estar”). No ano seguinte, em 2007, a CNPC e o Ministério da Segurança Social assinaram um acordo no valor de \$1 milhão, no intuito de melhorar as instalações e a assistência médica a orfanatos, a lares de idosos e a instituições públicas de saúde. Estes são alguns dos exemplos mais significativos da ajuda prestada, pois existem outros vocacionados nomeadamente para a área dos recursos hídricos e a protecção ambiental, mas de montante bastante inferior³⁶⁷.

Andrei Chang, numa análise publicada no *Space Daily*, expõe uma série de informações sobre o armamento militar fornecido a vários países africanos. No caso concreto do Sudão é mencionado que o país tem adquirido uma grande variedade de armamento desde tanques, aviões, morteiros, peças de artilharia, armas de defesa aérea entre muitos outros e que a China tem tido um papel fundamental na venda dos

³⁶⁵O Sudão não é Estado-parte dos Estatutos de Roma, que criaram o Tribunal Penal Internacional, o que faz com que o tribunal não tenha jurisdição sobre o país. Não obstante, em 2005 foi criada a resolução nº 1593 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que autoriza o TPI a exercer poderes para intervir, investigar e agir judicialmente contra os crimes praticados na região de Darfur.

³⁶⁶HONG, Zhao - *Ibidem*, pp. 10-12.

³⁶⁷China National Petroleum Corporation. *Ibidem*.

mesmos³⁶⁸. Kent Butts e Brent Bankus do *Center for Strategic Leadership United States Army War College*, aludem que observadores militares africanos argumentam que o pagamento destes negócios é organizado e liquidado, em parte, através dos contractos de exportação de petróleo para a China³⁶⁹.

Facto é que Pequim mantém uma relação privilegiada com o Cartum. A visita que o Presidente Omar Al-Bashir fez à China em Junho de 2011, apesar das críticas da comunidade internacional e sobretudo dos EUA, confirma esta posição. A 29 de Junho, no decorrer da visita, foram assinados vários acordos de cooperação económica e tecnológica entre os dois países, que incluíram empréstimos para o desenvolvimento de infra-estruturas e equipamento. A companhia petrolífera chinesa CNPC assinou um novo acordo de cooperação com o Governo do Sudão, na sequência de um outro assinado anteriormente em 2007³⁷⁰. Esta visita demonstrou que as relações entre Pequim e Cartum continuam a resultar em proveitos económicos para ambas as partes, com especial relevo para as empresas petrolíferas de origem chinesa.

2.3. EUA – Uma relação de Mal a Pior com o Governo de Omar Al-Bashir

As relações entre Washington e Cartum sempre foram consideradas ambíguas. Ao contrário do relacionamento que os Estados Unidos têm vindo a consolidar com Angola e com a Nigéria, ao longo do tempo, a relação com o Sudão, merece atenção não pela sua evolução, mas sim, pelo crescente afastamento entre estes dois países.

No período decorrido entre a independência do Sudão, a 1 de Janeiro de 1956, até ao início da terceira guerra israelo-árabe em 1967³⁷¹, as relações entre os dois países

³⁶⁸ CHANG, Andrei - *Chinese arms and African Oil*. Consultado em 22 de Março de 2012]. [Disponível em: http://www.spacedaily.com/reports/Analysis_Chinese_arms_and_African_oil_999.html

³⁶⁹ BUTTS, Kent Hughes; BANKUS, Brent - *Ibidem* pp. 366-367.

³⁷⁰ Foi a quarta visita do Presidente do Sudão à China, no seguimento das efectuadas anteriormente em 1990, em 1995 e em 2006. In *Jornal de Angola - China dá apoio a Omar Al-Bashir*. [Consultado em 27 de Junho de 2012]. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/13/3/china_da_apoio_a_omar_el_bashir

³⁷¹ Neste conflito o Sudão apoiava a frente árabe, e os EUA Israel. «O incremento do Nacionalismo Árabe, a manutenção da tensão entre Israel e o Egipto, o bloqueio de Tiran e a insistência de Nasser na retirada da força da ONU (UNEF) conduziram Israel ao ataque simultâneo ao Egipto, Jordânia e Síria, e à ocupação da Faixa de Gaza, península do Sinai, Jerusalém Oriental, Margem Ocidental e Montes Golan, controlando uma área quatro vezes superior à das fronteiras estabelecidas em 1949. Da guerra resultou a explosão do Nacionalismo Palestino-Árabe sob a direcção da Organização de Libertação da Palestina (OLP), fundada em Junho de 1964, e que reuniu no seu seio organizações de refugiados e combatentes *fedayeen* palestinos, como a Fatah e a Frente Popular de Libertação da Palestina, que levaram a cabo

até foram estáveis. Porém em 1973, o Embaixador norte-americano a exercer funções na Embaixada de Cartum, foi assassinado, tendo sido substituído em Novembro de 1974, por um novo Embaixador. Apesar deste incidente diplomático, até 1985, o país foi considerado como um aliado no continente africano, contudo, o golpe militar de 1989, que conduziu o General Omar Al-Bashir ao poder, com uma política direccionada ao islamismo radical e o voto contrário à intervenção dos EUA no Iraque em 1991³⁷², obrigaram Washington a fechar a sua Embaixada na capital, em Cartum, o que levou a que o distanciamento se agravasse novamente³⁷³. Porém, a ruptura das relações ocorreu em 1998, quando o Presidente norte-americano Bill Clinton mandou bombardear uma fábrica de medicamentos, alegando que continha armas químicas. As relações diplomáticas foram cortadas e o Embaixador norte-americano, Tim Carney, foi retirado do país. Actualmente a Embaixada faz-se representar por um encarregado de negócios.

Pela altura do bombardeamento decorria a segunda Guerra-Civil (1983-2005), em que os confrontos entre um norte muçulmano e um sul cristão e animista adensavam-se. Alguns grupos de missionários norte-americanos presentes no país, com ligações às igrejas americanas, passaram a apoiar a ajudar e a identificarem-se com a causa dos cristãos do sul do país. Em ponderação a todas estas ocorrências, juntamente com o *lobby* exercido através das igrejas norte-americanas ligadas a estes missionários, o Presidente Bill Clinton a 3 de Novembro de 1997, emitiu a Ordem Executiva nº 13067³⁷⁴ que impôs um embargo comercial contra todo o território do Sudão. Qualquer pessoa ou empresa estadunidense ficou proibida de participar em quaisquer transacções ou actividades relacionadas com o petróleo ou com a indústria petroquímica do Sudão sem autorização do *Office of Foreign Assets Control* (OFAC). Mesmo antes

várias acções terroristas com o objectivo de “resgatar” a Palestina». In AMORIM, Fernando - *As guerras e as Intifadas*. [Consultado em 10 de Setembro de 2012]. Disponível em: http://janusonline.pt/2003/2003_2_4_6.html

³⁷² «Enquanto Washington consumia enormes recursos contra o terrorismo e a invasão do Iraque, a China aproveitava essa oportunidade única para redefinir e reorientar as prioridades da sua política externa, nomeadamente através da construção de uma rede de investimentos político-económicos, em regiões tão distintas como o Médio Oriente, o Sudoeste Asiático, a América Latina e África.» In CUNHA, Luís - *A Hora do Dragão: Política Externa da China*. Zebra Publicações, Lisboa: 2012, pp. 37.

³⁷³ Para avivar ainda mais negativamente a relação, o Governo sudanês acolheu Bill Laden, no seu país entre 1990 e 1996.

³⁷⁴ As justificações apresentadas para o embargo comercial foram as seguintes: apoio continuado por parte do Governo do Sudão ao terrorismo internacional; preponderância para a destabilização dos países vizinhos; prevalência de constantes violações dos Direitos Humanos, incluindo a escravidão e a negação à liberdade religiosa, os quais constituem uma ameaça à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos. Para uma leitura mais detalhada consultar: U. S. Department of the Treasury Office of Foreign assets Control. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/sudan.pdf>

do embargo do Presidente Clinton, a companhia petrolífera norte-americana Chevron já tinha vendido os seus interesses em Junho de 1992, a uma companhia sudanesa, a *Concorp International*³⁷⁵, posteriormente a um envolvimento activo entre 1974 e 1985, na exploração petrolífera na Bacia de Muglad³⁷⁶. Até à transacção ter sido realizada, a Chevron já tinha investido cerca de \$800 milhões em explorações petrolíferas. Apesar deste investimento, decidiu efectuar a venda, muito em parte pela descida dos preços do petróleo no mercado internacional, pelo início da primeira Guerra do Golfo, pela crescente situação de insegurança no Sudão e também pela pressão do Governo de Cartum. Desde Agosto até Setembro de 1992, a *Concorp International* adquiriu as concessões, as instalações e a maquinaria à *Chevron* por \$25 milhões. No mês seguinte, a *Concorp* vendeu a base de produção dos Blocos 1, 2 e 4 da Bacia de Melut a uma companhia canadiana, a *Arakis Energy Group* e à sua associada *State Petroleum*. Em Dezembro de 1996, a *Arakis Energy Group* que detinha a concessão dos Blocos 1, 2, e 4, vendeu 75% da sua participação ao consórcio GNPOC³⁷⁷.

Depois do 11 de Setembro de 2001, as relações entre Washington e Cartum tiveram uma certa melhoria. Com o início da guerra *Contra o Terror* iniciada pelo Presidente norte-americano George W. Bush, Omar Al-Bashir com algum receio de que os EUA desencadeassem uma intervenção no país, tomou a decisão de se tornar num aliado de Washington na guerra contra o terrorismo, embora os interesses económicos norte-americanos continuassem condicionados ao embargo decretado em 1997³⁷⁸. A única ligação actual com interesses norte-americanos presente na região localiza-se no Bloco B, no Sudão do Sul, que está licenciado à companhia petrolífera francesa Total num consórcio ainda existente com a companhia petrolífera norte-americana *Marathon Oil*, que foi forçada a sair do país deixando os seus 32,5%, como resultado das sanções impostas pelos EUA, problema este, que até Outubro de 2011 ainda não estava solucionado³⁷⁹.

³⁷⁵ MORAN, Theodore H. - *Ibidem*, pp. 11-13.

³⁷⁶ I. W. Moffat - *Canadian society of Petroleum Geologists*. [Consultado em 3 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.cspg.org/conventions/abstracts/2002abstracts/342S0308.pdf>

³⁷⁷ *Idem*, *Ibidem*.

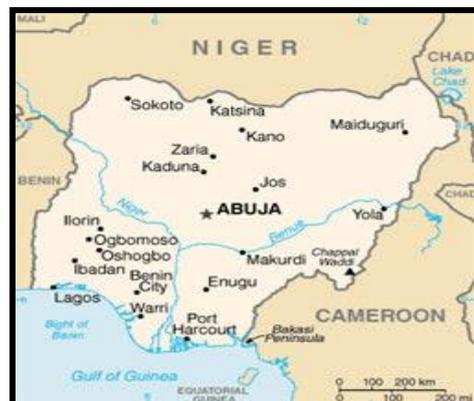
³⁷⁸ SCHNEIDER, Luíza Galiazzi - *As causas políticas do conflito no Sudão: determinantes estruturais e estratégicos*. [Consultado em 7 de Julho de 2012]. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16012/000685618.pdf?sequence=1> pp. 29.

³⁷⁹ Euroasia Review - *Sudan Energy Profile: Most Oil Produced In South, But Pipeline, Refining In North Analysis*. [Consultado em 24 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.eurasiareview.com/01102011-sudan-energy-profile-most-oil-produced-in-south-but-pipeline-refining-in-north-analysis/>

Pelo que foi exposto verifica-se que apesar de inicialmente a exploração de petróleo no Sudão ter sido realizada por uma companhia norte-americana, a *Chevron*, actualmente as companhias asiáticas como a *CNPC*, a *Sinopec*, a *India's Oil and Natural Gas Corporation (ONGC)* e a *Malaysia's Petronas* é que acabaram por adquirir e usufruir de uma presença significativa no mercado de exploração petrolífera sudanesa. Apesar da política externa norte-americana direccionada ao Sudão assentar na proclamação da criação de um ambiente de paz, da contenção de práticas islâmicas radicais, da procura da resolução do conflito na região de Darfur e do apaziguamento das diferenças étnicas-religiosas praticadas entre o norte e o sul do país, os padrões seguidos pelo Presidente Omar Al-Bashir não se coadunam com as intenções dos EUA. Os interesses petrolíferos que a companhia americana *Chevron* poderia vir a ter neste país, estão praticamente fora de questão. Em relação ao Sudão do Sul, a probabilidade de ser criada uma relação benéfica para ambos os países está mais perto de ser concretizada. A concretizar-se tal situação, o desconforto da China será natural uma vez que tem encontrado neste país um “vazio” de concorrência ocidental.

3. NIGÉRIA

A Nigéria tornou-se independente da Grã-Bretanha em 1 de Outubro de 1960. Posteriormente à sua independência foi criado um Estado Federado com três regiões autónomas a norte, a oeste e a leste sob uma constituição que previa uma forma de governo parlamentar. Segundo a constituição cada uma das três regiões autónomas mantinha uma medida substancial de auto governação. Em Outubro de 1963, a Nigéria promulgou uma nova Constituição, proclamando-se uma República Federal tendo sido criada uma quarta região autónoma, a centro-oeste. Em Janeiro de 1966, o governo foi derrubado por um novo governo militar federal. Porém o novo governo, ao assumir o poder foi incapaz de resolver as tensões étnicas existentes no país, ou mesmo de elaborar uma constituição que fosse favorável a todas as regiões autónomas. Uma das soluções criadas para atenuar os conflitos internos, passou por dar uma maior autonomia aos grupos étnicos minoritários,



dividindo as quatro regiões autónomas, em 12 Estados. Em maio de 1967, o Tenente-Coronel Emeka Ojukwu emergiu como o líder do crescente sentimento secessionista iniciado no ano anterior e declarou a independência da região oriental, designando-a por República de Biafra, o que despoletou uma Guerra-Civil, a qual só cessou com a derrota de Emeka Ojukwu em 1970. O processo de criação de estados adicionais continuou até 1996, chegando a um total de 36 Estados novos. Interessa, porém, para a presente investigação o estudo da evolução da indústria petrolífera do país e especialmente desde o ano de 1999, altura em que Obasanjo Olusegun foi eleito Presidente da Nigéria³⁸⁰.

A primeira exploração de petróleo em território nigeriano foi realizada em 1908, pela companhia alemã, a *Nigerian Bitumen Corporation*. Infelizmente este esforço pioneiro não durou muito tempo e a companhia encerrou a suas operações em 1914. Vinte e três anos passaram até que novas explorações fossem realizadas. Em 1937, um consórcio anglo-holandês, *Shell D'Arcy*, iniciou a exploração depois de lhe terem sido concedidos direitos de exploração e produção em todo o território nigeriano. E, mais uma vez, as actividades são interrompidas até ao ano de 1947, devido ao desencadear da Segunda Guerra-Mundial. Depois de muitos anos de pesquisa, o tão apreciado “ouro negro” foi descoberto em Oloibiri no delta do rio Níger em 1956. Dois anos depois, em 1958, a *Shell Petroleum Development Company of Nigeria* (SPDC), sucessora da anterior *Shell D'Arcy* iniciou a produção e exportação de petróleo em bruto no campo Oloibiri, na região de Bayelsa. Em 1959 os direitos de concessão de exploração exclusiva em todo o território nigeriano, dados anteriormente à *Shell D'Arcy* e transferidos para a SPDC, foram revistos em termos de exploração e produção exclusiva e estendidos, terminando a mencionada exclusividade, a outras companhias estrangeiras em consonância com o desenvolvimento da indústria da exploração e produção de petróleo, terminando deste modo o monopólio da SPDC. Charles Udosen, Abasi-Ifreke Etok e George, num artigo publicado no *Global Journal of Social Sciences*, referem que o sucesso da SPDC aliado à independência do país por parte da Grã-Bretanha e à

³⁸⁰ A Nigéria teve o seu primeiro golpe de Estado em 1966, seis anos após a sua independência. Após várias décadas de um clima de instabilidade, em 1999, Obasanjo Olusegun foi bem recebido, já que o país sofria de uma estagnação económica e de uma deterioração da maioria das suas instituições democráticas. A sociedade civil e a maioria dos nigerianos viram uma acentuada melhoria dos Direitos Humanos, e da prática democrática, durante os primeiros meses de Presidência de Obasanjo. Apesar desta aparente melhoria, nos anos seguintes à eleição continuaram a ocorrer conflitos étnico-religiosos entre as comunidades, muitos dos quais decorrentes da acusação sobre a injusta utilização das receitas de petróleo pelo Estado Nigeriano, aliado às disputas sobre a distribuição de terra, e de outros recursos. In U.S. Department of State - *Nigeria*. [Consultado em 29 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2836.htm>

abertura de concessões a companhias estrangeiras encorajou outras companhias a juntarem-se à exploração como a *ExxonMobil*, a *Gulf*, a *Agip*, a *Safrap* (actualmente *ELF*) e a *Texaco-Chevron* que se juntaram às actividades de exploração em *offshore* e *onshore* no país. Tendo sido em 1964, a companhia *Gulf* a descobrir o primeiro campo situado em *offshore*, na actual região de Bendel³⁸¹.

Com o mercado petrolífero em ascensão, a Nigéria adquiriu uma posição relevante no mercado petrolífero global, que possibilitou um crescimento económico rápido, tendo-se entusiasmado com o fluxo de divisas que entraram no país. Com este crescimento, em 1970, foi criado o Departamento de Recursos Petrolíferos (DPR) sucessor do Ministério das Minas e da Energia, e no ano seguinte o Governo nacionalizou a indústria petrolífera nigeriana. Entretanto a sociedade civil, não satisfeita com o uso que o Governo estaria a dar às receitas provenientes da venda do petróleo, promove uma série de protestos no país. A partir de 1975, o país torna-se num palco de diversos golpes militares, só acalmando, num curto espaço de tempo, com a eleição do Presidente Olusegun Obasanjo em 1999. Entretanto, em 1977, foi criada a Companhia Petrolífera Nacional da Nigéria, *Nigerian National Oil Company* (NNPC), tendo a seu cargo a responsabilidade sobre as actividades de prospecção, de produção, de refinação, de petroquímicos, de transporte de produtos e de marketing. Esta nacionalização permitiu que a Nigéria entrasse na OPEC como membro no mesmo ano³⁸². Todavia apesar da relevância no sector petrolífero africano e mundial, o país não acautelou a preparação dos seus funcionários para que pudessem estar à altura do domínio da tecnologia industrial importada. Como igualmente sucedeu em outros países que de repente alcançaram uma posição relevante no palco mundial da exportação de petróleo, a Nigéria continuou a depender da importação de equipamentos petrolíferos. Manuel Eanes Ferreira, num artigo publicado no *Jornal Expresso* de 10 de Março de 2012, menciona que, esta situação agravou-se ainda mais, com os dois choques petrolíferos da década em 1973 e 1979 e a descida do preço do barril de petróleo, incluindo a sua fraca capacidade interna de refinação³⁸³. Como membro da OPEC da mesma forma que Angola, a Nigéria também teve que reduzir a sua produção. Em 1973, a produção

³⁸¹ UDOSEN, Charles; S. ETOK, Abasi-Ifreke; GEORGE, I.N. - *Fifty Years of Oil Exploration in Nigeria: the Paradox of Plenty*. [Consultado em 29 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.globaljournalseries.com/index/index.php/gjss/article/view/122/pdf> pp. 38.

³⁸² Nigerian National Oil Company. [Consultado em 02 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.nnpcgroup.com/AboutNNPC/Corporateinfo.aspx>

³⁸³ FERREIRA, Manuel Eanes - «Angola procura equipamentos Industriais». In *Expresso*. 2012, pp. 31.

rondava os 2.056 mil b/d, para passados dez anos, em 1985, passar a ser de 1.5 mil b/d, uma redução na ordem dos 556 mil b/d. Nos anos seguintes, verificaram-se igualmente algumas oscilações na produção de petróleo devido às exigências impostas aos membros da OPEC.

De acordo com informação da Agência CIA, calcula-se que em 2009, a Nigéria tenha exportado 2.051 milhões de b/d, um valor superior ao registado em 1985, porém ao comparar com a produção de 1973, este aumento não é significativo, sendo sim, preocupante para o futuro da sua economia³⁸⁴. No ano seguinte, em 2010, a produção também não foi muito animadora; a estimativa da agência CIA é que a Nigéria tenha produzido, 2.458 milhões de b/d, tornando-se no 10º país exportador de petróleo mundial³⁸⁵. As estimativas da AIE³⁸⁶ para o mesmo ano, em termos de produção são praticamente idênticas, estando na ordem dos 2.460 milhões de barris, sendo que deste valor foram exportados 1.8 milhões de b/d de petróleo em crude. Em relação aos sete países que mais importaram petróleo nigeriano em 2011, os EUA continuam como sendo o principal país importador com 33% do total exportado, a Índia com 12%, o Brasil com 8%, a Holanda com 6%, a Espanha com 6%, a França com 5%, e o Canadá com 5%³⁸⁷.

Tal como em Angola, o papel do sector petrolífero na economia do país é determinante para a suas receitas. Segundo estimativas do Banco Mundial, a estrutura do Estado absorve aproximadamente 80% das receitas do petróleo e as principais *commodities* de exportação são o petróleo em crude e os seus derivados que juntos combinam 95% do total exportado³⁸⁸.

³⁸⁴ Central Intelligence Agency - *Nigéria*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>

³⁸⁵ *Idem, Ibidem*.

³⁸⁶ U.S. Energy Information Administration - *Nigeria*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=NI>

³⁸⁷ Existem outros países importadores de petróleo nigeriano, que não foram incluídos porque achamos que não eram relevantes para a presente investigação. Para mais informação pf consultar Anexo nº 5 pp. 155.

³⁸⁸ Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. [Consultado em 7 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=30>

3.1. A Indústria Petrolífera da Nigéria

As principais companhias com actividades de produção e exploração no sector petrolífero nigeriano são a *ExxonMobil*, a *Chevron-Texaco*, a *Total*, a *Eni-Agip*, a *Addax Petroleum*, (comprada recentemente pela *Sinopec*), a *ConocoPhillips*, a *Petrobras*, a *British Petroleum*, a *CNPC*, a *Shell* e a *StatoilHydro*³⁸⁹. A NNPC é responsável pela maior parte da produção petrolífera e pelas concessões que gere com as companhias internacionais, seja na forma de contractos de partilha de produção ou de acordos de operações conjuntas. Além das companhias internacionais presentes na Nigéria, existem conjuntamente pequenas e médias empresas petrolíferas privadas independentes que em alguns casos, mantêm actividades de exploração em parceria com as grandes IOCs.

A maior parte das reservas da Nigéria estão localizadas ao longo do delta do rio Níger³⁹⁰, no Sudoeste Nigeriano, no *offshore* Bight de Benin, no Golfo da Guiné e no *Bight de Bonny*³⁹¹. A variedade do petróleo nigeriano designado por *Bonny Light* de referência mundial contém características que se adequam às crescentes exigências da refinação das petroquímicas chinesas e americanas, pela sua qualidade e composição. De acordo com informação da agência CIA, em 1 de Janeiro de 2011, a estimativa de reservas comprovadas de petróleo em crude na Nigéria, estavam na ordem dos 37.2 mil milhões de barris, o mesmo valor que o considerado nas estimativas da AIE³⁹². As actuais actividades de exploração estão na sua maioria focadas no *offshore* nigeriano, em águas profundas e águas ultra profundas, com alguma actividade na Bacia de Chad, localizada no nordeste do país. Apesar de ser uma economia com um elevado potencial em relação à indústria petrolífera, o país continua a defrontar um elevado número de problemas internos, que condicionam o desenvolvimento interno, como criam um ambiente instável, inseguro e incerto para os investidores estrangeiros. Kenneth Omeje menciona que a região do delta do rio Níger, rica em petróleo, tem sofrido durante décadas de uma marginalização política e económica, resultado do abandono pelos sucessivos governos da Nigéria. Cerca de 70% da população das comunidades que

³⁸⁹ U.S. Energy Information Administration - *Nigeria. Ibidem.*

³⁹⁰ O delta do rio Níger é composto por nove Estados, e esta região é predominantemente habitada por diferentes grupos étnicos.

³⁹¹ LEAL, Catarina Mendes - *As relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_3.pdf pp.31.

³⁹² U.S. Energy Information Administration - *Nigeria. Ibidem.*

residem nesta região, não tem acesso a serviços básicos, como água limpa, electricidade, estradas transitáveis e instalações médicas suficientes³⁹³.

Em 2000, foi criada a Comissão *Niger Delta Development Commission* (NDDC), com o objectivo de facilitar o desenvolvimento sustentável e catalisar o desenvolvimento económico e social na região, mas a sua capacidade de acção tem sido ineficaz³⁹⁴. Desde Dezembro de 2005, que as companhias petrolíferas estrangeiras têm sofrido actos de vandalismo, ocupação indevida das suas instalações e raptos dos seus trabalhadores. O grupo *Movement for the Emancipation of the Niger Delta* (MEND), tem forte preponderância nestas reivindicações, inclusive é tido como um dos grupos que tem provocado os actos de vandalismo e ocupação das infra-estruturas petrolíferas. Os conflitos em volta do petróleo na Nigéria estão relacionados com a sua extracção, com o seu transporte, com as actividades de distribuição, mas também, com a injusta utilização das receitas financeiras e das oportunidades derivadas da venda de petróleo. A extracção deste recurso tem provocado uma subsistência insustentável das populações que vivem na região, o que levou ao surgimento de movimentos sociais e à criação de grupos étnico-nacionalistas organizados em torno das exigências de autodeterminação e controlo dos recursos, como o MEND. Desde 2006, a violência e a destruição de infraestruturas petrolíferas e os sequestros de trabalhadores estrangeiros, principalmente na zona do delta do rio Níger intensificaram-se, com os militantes a exigirem uma maior percentagem da receita da produção petrolífera do Estado para a região integrante, como também benefícios para o desenvolvimento das comunidades³⁹⁵. Catarina Leal, num artigo publicado no Instituto de Defesa Nacional (IDN), menciona que em 2007, as companhias *Shell*, a *Chevron* e a *AGIP* se viram obrigadas a fechar a maior parte da produção em *offshore* e *onshore*, face ao aumento do número de ataques³⁹⁶ e as refinarias de Warri e Kaduna tiveram que encerrar³⁹⁷. Refere o autor Kenneth Omeje que os graves problemas ocorridos em *onshore*, têm conduzido as companhias estrangeiras a focar os seus interesses na prospecção no *offshore* em águas profundas

³⁹³ OMEJE, Kenneth - *High Stakes and Stakeholders oil Conflict and Security in Nigeria*. Hampshire: Ashgate Publishing company, 2006, pp. 18.

³⁹⁴ Niger Delta Development Commission. [Consultado em 06 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.nddc.gov.ng/>

³⁹⁵ U.S. Department of State - *Nigeria*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2836.htm>

³⁹⁶ LEAL, Catarina Mendes - *Ibidem*, pp. 57-59.

³⁹⁷ A refinara de Warri , Warri Refining & Petrochemical Company Limited (WRPC) foi encerrada, igual que a refinaria de Kaduna, Kaduna Refining & Petrochemical Company Limited (KRPC), ficando somente uma refinaria a funcionar em Port Harcourt, a Port Harcourt Refining Company (PHRC).

onde se sentem mais seguras, porque nas actividades em *onshore*, são acusadas de provocar degradação ambiental, e de contribuir para que parte das florestas e terras aráveis tenha sido cortada para permitir a colocação de oleodutos para o transporte do petróleo, o que provocou grandes dificuldades à subsistência das comunidades³⁹⁸. A segurança dos trabalhadores tornou-se uma preocupação para as companhias petrolíferas, conjugado com os elevados prejuízos devido às perdas pelo roubo de petróleo, conhecido como *bunkering*³⁹⁹. Companhias estrangeiras como a *ExxonMobil* e a *Chevron* viram-se compelidas a dispor das suas próprias forças de segurança, com vista à salvaguarda dos seus investimentos e dos seus trabalhadores, e entre 2001 e 2003, viram-se obrigadas a suspender as suas actividades de extracção de petróleo. Para além disso as quatro refinarias do país, a Port Harcourt I e II, a Warri e a Kaduna com uma capacidade combinada de produção de 450 mil b/d, viram-se sujeitas entre 2009 e uma parte de 2010, a operarem aos seus níveis mais baixos de sempre, ou seja, entre 0% e os 30% da sua capacidade de refinação. No início de 2011 assistiu-se a uma melhoria considerável a sua capacidade operacional aumentou para valores entre 60% a 75%. No entanto, resultante nomeadamente de uma pobre manutenção e dos continuados problemas de *bunkering* e dos actos de vandalismo, nenhuma destas refinarias consegue presentemente operar completamente⁴⁰⁰.

3.2. China: “Oil for infrastructure projects”

Ao contrário do que aconteceu com a maioria dos países africanos nas décadas de 1960 e 70 em que as relações económicas, diplomáticas e políticas com a China foram tendo uma melhoria muito significativa, em parte através do Movimento dos Não-alinhados, a relação da República Popular da China com a Nigéria foi pouco desenvolvida. Pat Utomi, investigador do CSIS, indica que, esta situação se alterou em finais de 1970 e inícios de 1980, com as reformas propostas por Deng Xiaoping e a abertura a uma economia de mercado. A China passou a ser vista como um forte

³⁹⁸ OMEJE, Kenneth - *Ibidem*, pp. 18.

³⁹⁹ Menciona Catarina Mendes Leal que «o *Bunkering* é realizado por cidadãos que furam os oleodutos para desviar o petróleo, colocando-o posteriormente em camiões cisternas. Distribuem os lucros dos roubos a indivíduos influentes, incluindo políticos locais, chefes de comunidades, grupos militantes, *gangs* de jovens, *staff* de companhias petrolíferas e oficiais militares seniores.» In LEAL, Catarina Mendes - *Ibidem*, pp. 57- 59.

⁴⁰⁰ U.S. Energy Information Administration - *Nigeria. Ibidem*.

parceiro comercial e até, como um modelo alternativo para as relações comerciais, que até aí estavam focadas no mercado ocidental muito em parte pelos fortes vínculos coloniais⁴⁰¹.

A 10 de Fevereiro de 1971 as relações diplomáticas entre a China e a Nigéria foram encetadas. Porém, para se entender melhor esta relação bilateral, vejamos em pormenor o evoluir das relações, desde que Olusegun Obasanjo foi eleito Presidente da Nigéria em 1999, já que foi a partir deste momento, que a China alcançou uma posição bastante favorecida no palco das relações económicas nigerianas, que poderia ter proporcionado elevados ganhos em termos económicos, para ambas as partes.

Pela ocasião da realização em 2000, da primeira Conferência Ministerial do fórum “*China-Africa Co-operation*” em Pequim, o Presidente nigeriano não compareceu, mas o seu lugar foi preenchido pela presença de altos representantes nigerianos. As visitas diplomáticas e de alto nível a partir da criação do fórum evoluíram significativamente em ambas direcções, entre as mais relevantes, estão as do Presidente Obasanjo em 2001, 2005 e 2007 e a do Presidente Yar’Adua em Março de 2008 à China, e as visitas de Jiang Zemin Presidente da China, em 2002, em 2004 e 2006 à Nigéria⁴⁰². Em 2001, os dois países decidiram criar uma Agência Comercial Nigeriana na China, e na Nigéria, um Centro com vista à Promoção, Desenvolvimento e Investimento Chinês. As relações económicas continuaram a prosperar durante o segundo mandato de Obasanjo (2003-2007) e a China conseguiu obter os contratos principais para a construção da infra-estrutura para os jogos africanos que tiveram lugar na Nigéria, em 2003⁴⁰³.

Menciona Gregory Mthemby-Salter que em 2006, foi criado o Fórum de Investimentos Nigéria-China, no qual Obasanjo privilegiando a sua posição de Presidente do país, e também de Ministro da Área Petrolífera desde que assumiu o cargo em 1999, ambicionou conceder os maiores Blocos de exploração petrolífera a empresas chinesas, em alternativa às empresas petrolíferas ocidentais presentes no mercado petrolífero nigeriano⁴⁰⁴. No entanto, esta medida, sendo ele próprio Ministro do Petróleo

⁴⁰¹ UTOMI, Pat - *China and Nigeria* [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: http://csis.org/files/media/csis/pubs/080603_utomi_nigeriachina.pdf pp. 39-47.

⁴⁰² FOCAC. [Consultado em 23 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/focac/183429.htm>

⁴⁰³ VINES, Alex; WONG; Lillian, WEIMER; Markus; CAMPOS, Indira - *Ibidem*, pp. 23-24.

⁴⁰⁴ MTHEMBY-SALTER, Gregory - *Elephants, Ants and Superpowers: Nigeria's Relations with China*. [Consultado em 30 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.voltairenet.org/IMG/pdf/Nigeria_s_Relations_with_China.pdf pp.11-12.

foi considerada um pouco imprudente. A vontade de conceber os maiores Blocos petrolíferos para exploração a companhias chinesas nas palavras de Obasanjo, tinham como finalidade aumentar a capacidade de produção diária e as reservas nacionais nigerianas, até ao ano de 2010. O plano consistia em trocar concessões de Blocos petrolíferos por investimento chinês em grandes projectos de infra-estruturas, os quais favoreceriam particularmente a Nigéria, projectos estes conhecidos por *Oil for infrastructure projects*. Resumindo as companhias petrolíferas chinesas recebiam o Direito de Preferência (RFR) e em contrapartida teriam de investir em projectos de construção de infra-estruturas. Catarina Mendes Leal, refere que «em 2005 São Tomé e Príncipe e a Nigéria estabeleceram um projecto designado por *Joint Development Zone* (ZDJ) para a exploração de uma reserva de petróleo situada na fronteira marítima entre os dois países, tendo sido acordada a constituição de uma zona conjunta de exploração e a formação de uma comissão para esse efeito»⁴⁰⁵. Nesta JDJ, a Sinopec está presente no Bloco 2, juntamente com a ERHC e a ADDAX, em que juntas detém 65% desta exploração, num consórcio com a *Equator Exploration/ONG Videsch* com 15%, a A. & Hartman com 10%, a *Foby Engineering* com 5%, e por último a *Amber Petroleum* com 5%⁴⁰⁶.

Ainda durante o segundo mandato de Obasanjo, a 8 de Janeiro de 2006, a CNOOC assinou um acordo para exercer actividades de exploração no campo petrolífero de Akpo, juntamente com a companhia de propriedade privada a *Nigerian Company South Atlantic Petroleum* (Sapetro). No momento da assinatura do acordo, o Presidente e Chefe executivo da CNOOC referiu que «esta transição está perfeitamente alinhada com a estratégia a longo prazo da CNOOC, através da exploração e desenvolvimento de campos em *offshore* e na diversificação geográfica do portefólio da companhia»⁴⁰⁷. A partir deste momento inaugurou-se um encadeamento de transferências de fundos da China para a Nigéria em torno do desenvolvimento petrolífero.

Em Abril de 2006, após a visita à Nigéria do Presidente Chinês Hu Jintao, foram assinados 4 acordos e 3 memorandos de entendimento com o objectivo de reforçar os seus laços económicos. O mais significativo foi o acordo assinado entre os dois governos, no qual a Nigéria concordava em vender à China 50 mil b/d de crude,

⁴⁰⁵ LEAL, Catarina Mendes - *Ibidem*, pp. 32.

⁴⁰⁶ *Idem*, *Ibidem*, pp. 32.

⁴⁰⁷ MORAN, Theodore H. - *Ibidem*, pp. 17-18.

enquanto a China aceitava fazer parte da exploração de pelo menos quatro Blocos petrolíferos no país e também participar na remodelação de uma refinaria, a *Kaduna Refining & Petrochemical Company*, (KRPC)⁴⁰⁸. No seguimento dos acordos assinados, a CNOOC investiu \$4 mil milhões para a construção das quatro refinarias pertencentes à NNPC, e em Outubro desse mesmo ano a companhia chinesa de engenharia e construção, a *China Civil Engineering Construction Corporation*, assinou um contrato de \$8 mil milhões, para a construção de 1.315 Km de linha ferroviária, que ligaria as cidades de Lagos e Kano às cidades petrolíferas de Jos e Port Harcourt. Menciona Jonh Campbell que a aquisição de uma participação no *Banco Standard Chartered*, um dos bancos líderes em África, bem como uma participação no *IBTC-Chartered Bank* na Nigéria por um dos maiores bancos da China, elevou significativamente o perfil de investimento da China⁴⁰⁹.

Contudo, Obasanjo foi amplamente criticado sobre os contornos que a relação com a China estava a assumir; as companhias petrolíferas internacionais argumentavam que a concorrência não estava a ser leal. O plano do Presidente poderia ter dado certo, mas a verdade é que não sucedeu como desejado e Obasanjo deixou de exercer as suas funções de Chefe de Estado em Maio de 2007, depois de dois mandatos. Em 2006, perto do fim do segundo mandato ainda tentou alterar a Constituição Nacional, no intuito de lhe permitir usufruir de um terceiro mandato. Crê-se que o Presidente acreditava que através da relação privilegiada que mantinha com a China, através da estratégia *oil for infrastructure projects* seria possível originar fundos, que talvez lhe permitissem candidatar-se a um terceiro mandato. Apesar dos seus esforços em 2007, Obasanjo foi substituído por um novo Presidente, Umaru Yar'Adua. Este novo Governo cancelou e suspendeu em parte esta estratégia, ou seja, muitas das decisões do anterior governo foram excluídas ou revogadas. No ponto de vista do actual Presidente, estes acordos favoreciam fortemente o ex-Presidente e os seus aliados políticos, não sendo de algum modo do interesse do nacional⁴¹⁰.

O novo Presidente Yer'Adua, comprometeu-se no entanto a atingir os objectivos anteriores de Obasanjo, que consistiam em aumentar a capacidade de produção diária e as reservas nacionais nigerianas, até ao ano 2010. Contudo, o sector petrolífero na altura

⁴⁰⁸ African Economic Outlook - *Nigeria*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/west-africa/nigeria/>

⁴⁰⁹ CAMPBELL, John - *Who's in charge, China or Nigeria?* [Consultado em 17 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.cfr.org/china/s-charge-china-nigeria/p22383>

⁴¹⁰ *Idem, Ibidem.*

encontrava-se estagnado, problemas existentes em relação à falta de transparência nas contas do Estado e ao sistema corrupto que vigorava no antigo Governo, prejudicava o seu crescimento. Com a sua eleição, foi efectuada uma revisão do Código do Petróleo da Nigéria, já que a sua composição não se coadunava com o interesse nacional de um Estado de Direito. Ficou definido um novo regime jurídico e fiscal das actividades de prospecção, de investigação, de exploração, de refinação, de transporte e de comercialização de hidrocarbonetos no território nacional⁴¹¹. Apesar das acusações ao anterior Governo de Obasanjo pela política de petróleo em troca de projectos de infra-estrutura, o primeiro contrato de partilha de produção (CPP) de actividades de prospecção e de exploração assinado de acordo com o novo código, foi celebrado a 3 de Junho de 2008 com uma companhia Chinesa, a *China National Oil and Gas Development and Exploration Corporation* (CNODC), filial da companhia chinesa CNPC, depois da visita do Presidente Yar'Adua a Pequim em Março de 2008. Este contrato destinava-se à região de Agadem, cujas reservas na altura se estimavam conter 324 milhões de barris. Para os contratos de partilha de produção foi criada uma *joint-venture* em que a Nigéria ficou com 40% e a CNODC com 60%⁴¹².

Actualmente, as relações entre a China e a Nigéria tem vindo a ampliar-se e abrangem um amplo espectro de áreas, incluindo a económica, a política, a cooperação técnica, a tecnológica e científica, a cultura, a educação, a saúde e a militar. De acordo com os dados fornecidos pelo *African Economic Outlook*, o valor do comércio bilateral entre estes dois países corresponde a mais de 14% do total de comércio entre a China e o continente africano⁴¹³. A China também apoia a Nigéria através da atribuição de subsídios concessionais no apoio ao desenvolvimento de infra-estruturas, formação de funcionários nigerianos e pessoal médico na prevenção e controlo da malária, fornecendo medicamentos anti-malária em apoio ao programa nigeriano *Nigeria's Roll Back Malaria Programme*. Como parte dos esforços na ajuda à diversificação da economia nigeriana, a China igualmente aumentou o volume das importações de produtos agrícolas provenientes da Nigéria para o mercado chinês. Em 2009, durante a quinta sessão da *Nigeria-China Joint Commission for Economic and Technical*

⁴¹¹ O Estado conserva a propriedade exclusiva de todos os recursos de hidrocarbonetos do país. O Código prevê licenças de prospecção válidas por um ano de pesquisa; de investigação cujos prazos de validade acumulados não excedam os oito anos e de exploração, concedidas por um período não inferior a 25 anos, nem superior a 35 anos.

⁴¹² Concelho de Ministros da Nigéria em Junho de 2008. *Ibidem*, pp. 102-104.

⁴¹³ African Economic Outlook - Nigéria. *Ibidem*.

Cooperation, foi elaborado um plano sobre a cooperação futura entre os dois países. Este plano além de enfatizar as empresas chinesas a investir mais no país, a participar no desenvolvimento no sector do gás e a aumentar a importação de petróleo em bruto da Nigéria, foi igualmente referido a possível criação de Zonas Livres de Comércio⁴¹⁴ na zona de Lekki e de Ogun/Guangdong⁴¹⁵.

No final de 2010, a China tinha criado mais de trinta *joint-ventures* na Nigéria, em parte para a construção de infra-estruturas. Os mais notáveis projectos executados pela China em território nigeriano foram, o Abuja All-Africa Games Village em 2003, construído ainda durante o mandato do presidente Osabanjo e a reabilitação do sistema de caminho-de-ferro. Em Maio de 2010, a Nigéria e a China, assinaram um acordo preliminar para a construção de três refinarias no valor de \$23 mil milhões, beneficiando ambas as partes intervenientes. No caso da Nigéria, o país diminui a dependência nas importações de produtos refinados, como a gasolina e o gasóleo⁴¹⁶. No caso da China é uma maneira de obter acesso directo ao petróleo nigeriano. De acordo com a EIA em 2011, a Nigéria exportou aproximadamente 2.2 /2.3 milhões de b/d, tendo sido o principal mercado importador de petróleo os EUA com 33%, correspondente a 767 mil b/d, sendo que a China nem surge nos cinco primeiros principais países importadores de petróleo da Nigéria.

Apesar da relação entre Pequim e Abuja no campo diplomático, político e comercial, ter vindo a aumentar desde que estabeleceram relações diplomáticas em 1971, não tem sido fácil para a China criar um lugar relevante no sector petrolífero nigeriano devido em grande parte à presença das companhias petrolíferas estrangeiras no país⁴¹⁷. As exportações petrolíferas para a China não são relevantes ao compararmos com outros países exportadores de petróleo da África Subsariana, como Angola e o Sudão. A percepção que deixa esta relação entre Abuja e Pequim é a de que a influência de actores ocidentais, principalmente norte-americanos no palco petrolífero nigeriano e da influência política dos EUA que continua a existir relativamente às autoridades nigerianas, está bastante consolidada. Por outro lado, e como referem os autores Alex Vines e Weimer Markus, e Indira Campos «apesar de a Nigéria começar a ser um

⁴¹⁴ China Zhejiang Investment & Trade Investment - *Nigeria Ogun Guangdong Free Trade Zone*. [Consultado em 1 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.zjits.com/index.php/en/jwtz_c_detail/74.html

⁴¹⁵ African Economic Outlook - *Nigeria. Ibidem*.

⁴¹⁶ The Wall Street Journal - *Nigeria, China Sign Major Oil Deal*. [Consultado em 9 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703460404575243892823004542.html>

⁴¹⁷ ELLIOTT Colin - *Ibidem*, pp. 14.

parceiro estratégico, os acordos para a construção de infra-estruturas não têm funcionado tão bem como em Angola, se em Angola se discute a qualidade das infra-estruturas, na Nigéria grande parte delas não chegou sequer a ser concluída»⁴¹⁸.

3.3. EUA: A procura pela criação de um ambiente de Segurança

A actual relação dos Estados Unidos com a Nigéria baseia-se essencialmente na consolidação das relações económicas, que tem por base a importação de petróleo e o apoio político e militar ao Governo de Abuja. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas no mesmo ano em que a Nigéria se tornou independente a 1 de Outubro de 1960. Desde a eleição do Presidente Osabanjo em 1999, a relação bilateral alcançou uma certa melhoria, principalmente em temas relativos à manutenção da paz no país, porém em termos económicos, principalmente na vertente dos recursos naturais, da extracção e da produção de petróleo foi com a eleição de Umaru Yar'Adua em 2007, que a relação alcançou uma importância significativa.

Desde a eleição do Presidente norte-americano Barack Obama em 2008, a secretária de Estado, Hillary Clinton já visitou a Nigéria por duas ocasiões, a 12 de Agosto de 2009 e a 6 de Abril de 2010. Durante a última visita a Secretária de Estado norte-americana, e o Secretário do Governo Federal da Nigéria, Yayale Ahmed, formalizaram um compromisso no qual seriam abordadas conjuntamente quatro áreas principais: Boa Governação; transparência e integridade; energia e investimento; segurança regional no delta do rio Níger, e agricultura e segurança alimentar. No ano seguinte, a 8 de Junho de 2011, o Presidente sucessor de Umaru Yar'Adua, Jonathan Goodluck, efectuou uma visita oficial ao Presidente norte-americano.

No que concerne ao palco petrolífero nigeriano, uma das companhias petrolíferas americanas a operar no *offshore* nigeriano é a *Chevron-Texaco* que tem uma capacidade de produção que ronda entre 600 mil e os 700 mil b/d. Em 2011, iniciou actividades de perfuração nas águas profundas do campo de Agbami e, de acordo com informação disponibilizada no seu *website*, possui também, um outro projecto que está em vias de ser concretizado, com previsão para ser iniciado em 2015, no campo de

⁴¹⁸ VINES, Alex; WEIMER, Markus - *Maior Parceiro Comercial em África*. [Consultado em 1 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=19686&id=2000&mid=372>

Nsiko⁴¹⁹. A *ExxonMobil* outra companhia norte-americana que também opera no *offshore* nigeriano, tem uma capacidade de produção de aproximadamente 700 mil b/d, numa parceria com a petrolífera nacional nigeriana, a NNPC. Embora a maior parte da produção seja realizada em *offshore*, foi forçada a parar a totalidade da sua produção durante 10 dias entre o mês de Abril e Maio de 2008⁴²⁰, em resultado das greves dos trabalhadores organizadas pela *Petroleum and Natural Gas Senior Staff Association of Nigeria* (PENGASSAN)⁴²¹. A *ExxonMobil* está presente na ZDJ, nomeadamente, no Bloco 1 com uma participação de 40%, num consórcio com a *Chevron Texaco* com 51%, e a *Dangote/EER* com 9%⁴²². Tem também previsto iniciar actividades de exploração por três períodos distintos, em 2013, no campo Ehra North fase 2, em 2015 no campo Bosi, e em 2016 no campo Uge⁴²³.

De acordo com informação do Census Bureau dos Estados Unidos da América, os EUA em 1970, importaram 17 milhões de barris de petróleo, e passados quarenta anos, em 2010, já importavam 360 milhões⁴²⁴. Nesse mesmo ano, segundo dados da EIA, os EUA importaram 43% do petróleo nigeriano, incluindo produtos petrolíferos que corresponderam a mais de 1 milhão de b/d⁴²⁵, sendo que em 2011, houve um decréscimo de 10%, e os EUA somente importaram 33% do petróleo nigeriano.

A diversidade e a complexidade do continente africano oferecem aos EUA oportunidades, mas igualmente desafios. Países como a Nigéria e o Quênia são referidos da NSS dos EUA de 2010, como estados-chave em que é necessário reforçar a sua estabilidade⁴²⁶. O comando AFRICOM tem estado envolvido nas operações militares que tem como alvo recolher informação sobre os diferentes grupos terroristas existentes no país que tem como alvo interesses norte-americanos, executando vários ataques bombistas às instalações petrolíferas, o que justifica que o General Carter Ham, comandante do comando AFRICOM, tenha declarado que as ligações entre dois grupos

⁴¹⁹ CHEVRON. [Consultado em 01 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.chevron.com/deliverinenergy/oil/>

⁴²⁰ U.S. Energy Information Administration - *Nigeria*. *Ibidem*.

⁴²¹ PENGASSAN. [Consultado em 24 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.pengassan.org/?p=51>

⁴²² LEAL, Catarina Mendes - *Ibidem*, pp. 32.

⁴²³ U.S. Energy Information Administration - *Nigeria*. *Ibidem*.

⁴²⁴ United States Census - *The 2012 Statistical Abstract*. [Consultado em 4 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.census.gov/compendia/statab/cats/energy_utilities/crude_oil_petroleum.html

⁴²⁵ U.S. Energy Information Administration - *Nigeria*. *Ibidem*.

⁴²⁶ «We will also reinforce sustainable stability in key states like Nigeria and Kenya that are essential sub regional linchpins» In The White House - *National Security Strategy 2010*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf p. 45.

terroristas, o *Boko Haram* e a *Al-Qaeda Magreb Islâmico* (AQMI), são preocupantes para a estabilidade da Nigéria. Referiu também que «apesar dos Estado Unidos terem em carteira programas para responder à crescente actividade de grupos terroristas em território africano, não existem planos para a construção de bases permanentes no continente»⁴²⁷. De facto presentemente os Estados Unidos encontram grandes adversidades no palco nigeriano, a nível da instabilidade política, militar e social, que em muito dificultam não só o crescimento do próprio país, mas também, a maior fonte de rendimento do Governo de Goodluck Jonathan, as exportações de petróleo. De facto as mesmas perfazem aproximadamente 80% das receitas do Estado, e a combinação da exportação do petróleo em crude e os seus derivados integram 95% do total exportado. Desde que se iniciaram os actos de vandalismo nas instalações petrolíferas, o *bunkering* e a insegurança sentida pelos trabalhadores, o resultado tem sido uma descida significativa na produção de petróleo. Para os Estados Unidos esta situação é amplamente prejudicial, sendo a Nigéria o 4.º país a nível mundial que mais exporta para o país. Esta instabilidade provoca um grande desconforto para Washington em termos de fornecimento de petróleo associado aos riscos políticos e humanos, que enfrentam as suas companhias petrolíferas, uma situação que merece um acompanhamento actual e constante, por parte de Washington.

⁴²⁷ «EUA ao encontro de Boko Haram». In *África 21*. Número 66, 2012, pp. 66-67.

CONCLUSÃO

O mercado energético internacional é um tema sempre actual e, cada vez mais, adquire uma enorme relevância na área das relações internacionais, nas relações entre países e na estratégia de aprovisionamento energético dos maiores consumidores mundiais da actualidade, os EUA e a China. De acordo com a *U.S. Energy Information Administration* em 2011, estes dois países importaram, respectivamente, 6.7 milhões e 5.5 milhões barris de petróleo por dia, posicionando-se entre os maiores importadores de petróleo em bruto a nível mundial. Aceder a fontes energéticas de uma forma segura e constante, particularmente no que respeita ao petróleo, é decisivo para o crescimento das suas economias. A competição entre Estados, pelo acesso e controlo deste recurso é por isso, cada vez mais activa, constituindo um ingrediente chave do poder e consequentemente do interesse nacional. Conseguir preponderância e influência no mercado da exploração e de exportação de hidrocarbonetos faz parte de uma das condições capitais para o poder económico e político dos grandes consumidores. O aumento da procura de petróleo, cada vez mais sentido nas economias emergentes, aponta para que a discrepância entre a procura e a oferta mundial de petróleo perdure. Segundo a *BP Energy Outlook* para 2030, as projecções colocam a China e a Índia no topo dos maiores consumidores, contribuindo para um aumento de 94% da procura global de petróleo em crude. Para os realistas de segurança energética, esta competição poderá vir a originar um conflito pelos recursos energéticos dos países subsarianos, particularmente em Angola, no Sudão do Sul e na Nigéria, assumindo que os EUA e a China estão predispostos a prosseguir uma luta internacional contínua pela influência e pelo controlo dos espaços geográficos e geopolíticos energéticos.

Desde o início do processo de descolonização do continente africano, no término da segunda Guerra-Mundial, a relação dos EUA e da China nesta região era essencialmente influenciada por interesses de cariz político-ideológico, um confronto entre a defesa dos ideais democráticos ocidentais e o comunismo defendido pela China. Em 1976, com a morte de Mao Tse-Tung, e a entrada de Deng Xiaoping como vice-primeiro Ministro e Vice-presidente do Partido Comunista da China em 1977, o país assistiu a uma transformação do sistema económico interno, com uma série de reformas no campo da agricultura, da indústria, da ciência, da tecnologia e da defesa. Neste sentido, com o fim da Guerra-Fria em 1991, e o término da competição estratégica e

ideológica entre os EUA e a Rússia, da qual África fazia também parte, a China passou a dar mais importância à vertente estratégico-económica que o continente africano poderia proporcionar, de acordo com o seu plano de desenvolvimento interno e do incentivo para a criação de uma economia de mercado. O modelo de desenvolvimento económico chinês, baseado na inovação tecnológica e industrial, assente num consumo intensivo de energia, aliado ao aumento do número de veículos dependentes de combustíveis refinados, tem conduzido Pequim a realizar uma série de acções orientadas para assegurar o fornecimento a médio e longo prazo de matérias-primas que sustentem a procura energética interna, tendo descoberto em África uma fonte vital para suprir as suas necessidades. A adesão à Organização Mundial do Comércio, em 2001, foi o culminar para a China como um dos grandes motores da globalização, tornando o país numa economia de mercado mais eficaz, o que resultou num maior crescimento económico.

No que concerne aos EUA, encontramos quatro princípios promotores que conduziram a um aumento da procura interna, e a uma constante dependência externa por importações petrolíferas: os choques petrolíferos de 1973 e de 1979, e o súbito aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional; a inovação e a expansão científica, tecnológica e militar; a industrialização; e o declínio da produtividade em alguns campos petrolíferos do país. Com a crescente insegurança sentida depois dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, em certas áreas tradicionalmente exportadoras de petróleo para os EUA, que não aparentam promover uma estabilidade que assegure a exportação de petróleo nas mesmas quantidades até aí fornecidas, conduziram os EUA a uma procura diversificada de fornecedores, e sobretudo mais próximos geograficamente.

É neste contexto que a África Subsariana se apresenta como um importante gerador de recursos naturais energéticos, nomeadamente devido às suas reservas, à composição e à qualidade do seu petróleo, que se adequa às especificidades das refinarias situadas tanto em território norte-americano como chinês, e à existência de um mercado onde ainda é possível investir, devido ao seu enorme potencial em reservas petrolíferas, gás natural e minérios. Em 2011, de acordo com a informação da AIE, países como Angola, o Sudão (Norte e Sul) e a Nigéria contabilizavam 51,7% das reservas confirmadas de petróleo em África. A Nigéria encontrava-se num segundo

lugar, com 37,2%, Angola numa quarta posição com 9,5%, seguida pelo Sudão (Norte e Sul) com 5%.

Apesar da presente e possível futura competição sino-americana pelo acesso a fontes de energia defendida pelos realistas da segurança energética, no que concerne à defesa dos seus interesses energéticos, Washington e a Pequim têm os mesmos objectivos, sendo que ambos procuram: *i*) a estabilidade e a segurança no fornecimento de petróleo; *ii*); a necessidade de poder confiar nos países exportadores de petróleo no que concerne à existência de uma produção suficiente para atender à sua demanda, com direito a importar esta matéria-prima sem interferências; *iii*) o acesso à área de exploração e produção num ambiente operacional seguro, permitindo que as suas companhias petrolíferas possam operar de acordo com os seus interesses económicos, no sentido de efectivar os seus objectivos e, em alguns casos, de acordo com a estratégia de aprovisionamento energético dos seus Governos; *iv*) e o interesse comum em promover o desenvolvimento económico dos países onde operam, o qual cria uma oportunidade para a transferência de bens e serviços. Contudo, a diferença entre as medidas aplicadas pelos dois grandes consumidores, para atingir a preponderância no mercado energético africano e subsariano, é substancial.

A China, através de uma diplomacia que assenta na não interferência nos assuntos internos dos Estados, e na aplicação de instrumentos económicos e financeiros, procura desenvolver e aumentar as relações comerciais com os países africanos. A diplomacia tem sido realizada em duas vertentes: a multilateral e a bilateral. A vertente multilateral é efectuada através de organizações regionais, como a União Africana, com programas de ajuda financeira, para projectos de saúde pública e humanitária; de apoio às organizações sub-regionais no intuito de promover a integração económica; e através da criação de programas associados ao IDE em áreas como a indústria, os serviços, a agricultura e a mineração. A criação por Pequim em 2000, do *Fórum on China-África Cooperation* (FOCAC), reflecte precisamente a vontade em expandir os laços económicos e comerciais com África. No que respeita à vertente diplomática bilateral esta é materializada através de visitas ao mais alto nível, em que a RPC procura estreitar as relações diplomáticas e económicas com os Governos e a elite política dos países africanos. A ajuda financeira aos países africanos não está condicionada por condições políticas (respeito pela soberania), as prioridades são definidas pelos beneficiários (a China não impõe projectos) e o foco principal é comercial, sobretudo baseado em

interesses energéticos, e benefícios comuns. No que respeita aos instrumentos financeiros, destaca-se o *China EximBank*, um dos três bancos estatais que fornece empréstimos concessionais do governo chinês. Estes empréstimos com taxas de juro muito baixas destinam-se à construção e remodelação de infra-estruturas, nomeadamente habitacionais, rodoviárias e energéticas, como as refinarias e, muitas das vezes, são compensados em fornecimento de petróleo. A única exigência requerida aos países africanos é que a China seja reconhecida como uma só China, em detrimento de Taiwan. Representantes da estratégia do *Going Out*, ou *Going Global* do Governo de Pequim, juntamente com as companhias petrolíferas estatais chinesas, através de participações societárias em consórcios com as companhias petrolíferas internacionais, ou mesmo locais, tentam aceder à exploração, produção e comercialização de petróleo.

Durante a Presidência de George W. Bush, as prioridades da política externa norte-americana foram revistas com o intuito de impedir um novo ataque terrorista ao país. Assistiu-se a uma maior intervenção a nível global, principalmente em questões relacionadas com a segurança, defesa e salvaguarda dos interesses norte-americanos, em regiões que aparentassem constituir uma ameaça, no qual se incluía, naturalmente, o continente africano. Neste sentido, a criação do comando AFRICOM, em 2007, apresenta-se como uma importante contribuição dos EUA para a segurança regional no continente. Com a eleição de Barack Obama, em 2008, a agenda de segurança e desenvolvimento da política externa norte-americana dirigida ao continente africano, a par da diplomacia económica, apresenta-se fundamentada em três objectivos centrais: promover o desenvolvimento do crescimento económico, do comércio e do investimento; promover a paz e a segurança, (prevenção e contenção de conflitos); fortalecer as instituições, com prioridade para a criação de um ambiente de paz e de segurança, fomentando a Boa Governação e o respeito pelos Direitos Humanos. No que respeita às relações comerciais, a criação do programa *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), em 2000, pelo Presidente George W. Bush e, mais concretamente, o AGOA II e o AGOA III destinados aos países da África Subsariana, veio apresentar-se como uma componente importante para o desenvolvimento da economia destes países, ajudando a promover a integração desta região no sistema do comércio multilateral e global, através do acesso preferencial (sem impostos de importação de bens) no qual se incluem as importações de petróleo para os EUA. A criação do *Strategic Partnership Dialogue* (SPD) com dois dos maiores países fornecedores de petróleo para os EUA,

Angola e Nigéria e, a continuação do *Millennium Challenge Account* (MCA) para a remoção de barreiras ao investimento e ao comércio, são exemplos do interesse político e económico de Washington na cooperação energética e de segurança com o continente. O Governo norte-americano incentiva as suas companhias petrolíferas internacionais, a respeitar os padrões de integridade e de transparência quando operam em mercados no exterior, influenciando as acções das mesmas; em casos extremos, quando os países são alvo de sanções económicas, proibindo-as de investir nesses mercados, como no caso do Sudão. Por outro lado, as mesmas companhias procuram ser sustentáveis e socialmente responsáveis nos países onde operam. O prémio Palanca atribuído à companhia petrolífera subsidiária da Chevron, a *Cabinda Gulf Oil Company Limited*, é um exemplo importante do reconhecimento do seu esforço em preservar o meio ambiente, neste caso em Angola. A ajuda pública prestada no campo da saúde é muito relevante, realizada através de alguns dos mais importantes programas criados para esse efeito, como o *President's Emergency Plan for AIDS Relief* (PEPFAR) e o *USAID* que abrangem um grande número de países africanos.

Da análise efectuada ao estudo de caso de Angola, permitiu-nos verificar que a estabilidade da política interna de Angola demonstra ser positiva tanto para os EUA como para China. Consideramos que será provável que a aliança entre José Eduardo dos Santos e o futuro Presidente a ser eleito na China se consolide, e os países continuem a explorar os seus interesses económicos complementares. O facto de o Presidente angolano ser um dos líderes que permanece há mais tempo no poder, (mais de 30 anos), não favorecendo o índice de democracia do Estado, considerado como regime um autoritário, não invalida, no entanto que, José Eduardo dos Santos seja reconhecido pela China e pelos EUA, como um elemento promotor da paz e da estabilidade política no país.

A abordagem da China neste país é um exemplo demonstrativo do êxito da sua estratégia energética direccionada aos países subsarianos. Desde que estabeleceram relações diplomáticas em 1983 e, sobretudo, desde que foi concedido o primeiro empréstimo do *China Eximbank* a Angola, em 2002, Pequim tem consolidado uma relação com Luanda baseada no respeito e interesses mútuos. A China encontrou um mercado para exportar bens, serviços e capital humano, mantendo uma presença permanente e bem institucionalizada. Como referiu o Primeiro-Ministro da China Wen Jiabao, “as relações bilaterais são mutuamente vantajosas e as parcerias pragmáticas

sem pré-requisitos políticos”. Os empréstimos directos ao Governo, ou através do incentivo e apoio às companhias construtoras chinesas para se instalarem no país, e iniciarem projectos de reconstrução ou remodelação de infra-estruturas, de acordo com o Plano de Reconstrução Nacional de Angola criado em 2003, proporcionaram e proporcionam uma grande vantagem em termos de exportação de petróleo para Pequim. Actualmente, este país é o principal fornecedor de petróleo do continente africano para a China e, por três períodos distintos, nos primeiros meses de 2006, de 2008 e de 2010, chegou a ultrapassar o principal fornecedor, a Arábia Saudita. Angola é um país que, para além de ter alcançado uma grande projecção no mercado energético e económico mundial, têm sido também um dos países da África Subsariana que mais tem beneficiado em termos económicos da relação com a China. As novas descobertas do pré-sal angolano situado em águas ultra-profundas, podem permitir aumentar a disponibilidade de petróleo da indústria petrolífera em Angola de 20 anos para meio século, facilitando deste modo, que as companhias chinesas ampliem os seus investimentos no sector energético angolano. No que respeita aos EUA, a relação com Angola tem vindo a desenvolver-se desde que se restabeleceram as relações diplomáticas em 1993, principalmente no que concerne ao sector económico. A energia domina a relação económica actual, que se consubstancia numa proeminência de companhias petrolíferas de origem norte-americana. Faz parte também das políticas de responsabilidade corporativa das companhias norte-americanas que operam nos países, utilizar mão-de-obra local e a investir em projectos humanitários e sociais. Apesar das importações petrolíferas norte-americanas terem diminuído na última década, o país continua a ser um dos principais países a nível mundial fornecedor de petróleo para os EUA.

No caso do Sudão, antes da divisão do país em 2011, devido à problemática existente entre o Governo de Omar Al-Bashir com os EUA, principalmente desde a Presidência de Bill Clinton, verificamos a existência de uma maior influência chinesa em termos diplomáticos e económicos neste país, que se traduz em fornecimento de petróleo. Saliente-se que quando Pequim entrou no mercado petrolífero sudanês em 1996, durante o Governo de Omar Al-Bashir, encontrou um espaço que, para além de não se encontrar monopolizado por interesses ocidentais, veio permitir criar condições bastante favorecedoras em termos de concessões petrolíferas às NOCs chinesas, nomeadamente à CNPC e à Sinopec. Mesmo depois da separação em dois países, Sudão

e Sudão do Sul, a China manteve a sua influência político-económica com o Governo de Omar al-Bashir.

No que concerne à relação com os EUA, a política externa norte-americana direcionada ao Sudão baseia-se numa série de iniciativas conjuntas com instituições regionais e internacionais, no intuito de conceber um ambiente de paz, da contenção e da resolução do conflito na região de Darfur e, em especial, na pacificação das relações entre o Sudão e o Sudão do Sul, em relação às diferenças étnico-religiosas e à repartição dos proveitos da exploração de petróleo nos dois países. Os EUA foram o país que mais apoiou a secessão do Sudão do Sul, e têm vindo a recuperar uma posição privilegiada que se prevê que melhore nos próximos anos. Esta rivalidade Sudão/Sudão do Sul conduz a que os alinhamentos políticos se façam com diferentes intervenientes: a China com preponderância no norte do país, e os EUA a progressivamente adquirirem mais influência no sul, tentando manter, desta forma, um certo equilíbrio e estabilidade naquela área. Com a criação do Sudão do Sul, prevê-se que os EUA desenvolvam uma presença significativa no mercado das relações energéticas, já que o novo país ficou detentor de 75% das reservas combinadas do Sudão antes da sucessão.

No caso concreto da Nigéria, verificamos que com as alterações políticas sentidas no país, mais concretamente com a eleição de Olusegun Obasanjo em 1999, os interesses norte-americanos foram preteridos pelos interesses chineses. Com a perda de alguma influência política e económica dos EUA no país, a China, em cerca de oito anos (de 1999 a 2007), conseguiu passar de uma posição secundária para uma posição de relevo, sobretudo em termos de acesso ao mercado energético da Nigéria. Durante os dois mandatos do Presidente Olusegun Obasanjo, foram concedidos direitos de exploração dos maiores Blocos petrolíferos nigerianos às companhias petrolíferas chinesas, em troca de investimento em projectos e construção de infra-estruturas. O modelo adoptado pela China no país, *Oil for infrastructure projects*, é semelhante ao aplicado em Angola. Todavia, apesar de a Nigéria ser o país que mais produz petróleo no continente africano, as importações petrolíferas para a China nunca foram significativas, em comparação com as importações dos EUA. Esta situação deveu-se, em parte, pelo fim de mandato de Obasanjo e à subida ao poder de um novo Chefe de Estado, Umaru Musa Yer'Adua, em 2007, que veio alterar e cancelar a concretização de muitas das infra-estruturas que estavam a ser construídas e financiadas por empresas e empréstimos chineses. Todavia, consideramos que a actual presidência de Goodluck

Jonathan reverta esta situação, e a China passe a ser considerada como um país essencial para o seu desenvolvimento económico, podendo resultar numa proeminência de interesses chineses, no que concerne à vertente das exportações petrolíferas. Por último, e tendo em conta que a situação actual na Nigéria é bastante problemática, em termos de segurança para os investimentos externos no seu sector energético, as principais companhias petrolíferas internacionais que operaram no país, como a *Chevron-Texaco* e a *ExxonMobil*, deparam-se com muitas dificuldades nas actividades de exploração e de produção nos campos petrolíferos situados em *onshore*. Actos de vandalismo, *bunkering*, raptos de funcionários, e a existência de grupos armados como o (MEND) têm provocado uma quebra na produção de petróleo das companhias que aí operam, que resultam em perdas significativas nas receitas da exploração de petróleo, principalmente na zona do delta do rio Níger, onde se situam parte dos interesses norte-americanos. Desta forma, consideramos que esta situação de insegurança é um factor que poderá ter reflexos negativos quer para Washington, se pretender continuar a ser o principal importador de petróleo do país, quer para Pequim, se o seu objectivo continuar a ser o de aumentar a importação de petróleo deste país.

Foi possível ainda identificar no caso de Angola, do Sudão, do Sudão do Sul e da Nigéria, similitudes que abrangem os três países. O crescimento da prospecção, produção e das receitas das exportações de petróleo fomentaram mudanças expressivas no desenvolvimento dos seus países, em especial para os grandes centros de detenção do poder local. Apesar dos ganhos provenientes da indústria do petróleo, não serem aplicados de forma equitativa em prol da benfeitoria do nível de vida da sociedade civil, o comércio de hidrocarbonetos tem ajudado a uma transferência de tecnologia que poderá vir a dinamizar o mercado laboral local, que carece de mão-de-obra especializada. Se os países subsarianos insistirem na melhoria dos padrões de conduta política, social e ambiental das companhias estrangeiras que exploram os seus recursos e, optarem por uma gestão da riqueza proveniente desta exploração de forma transparente e eficaz, com incidência no combate à corrupção, provavelmente os interesses sino-americanos poderão vir a contribuir de uma forma positiva para o desenvolvimento desta região.

No que concerne à política externa de Washington e de Pequim dirigida aos países africanos, no caso da China existe um claro controlo por parte do partido comunista chinês na estratégia aplicada, no que diz respeito ao mercado energético. Nos

EUA, apesar de uma alternância bastante vincada entre Democratas e Republicanos, existe uma certa unanimidade política na definição dos interesses energéticos. Contudo, é verificável que permanece uma maior autonomia de actuação em relação aos interesses dos grupos económicos, que actuam muitas vezes independentemente das directivas governamentais ao contrário do que se passa na China.

O rápido crescimento económico ajudou o “ Império do Meio” a posicionar-se como um importante *player* no mercado internacional de transacções económicas e energéticas. Porém, é igualmente necessário observar que, apesar do alcance de uma vertente económica positiva, ainda permanecem alguns obstáculos que necessitam de ser ultrapassados. Certamente contribuirá a definição dos novos objectivos do próximo Presidente a ser eleito pelo Partido Comunista da China, em encontrar soluções para as graves dificuldades e desigualdades sociais sentidas no país, provocadas pelo grande e rápido desenvolvimento, em que a quantidade prevaleceu sobre a sustentabilidade, e que constituem, de algum modo, factores potenciais de constrangimento interno e externo.

O estudo aqui exposto e analisado será, com certeza pertinente numa futura investigação, por um lado, no caso do Sudão, do Sudão do Sul e da Nigéria, porque são países com uma longa história de intensas divergências internas sobre as receitas dos seus recursos, o que torna a sua análise particularmente interessante, e por outro lado, Angola, com a recente descoberta de reservatórios de hidrocarbonetos em formações pré-salíferas no *offshore* do país, prevê-se que o seu peso geoeconómico aumente, no que respeita ao desenvolvimento da sua indústria petrolífera, na qual o Governo tem sabido conduzir com dinamismo, atraindo investimento externo, o que lhe confere um lugar de destaque no continente africano e mundial.

Enquanto que o ocidente se debate com uma grave crise económico-financeira, os países da África Subsariana, passaram praticamente imunes a esta turbulência, e entraram em 2012, com uma taxa de crescimento superior à média dos países mundiais. Todos os olhos estão em Africa, e sem dúvida estudos recentes provam isso mesmo, quando prevêem que em 5 anos, ou seja, até 2017, a economia dos EUA irá crescer 2.15%, contra 0.86% da Zona Euro, 6.33% da Asia (excluindo Japão), 4.53% do Médio Oriente e Norte de Africa (Magrebe), comparado com os 4.78% previstos para a Africa Subsariana, conferem-lhe o destaque e atenção que países como a China e os EUA, entre muitos outros, lhe têm dedicado pelo seu potencial na economia global e, sobretudo pela sua capacidade energética. O FMI estima que em 2012, o continente

tenha pelo 12º ano consecutivo uma taxa de crescimento superior à registada no resto do mundo, sendo uma das poucas excepções à actual crise mundial, e por isso o petróleo terá certamente um papel importante, levando-nos a todos, a acreditar em África e nos Africanos.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS:

AAVV - *Geopolítica e Relações Internacionais*. Lisboa: Quid Juris, 2005.

BONIFACE, Pascual - *Dicionário de Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editora, 2008.

BRAUDEL, Fernand - *Gramática das Civilizações*. Lisboa: Teorema, 1989.

CAVALERA, Fabio - *República imPopular da China: As Grandes Mudanças e os Grandes Dirigentes desde Mao até ao Século XXI*. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

CARVALHO, Rui Moreira - *Compreender mais África: fundamentos para competir no mundo*. Maia: Temas e Debates, 2010.

CUNHA, Luís - *A Hora do Dragão: Política Externa da China*. Lisboa: Zebra Publicações, 2012.

CRAVINHO, João Gomes - *Visões do Mundo: As relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. 2ª Edição. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2006.

CORREIA, Pedro de Pezarat - *Manual de Geopolítica e Geoestratégia: Conceitos, Teorias e Doutrinas*. Coimbra: Quarteto, 2004.

COLLIER, Paul - *The Bottom Billion, Why the poorest countries are failing and what can be done about it*. New York: Oxford University Press, 2008.

DAN, Wei - *A China e a Organização Mundial de Comércio*. Lisboa: Almedina, 2001.

ESTEVES, D. - *Relações de Cooperação China-África: O Caso de Angola*. Coimbra: Almedina, 2008.

FONTANEL, Jacques - *A Globalização em «Análise»: Geoeconomia e estratégia dos actores*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

FRYNAS, Jędrzey - *Oil in Nigéria*. Londres: Transaction Publishers, 2000.

KENNEDY, Paul - *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Publicações Europa-América, 1997.

- KONG, Bo - *China's International Petroleum Policy*. Santa Barbara, California: Library of Congress Cataloging-in-publication Data, 2010.
- KISSINGER, Henry - *Da China*. Lisboa: Quetzal Editores, 2012.
- LENGLET, François - *A Guerra dos Impérios: A china contra os Estados Unidos da América*. Lisboa: Editora Bertrand, 2011.
- MALTEZ, José Adelino - *Curso de Relações Internacionais*. Lisboa: Principia, 2002.
- MOREIRA, Adriano - *Estudos da Conjuntura Internacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.
- *Teoria das Relações Internacionais. 5ª Edição*. Coimbra: Edições Almedina, 2005.
- MORAN, Theodore H. - *China's Strategy to Secure Natural Resources: Risks, Dangers, and Opportunities*. Washington DC: Peter G. Peterson Institute for International Economics, 2010.
- NYE, Joseph S. Jr. *O Paradoxo do Poder Americano*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- *O Futuro do Poder*. Maia: Temas e Debates, 2012.
- OLUKOSHI, Adebajo - *The Changing forms of Identity Politics in Nigeria under Economic Adjustment: the case of the oil minorities Movement of the Niger Delta*. s.l. Nordiska Afrikainstitutet, 2001.
- OMEJE, Kenneth - *High Stakes and Stakeholders oil Conflict and Security in Nigeria*. Hampshire: Ashgate Publishing Company, 2006.
- PAVIA, José Francisco - *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011.
- PAVIA, José Francisco; ZAGALO, Lynce - «As Relações angola- R. P. China». In *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011.
- RAMPINI, F. - *China e Índia: As duas grandes potências emergentes*. Lisboa: Editorial Presença, 2007.
- ROBERTS, J.A.G. - *A História da China*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011.

SOUSA, Fernando – *Dicionário de Relações Internacionais*. 2ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

STEAD, Mike; RORISON, Sean - *Angola*. Connecticut: British Library: Globe Pequot Press Inc., 2009.

TOME, Luís Leitão - *O Novo Recorte Geopolítico Mundial*. Lisboa: EDUAL, 2004.

ZAKARIA, Fareed - *O Mundo Pós- Americano*. Lisboa: Gradiva, 2008.

WILENSKY, Alfredo Héctor; JANUÁRIO, Rui; DIOGO, Luís da Costa - *Geopolítica e Relações Internacionais*. Lisboa: Quid Juris, 2005.

ARTIGOS:

AAVV - *Rumo a uma estratégia para Angola: Prioridade para as relações entre Angola e os Estados Unidos da América*. [Consultado em 28 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.cfr.org/> pp.1-81.

——— *Relatório de Energia de Angola 2010*. [Consultado em 7 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://ceic.cmi.no/ceic/images/RelatorioEnergia/renergia> pp.1-190.

——— *China in Africa Project*. [Consultado em 09 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.saiia.org.za/china-in-africa-project/the-china-africa-toolkit.html>

——— *National Security Consequences of U. S. Oil Dependency*. [Consultado em 4 de Março de 2012]. Disponível em: www.cfr.org/content/.../EnergyTFR.pdf pp.1-90.

Africa Center for Strategic Studies - *China in Africa Project*. [Consultado em 23 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://africacenter.org/2010/06/the-china-africa-toolkit-a-resource-for-african-policymakers/> pp. 1-82.

ANING, Kwesi; DELPHINE, Lecoutre - *Chinas's ventures in Africa*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.iss.org.za/uploads/17NO1ANING.PDF> pp.1-12.

African Growth and Opportunity Act - (AGOA I). [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.agoa.gov/agoalegislation/index.asp> pp. 1-56.

- AUSTIN, Angelica; BOCHKAREV, Danila; GUEEST, Willem Van der - *Energy Interests and Alliances: China, America and Africa*. New York: Eastwest Institute, 2008, pp.1-66.
- A. F. Alhajji - *What Energy Security? Definitions and Concepts*. [Consultado em 30 de Abril de 2011]. Disponível em: <http://8785.netway.com.cy/postedarticles/oped/v50n45-5OD01.htm>
- ALVES, Duarte Bué - *A presença Chinesa em África: O Caso de Angola*. [Consultado em 30 de Abril de 2011]. Disponível em: <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/databas e/000038001-000039000/000038278.pdf> pp.1-16.
- African Oil Policy Initiative Group - *African Oil: A Priority to National Security and African Development*. [Consultado em 30 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.iasps.org/strategic/africawhitepaper.pdf> pp.1-19.
- BARNES, Joe; COAN, D. James; ELASS, Jareer - *The rise of china and its energy implications*. [Consultado em 17 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://bakerinstitute.org/publications/EF-pub-RiseOfChinaBarnesCoanElass-120211-WEB.pdf> pp.1-33.
- BUTTS, Kent Hughes; BANKUS, Brent - *China's Pursuit of Africa's Natural Resources*. [Consultado em 20 de Dezembro de 2011]. Disponível em: http://www.csl.army.mil/usacsl/publications/CCS1_09_ChinasPursuitofAfricasNaturalResources.pdf
- BECK, Barbara - *A Slow-burning fuse: A Special Report on Ageing Populations* [Consultado em 9 de julho de 2012]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/13888045>
- BUTTS, Kent Hughes; BANKUS, Brent - *China and Natural Resource Competition in a Geographic Approach*. [Consultado em 5 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.csl.army.mil/usacsl/publications/CCS1_09_ChinasPursuitofAfricasNaturalResources.pdf pp.1-14.
- BURKE, Christopher; JANSSON, Johanna; JIANG, Wenran - *Formulation of Energy Policy in China: Key Actors and Recent Developments*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/wpcontent/uploads/2010/07/Burke-et-al-2009-Formulation-of-Energy-Policy-in-China.pdf> p.1-37.

- BUTTS, Kent Hughes; BANKUS, Brent - «China and Natural Resource Competition». In *Understanding Africa: A Geographic Approach*. New York: United States Military Academy. 2009, pp.1- 432.
- CAMPBELL, Jonh - *Who´s in charge, China or Nigeria?* [Consultado em 17 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.cfr.org/china/s-chargechinanigeria/p22383>
- CARSON, Johnnie - *U.S. - Africa Policy Under the Obama Administration*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.state.gov/p/af/rls/rm/2010/139462.htm>
- Centre for Chinese Studies Stellenbosh University - *China´s Interest and Activity in Africa´s Construction and Infrastructure Sectors*. [Consultado em 10 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/downloads/DFID%203rd%20Edition.pdf> pp.1-110.
- CHAVEAS, Peter - *A Renewed Interest: US – Africa engagement*. [Consultado em 13 de Setembro de 2011]. Disponível em: <http://hir.harvard.edu/print/courting-africa/a-renewed-interest?page=0%2C3>
- CHRISTENSEN, Benedicte Vibe - *China in Africa: A Macroeconomic Perspective*. [Consultado em 6 de Janeiro de 2010]. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/DigitalLibrary/Publications/Detail/?id=123555&lng=en>
- China Zhejiang Investment & Trade Investment - *Nigeria Ogun Guangdong Free Trade Zone*. [Consultado em 1 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.zjits.com/index.php/en/jwtz_c_detail/74.html
- CUNHA, Pedro Barge - *AFRICOM, um olhar mais abrangente sobre África*. [Consultado em 4 de Novembro de 2011]. Disponível em: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=906
- CRUZ, Anabela – *Border disputes among african States*. Trabalho efectuado na cadeira de Seminário de Estudos Políticos. 14 de Março de 2011, pp. 5.
- CODRIN, Arsene - *Top 10 Minsconceptions about Chinese Investment in Africa*. [Consultado em 16 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://www.african-politics.com/top-10-misconceptions-about-chinese-investment-in-africa/>

- CORDESMAN, Anthony - *US Oil and Gas Import Dependence*. [Consultado em 29 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://csis.org/publication/us-oil-and-gas-import-dependence-department-energy-projections-2011> pp.1-24.
- COYNE, Christopher J. - *Reconstructing weak and failed States: foreign intervention the Nirvana fallacy*. [Consultado em 16 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.ccoyne.com/FPA - Final.PDF>
- DAGNE, Ted - *Sudan: the Crisis in Darfur and Status of the North-South Peace Agreement*. [Consultado em 16 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/DigitalLibrary/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=10332> pp.1-42.
- DANNREUTHER, Roland - *International Relations Theories: Energy, Minerals and Conflict*. [Consultado em 16 de Agosto de 2011]. Disponível em: http://www.polinares.eu/docs/d1-1/polinares_wp1_ir_theories.pdf pp. 1-25.
- DENG, Ping - *Foreign Investment by Multinationals from Emerging Countries: The Case of China*. [Consultado em 2 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.ccs.org.za/downloads/DFID%203rd%20Edition.pdf>
- DOWNIE, Edmund - *China's push to woo South Sudan*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: http://blog.foreignpolicy.com/posts/2011/07/12/chinas_push_to_woo_south_sudan_and_get_its_oil
- DUPAS, Gilberto - *O Factor China*. [Consultado em 18 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=475>
- Economist Intelligence Unit - *Angola*. [Consultado em 28 de Março de 2012]. Disponível em: <http://country.eiu.com/article.aspx?articleid=1338757518&Country=Angola&topic=Summary&subtopic=Fact%20sheet&subsubtopic=Fact%20sheet>
- *China*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://country.eiu.com/China>
- EC Harris - *China emerging as global energy investment hot spot*. [Consultado em 03 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: http://www.echarris.com/system_pages/search.aspx?terms=renewable+energy+china

- ELLIOTT Colin - *China's aid to Africa in exchange for oil*. [Consultado em 6 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <http://library.athabascau.ca/drr/download.php?filename=mais/ColinElliottProject.pdf> pp.1-33.
- Eurasia Review - *Sudan Energy Profile: Most Oil Produced In South, But Pipeline, Refining In North- Analysis*. [Consultado em 24 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.eurasiareview.com/01102011-sudan-energy-profile-most-oil-produced-in-south-but-pipeline-refining-in-north-analysis/>
- FERNANDES, Ana Paula - *Petróleo em tempo de Guerra*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=1050>
- FINLEY, Mark - *The Oil Market to 2030 - Implications for Investment and Policy*. [Consultado em 20 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: http://www.bp.com/lieassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2011/STAGING/local_assets/pdf/The_Oil_Market_2030.pdf pp.1-12.
- FRYNAS, Jedrej George; PAULO, Manuel - *A New Scramble for African Oil? Historical, Political and Business Perspectives*. [Consultado em 19 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://ic.ucsc.edu/~rlipsch/AFRICOM/Frynas.pdf> pp.1-23.
- FRIEDMAN, Thomas L. - *The First Law of Petropolitics*. [Consultado em 22 de Novembro de 2011] Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/04/25/the_first_law_of_petropolitics?page=0.3
- GRINDERSLEV, Chantal - *A New Frontier*. [Consultado em 1 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.amcham-shanghai.org/NR/rdonlyres/347E7266-CB6B-49B5-88DE-A0AA00EC41FD/12006/mar10_cover_story.pdf p. 31-34.
- GEEST, Willem Van der - «China's Approach to Energy Security and Development Assistance in Africa». In *Energy Interests and Alliances: China, America and Africa*. s.l. EastWest Institute: Policy Paper 7/2008, pp. 24-34.
- Geopolítica do Petróleo. [Consultado em 16 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://geopoliticaopetroleo.wordpress.com/>
- GILBERT, Lysias Dodd; UZODIKE, Ufo Okeke; ISIKE, Christopher - *The United States Africa Command: Security for Whom?* [Consultado em 13 de Setembro

- de 2011]. Disponível em: http://www.jpanafrican.com/docs/vol2no9/2.9_The_U_nited_States_Africa_Command.pdf pp.1-18.
- GILL, Bates; REILLY James - *The Tenuous Hold of China Inc. in Africa*. [Consultado em 13 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.ou.edu/uschina/SASD/SA_SD2007readings/GillReilly2007WQChinaAfrica.pdf pp.1-16.
- GILL, Bates; HUANG, Chin-Hao; MORRISON, J. Stephen - *Assessing China's Growing Influence in Africa*. [Consultado em 19 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: http://www.wsichina.org/cs7_1.pdf pp.1-20.
- GLASER, Bonnie; MEDEIROS, Evan - *The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of "Peaceful Rise"*. [Consultado em 27 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://tailieu.tapchithoidai.org/Demise_of_Peaceful_Rise.pdf 1-20.
- GORDON, Deborah; ZHANG, Yuhan - *Driving Force: Energy and climate Strategies for China's Motorization*. [Consultado em 5 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.carnegieendowment.org/files/driving_force.pdf pp.1-16.
- GORDON, Philip - *The International Institute for Strategic Studies*. [Consultado em 05 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.iiss.org/publications>
- GULEN, Gurcan - *Relatório de Energia de Angola 2010*. [Consultado em 7 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://ceic.cmi.no/ceic/images/RelatorioEnergia/renergia> pp. 1-190.
- HOLSLAG, Jonathan - *China's New Mercantilism in Central Africa*. [Consultado em 6 de Janeiro de 2010]. Disponível em: <http://www.vub.ac.be/biccs/site/assets/files/Jonathan%20misc/African%20and%20Asian%20Studies.pdf> pp.1-38.
- HOULIHAN, Christopher - *China's Oil Policy: Petro-Diplomacy and Foreign Direct Investment*. [Consultado em 25 de Janeiro de 2012]. Disponível em: www.elizabethburleson.com/ChinaChris.doc p. 1-17.
- HORTO, Loro - *China aplaudida pelas elites de África, mas receada pelo povo*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/pt/2009/12/07/8216/>

- HODEL, Mike - *The Scramble for Energy: China's Oil Investment in Africa*. [Consultado em 18 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www-irps.ucsd.edu/assets/017/7168.pdf> p. 50-54.
- HONG, Zhao - *China-U.S. Oil Rivalry in Africa*. Consultado em 10 de Setembro de 2011]. Disponível em: http://www.relooney.info/SI_Oil-Politics/China-Energy-Oil-Africa_1.pdf pp.1-24.
- *China-U.S. Oil rivalry in Africa*. [Consultado em 19 de Maio de 2012]. Disponível em: http://openarchive.cbs.dk/bitstream/handle/10398/7411/zhao_cle_an.pdf?sequence=1 pp.1-43.
- *China's Oil Venture in Africa*. [Consultado em 2 de Março de 2012]. Disponível em: <http://ics.um.edu.my/images/ics/aug2007/zhaozhong.pdf> pp.1-17.
- HIGGINS, Andrew - *Oil Interests push China into Sudanese mire*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/world/asia-pacific/oilinterestspushchinaintosudanese mire/2011/12/19/gIQANkzGGP_story.html
- LIANYAN, Wang - *China to scale up assistance to Africa*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/cndy/201201/30/content_14502372.htm
- HURST, Cindy - *China's Global Quest for Energy*. [Consultado em 4 de Março de 2011]. Disponível em: www.iags.org/chinasquest0107.pdf pp.1-23.
- I. W. Moffat - *Canadian society of Petroleum Geologists*. [Consultado em 3 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.cspg.org/conventions/abstracts/2002abstracts/342S0308.pdf>
- JAIME, Aginaldo - *Casamento por conveniência*. [Consultado em 29 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=19686&id=2000&mid=372>
- JIANG, Wenran - *China's Booming Energy Relations with Africa*. [Consultado em 05 de Agosto de 2011]. Disponível em: http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=3958&tx_ttnews%5BbackPid%5D=196&no_cache=1

- JINGTIAN, Li; MATHEUS, Jessica Tuchman - *China's Development Direction After Three Decades of Reform*. [Consultado em 10 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.carnegieendowment.org/2009/04/13/chinasdevelopmentdirection-after-three-decades-of-reform/9ma>
- KLARE, Michael; VOLMAN, Daniel - «America, China & the Scramble for Africa's Oil». In *China-U.S. Oil Rivalry in Africa*. Copenhagen: Asia Research Centre, CBS, Copenhagen Discussion Papers. Número 24, 2007, p. 24.
- LADISLAW; Sarah; NAKARO; Jane - *China-Leader or Laggard on the path to a secure, low-carbon energy Future?* [Consultado em 5 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://csis.org/files/publication/110923_Ladislaw_ChinaLeaderLaggard_Web.pdf pp.1-54.
- LEAL, Catarina Mendes - *As relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_3.pdf pp.1-112.
- LIEBMAN, Alex - *China's Energy Security in historical Perspective: Natural Resources and the Rise of the United States, Japan and China*. [Consultado em 10 de Junho de 2012]. Disponível em: http://citation.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/3/1/3/2/8/pages313280/p313280-1.php pp.1-48.
- LUFT, Gal - «United States: A shackled Superpower». In *Energy Security Challenges for the 21st century*. Santa Barbara, California, Greenwood publishing group, 2009, pp.143-160.
- MASON, Barry - *China avança nos investimentos e no comércio com a África*. [Consultado em 10 de Março de 2011]. Disponível em: <http://www.wsws.org/pt/2006/nov2006/port-n17.shtml>
- MANJI, F; MARKS, S - «Chinese dragons, African Successes». In *Chinas's ventures in Africa*. [Consultado em 6 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.iss.org.za/uploads/17NOIANING.PDF> p. 47-49.
- MALAQUIAS, Assis – *Thirsty Powers: the United States, China, and African Energy Resources*. [Consultado em 5 de Setembro de 2011] Disponível em:

<http://africacenter.org/wp-content/uploads/2005/06/Thirsty-Powers-the-United-States-China-and-Africas-Energy-Resources.pdf> pp. 1-22.

MESFIN, Berouk - *The Establishment and Implications and the United States African Command*. [Consultado em 4 de Agosto de 2012]. Disponível em : <http://www.isn.ethz.ch/isn/DigitalLibrary/Publications/Detail/?ots591=cab359a3-9328-19cc-a1d2-8023e646b22c&lng=en&id=99270>

Mines, Énergie et Eau. [Consultado em 03 de Maio de 2012]. Disponível em: www.wto.org/french/tratop_f/tpr_f/s223-01_f.doc pp.100-109.

MILLER, Lyman - *China an Emerging Superpower?* [Consultado em 2 de Março de 2011]. Disponível em: http://www.stanford.edu/group/sjir/6.1.03_miller.html

Millennium Challenge Corporation - United States of America - *Congressional Budget Justification Fiscal Year 2012*. [Consultado em 16 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.mcc.gov/documents/reports/mcc-fy2012-cbj.pdf> pp.1- 66.

MTHEMBY-SALTER, Gregory - *Elephants, Ants and Superpowers: Nigeria's Relations with China*. [Consultado em 30 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.voltairenet.org/IMG/pdf/Nigeria_s_Relations_with_China.pdf pp. 1-34.

National Energy Policy - *Reliable, Affordable, and Environmentally Sound Energy for America's Future*. [Consultado em 29 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.wtrg.com/EnergyReport/National-Energy-Policy.pdf> pp-1-170.

National Bureau of States of China. [Consultado em 16 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/>

NESBITT, Francis Njubi - *America vs China in Africa*. [Consultado em 20 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/China/ML07Ad03.html>

NEVES, Miguel Santos - *Os Factores de vulnerabilidade do sucesso chinês*. [Consultado em 20 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=53>

Nigeria's restive delta - *The president is threatened by a fraying amnesty*. [Consultado em 20 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/17800311>

- NIQUET, Valérie - *La stratégie africaine de la Chine*. [Consultado em 6 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/en/IMG/pdf/0805-Niquet-ANG.pdf> pp.1-10.
- NUNES, Carlos - *O Golfo da Guiné e a Segurança Energética da China*. [Consultado em 30 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.dpp.pt/pt/novidades/Documents/Golfo_Guine.pdf
- OGUNKOLA, E. Olawale; BANKOLE, Abiodun, S.; ADEWUYI, Adeolu - *China-Nigeria Economic Relations*. [Consultado em 10 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.aercafrica.org/documents/china_africa_relations/Nigeria.pdf pp.1-16.
- OTTAWAY, Marina e MAIR, Stefan - *States at Risk and Failed States, Putting Security First*. [Consultado em 2 de Setembro de 2010] Disponível em: http://www.carnegieendowment.org/files/Ottaway_outlook3.pdf pp.1-10.
- OKUMU, Watula - *Africa Command: Opportunity for Enhanced Engagement or the Militarization of U.S.Africa Relations?* [Consultado em 2 de Setembro de 2010] Disponível em: <http://dspace.cigilibrary.org/jspui/bitstream/123456789/31186/1/AFRICOMWOKUMU.pdf?1> pp.1-19.
- PASCUAL, Carlos - *The State Department's New Bureau of Energy Resources: Shaping America's Global Energy Policy*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://fpc.state.gov/177598.htm>
- PANDEY, Rahul - *What is energy Security?* [Consultado em 02 de Março de 2011]. Disponível em: http://www.thesouthasian.org/archives/2008/what_is_energy_security.html
- PLOCH Lauren - *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/104287.pdf> pp.1-42.
- RAPHAEL Sam, STOKES Doug - *Globalizing West African oil: US 'energy security' and the global economy*. [Consultado em 19 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/87_4stokesraphael.pdf pp.903-982.

- ROMAN, Alfred - *Banking on Domestic Demand*. [Consultado em 26 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.cdeclips.com/files/asiapdf/20120316/cdasiaweekly20120316p03.pdf>
- RICHARDSON, Patricio González - *China and Africa: A Mutually Opportunistic Partnership*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/2e00210042e214da9d0ffd5cb2335b49/ARI992010_GonzalezRichardson_China_Africa_Oppportunistic_Partnership.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=2e00210042e214da9d0ffd5cb2335b49 pp.1-9.
- SANTIS, Nicola de - *A Paz, Estabilidade e reconstrução do Iraque continuam a ser uma prioridade para a NATO*. [Consultado em 05 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=455>
- SCHNEIDER, Luíza Galiazzi - *As causas políticas do conflito no Sudão: determinantes estruturais e estratégicos*. [Consultado em 7 de Julho de 2012]. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16012/000685618.pdf?sequence=1>
- SHAOFENG, Chen - *Assessing the Impact of China's foreign Energy Quest on its Energy Security*. [Consultado em 2 de Março de 2012]. Disponível em: www.eai.nus.edu.sg/EWP145.pdf pp.1-19.
- SHANDA, Xu - *China's "Marshall Plan": Use Forex Reserves to Aid Damaged Economies, Build Markets*. [Consultado em 19 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.chinastakes.com/2009/8/chinas-marshall-plan-use-forex-reserves-to-aid-damaged-economies-build-markets.html>
- SHINN - David H. - *Africa: The United States and China Court in the continent*. [Consultado em 09 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.relooney.info/SI_Oil-Politics/China-Energy-Oil-Africa_17.pdf pp.37-53.
- *China's Growing Role in Africa: Implications for U. S. Policy*. [Consultado em 7 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201111021230.html>

- SHUBERT, Jon - *Verdades Incómodas da África Emergente*. [Consultado em 6 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI34_Rec01_JS.pdf pp.1-4.
- SOTO-VIRUET, Yadira - *The Mineral Industry of Angola*. [Consultado em 09 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/2010/myb3-2010-ao.pdf> pp.1-8.
- STALLINGS, Megan – *The Importance of defining Appropriate African Regions in A Geographic Approach*. [Consultado em 2 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: www.csl.army.mil/usacsl/publications/understanding_africa.pdf pp.109-110.
- STEAD, Mike; RORISON, Sean - *Angola USA*: Guilford, Connecticut: Globe Pequot Press Inc. 2009, p. 3-20.
- TELLIS, Ashley J. - *A Grand Chessboard: Beijing seeks to reassure the world that it is a gentle giant*. [Consultado em 1 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2005/01/05/a_grand_chessboard
- THOMAS, Bryan G. - *China's Global Oil Strategy*. [Consultado em 02 Setembro de 2010] disponível em: <http://www.effectivestates.org/index.htm>
- TOME, Luís Leitão - *Geopolítica da Ásia e da China*. [Consultado a 13 de Maio de 2011]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2006/2006_1_1_16.html
- TU, Kevin Jianjun; JOHNSON-REISER, Sabine - *Understanding China's Rising Coal Imports*. [Consultado em 10 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://www.carnegeendowment.org/files/china_coal.pdf pp.1-16.
- TSUKIMORI, Osamu - *China overtakes Japan as biggest coal importer for first time*. [Consultado em 10 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2012/01/26/coal-china-japan-idUSL4E8CQ3GS20120126>
- UDOSEN, Charles; S. ETOK, Abasi-Ifreke; GEORGE, I.N. - *Fifty Years of Oil Exploration in Nigeria: the Paradox of Plenty*. [Consultado em 29 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.globaljournalseries.com/index/index.php/gjss/article/view/122/pdf> pp.1-11.
- UTOMI, Pat - *China and Nigeria* [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: http://csis.org/files/media/csis/pubs/080603_utomi_nigeriachina.pdf pp.1-10.

- VINES, Alex; WONG, Lillian; Weimer Markus; CAMPOS Indira - *Sede de Petróleo Africano. Petrolíferas Nacionais Asiáticas na Nigéria e em Angola*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/r0809_africanoil_po.pdf pp.1-94.
- WEMIN, Liu - *Never for Resources Alone*. [Consultado em 16 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/zfgx/dfzc/t904294.htm>
- WEZEMAN, Pieter D., WEZEMAN, Siemont T., BÉRAUD-JUDREAU, Lucie. *Arms: Flows to Sub Saharan Africa*. [Consultado em 28 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://books.sipri.org/files/PP/SIPRIPP30.pdf> pp.1-64.
- WOLFEL, Richard L. - *The Tyranny of the Map and Modern Instability: The Ramifications of Incongruent Political and Ethnic Boundaries on Modern Africa in Understanding Africa: A Geographic Approach*. [Consultado em 10 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: http://www.csl.army.mil/usacsl/publications/understanding_africa.pdf pp.95-105.
- YERGIN, Daniel - *China and America Need Not Be Energy Rivals*. [Consultado em 22 de Abril de 2012]. Disponível em: http://www.brookings.edu/opinions/2007/052_Oglobaleconomics_yergin.aspx
- *Insuring Energy Security*. [Consultado em 10 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: http://www.un.org/ga/61/second/daniel_yergin_energy_security.pdf pp.69-82.
- YANGPENG, Zheng - *Companies show corporate responsibility*. [Consultado em 29 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.cdeclips.com/en/business/Companies_show_corporate_responsibility/fullstory_72523.html
- ZHAO- Shelly - *The Geopolitics of China-African Oil*. [Consultado em 20 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.chinabriefing.com/news/2011/04/13/thegeopolitics-of-china-african-oil.html>
- ZHAO, Hong - *China-U.S. Oil Rivalry in Africa*. [Consultado em 1 de Setembro de 2011]. Disponível em: www.relooney.info/SI_OilPolitics/ChinaEnergyOilAfrica_1.pdf
- ZHENG. Denise E. - *China's Use of Soft Power in the Developing World: Strategic intentions and implications for the United States*. [Consultado em 11 de

Fevereiro de 2012]. Disponível em: http://csis.org/files/media/csis/pubs/090305_mcgiffert_chinesesoftpower_web.pdf pp.1-137.

IMPrensa

Ango Notícias - *Refinaria de Lobito pode ser concluída em 2015*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=30217

China Briefing - *The China Angola Partnership a Case Study China's Oil Relations in Africa*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.china-briefing.com/news/2011/05/25/the-china-angola-partnership-a-case-study-of-chinas-oil-relationships-with-african-nations.html>

China's Peaceful Development - *What China's Peaceful Development Means to the Rest of the World* [Consultado em 27 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-09/06/c_131102329_6.htm

China Oil Web. [Consultado em 16 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://data.chinaoilweb.com/crude-oil-import-data/index.html>

China's Peaceful Development - *What China's Peaceful Development Means to the Rest of the World*. [Consultado em 27 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-09/06/c_131102329.htm

CHANG, Andrei - *Chinese arms and African Oil*. Consultado em 22 de Março de 2012]. [Disponível em: http://www.spacedaily.com/reports/Analysis_Chinese_arms_and_African_oil_999.html

DU, Juan - *China sets up first renewable energy think tank*. [Consultado em 15 de Junho 2012]. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2012-02/24/content_14686084.htm

Exame Angola - *Casamento por conveniência*. [Consultado em 29 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=19686&id=2000&mid=372>

- *China em África - Desafios e Oportunidades para Angola..* [Consultado em 29 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=19686&id=2000&mid=372>
- *Angola poderá ultrapassar a África do Sul. Oportunidades para Angola.* [Consultado em 1 de Outubro de 2012]. Disponível em: <http://www.exameangola.com/pt/?det=28379&id=2000&mid=372>
- IAGS Journal of Energy Security. [Consultado em 10 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.ensec.org/>
- English News. [Consultado em 16 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english2010/world/africa.htm>
- Information Office of The State Council the People's Republic of China - *China's Foreign Aid.* [Consultado em 16 de Janeiro de 2010]. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-04/21/c_13839683.htm 2011.
- Jornal de Negócios - *China Destrona Estados Unidos na posição de maior consumidor de energia.* [Consultado em 03 de Agosto de 2010]. Disponível em: http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=452861
- Journal of Energy Security. [Consultado em 27 de Agosto de 2010]. Disponível em: <http://www.ensec.org/>
- Jornal de Angola - *Exportação de petróleo superou a média anual.* [Consultado em 5 de Setembro de 2011] Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/15/0/exportacao-de-petroleo-superou-a-media-anual>
- *China dá apoio a Omar Al-Bashir.* [Consultado em 27 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/13/3/china-da-apoio-a-omar-el-bashir>
- Jornal Al-Ahram - «Juba e Cartum podem incendiar África». In *Courier Internacional*. Número 196, 2012, p. 42.
- LASCAS, Jorge – *Exportação Angola: Chevron, Richard Cohagan acredita em Angola.* In *Jornal de Angola*. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/20/0/richard-cohagan-acredita-em-angola>

- LINYAN, Wang - *China to scale up assistance to Africa*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/cndy/201201/30/content_14502372.htm
- NYE, Joseph - *A Dependência Energética num mundo Interdependente*. [Consultado em 29 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.publico.pt/ProjectSyndicate/Joseph%20Nye/a-independencia-energetica-num-mundo-interdependente-1554799>
- O País Online - *Bloco 15 financia Palanca e Esso quer aumentar a produção*. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.opais.net/pt/opais/?id=1551&det=22793&mid>
- Panapress - *Kadafi a criação de um único Estado africano*. [Consultado em 01 de Março de 2011]. Disponível em: <http://www.panapress.com/Kadafiapela-a-criacao-dum-unico-Estado-africano--12-420789-96-lang4-index.htm>
- Público - *Energia: China suspende projectos para novas centrais nucleares*. [Consultado em 10 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.publico.pt/Mundo/china-suspende-projectos-para-novas-centrais-nucleares-1485310>
- People's Daily Online - *China welcomes completion of south Sudan referendum*. [Consultado em 04 de Março de 2012]. Disponível em: <http://english.people.com.cn/90001/90776/90883/7265305.html>
- PELZ, Daniel; ROCHA, António - *Sudão e Sudão do Sul ainda sem acordo de receitas de petróleo*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,15672393,00.html>
- PIERSON, David - *China pledges more aid for Africa even after workers go missing*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.latimes.com/business/money/lafimochinaafrica20120130.0,1269310.story>
- PRICE, Michelle - *A Consumption Conundrum*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052970204346104576638561340925004.html>

- Rádio Internacional da China - *Sociedade harmoniosa e mundo harmonioso*. [Consultado em 27 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://portuguese.cri.cn/101/2007/08/30/1@74422.htm>
- SIMAO, PAUL - *China's Africa oil power bugs Western rivals*. [Consultado em 19 de Março de 2012]. Disponível em: <http://uk.reuters.com/article/2006/11/17/idUKL1710454820061117>
- SUETTINGER, Robert L - *The Rise and Descent of "Peaceful Rise"*. [Consultado em 27 de Agosto de 2012] Disponível em: <http://weblog.leidenuniv.nl/media/blogs/76061/kijkenaardepers/archives/zheng%20bijian.pdf>
- The Economist - *China and the paradox of prosperity*. [Consultado em 25 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21543537>
- *Still an oily dangerous mess*. [Consultado em 16 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21560299>
- The Wall Street Journal - *Nigeria, China Sign Major Oil Deal*. [Consultado em 9 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703460404575243892823004542.html>
- The Guardian - *US embassy cables: US monitors China and its expanding role in Africa*. [Consultado em 09 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/us-embassy-cables-documents/250144>
- Xinhuanet - *Distribuição Geográfica da Ajuda Externa da China em 2009*. [Consultado em 19 de Maio 2012]. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-04/21/c_13839683_10.htm
- ZHAO, Shelly - *The China-Angola Partnership: A Case Study of China's Oil Relations in Africa*. [Consultado em 19 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.china-briefing.com/news/2011/05/25/the-china-angola-partnership-a-case-study-of-chinas-oil-relationships-with-african-nations.html>
- ZHIHON, Wan - *Wen head's super ministry for energy*. [Consultado em 10 de Agosto 2012]. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-01/28/content_9388039.htm

REVISTAS:

«Angola e Moçambique entre os dez maiores de África». In *África 21*. Número 66. 2012, p. 78.

FERREIRA, Manuel Eanes - «*Angola procura equipamentos Industriais*». In *Expresso*. 2012, p. 31.

FIALHO, Filipe; MIGUEL, João Dias - «Um planeta sob pressão e a potência que o pode destruir». In *Visão*. Número 1025. 2012, pp. 78-83.

JIANHAI, BI; ZWEIG David - «China's global hunt for energy». In *Foreign Affairs*. Volume 84, Número 5, 2005, pp. 25-38.

«Lixo para África e em força!» In *África 21*. Número 66, 2012.

LOPES, Ferreira - «O Dragão em África». In *Revista Rumo*. Número 6, 2012, pp. 29-38.

LOURENÇO, Ana Dias - «O Puzzle chinês em Angola». In *Revista Rumo*. Número 6, 2012, pp. 10.

«O Repto da Europa: Juba e Cartum podem incendiar África». In *Courrier International*. Lisboa. Número 196, 2012, p. 42.

«Partilha do petróleo sudanês». In *Africa 21*. Número 67, 2012, pp. 13.

PERES, Cristina - «Gás: herói já em acção». In *Jornal Expresso*. 2012, pp. 31.

RICE, Xan - «Em África como na China». In *Revista Rumo*. Número 6, 2012, pp. 43-48.

SAMPAIO, Alberto - «Economia está bem de saúde». In *Africa 21*. Número 64, 2012, pp. 72-74.

SANTOS, Susana; JESUS, Santos - «O motor do crescimento global». In *Revista Rumo*. Número 6, 2012, pp. 40-41.

SOUSA, Itamar - «Angola e FMI, amigos para sempre?». In *Africa 21*. Número 63, 2012, pp. 70-71.

——— «EUA ao encontro de Boko Haran». In *Africa 21*. Número 66, 2012, pp. 66-67.

SILVA, Costa António - «A Revolução energética do gás de xisto». In *Expresso*. 2012, pp.38.

VIAGEM, Hamilton - «MWANGOLÉ em Mandarim». In *Revista Rumo*. Número 6, 2012, pp. 29-38.

INSTITUIÇÕES:

Africa Energy Intelligence. [Consultado em 16 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.africaintelligence.com/AEM/>

Association for the study of Peak Oil & Gas. [Consultado em 16 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.peakoil.net/statistics>

Agência Internacional de Energia - *Manual de Estatísticas Energéticas*. [consultado em 9 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.iea.org/stats/docs/statistics_manual_spanish.pdf pp.1-208.

——— *Global Carbon-dioxide emissions increase by 1.0 Gt in 2011 to record high*. [Consultado em 1 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.iea.org/newsroomandevents/news/2012/may/name.27216,en.html>

African Economic Outlook - *Nigéria*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/west-africa/nigeria/> pp.1-14.

——— *Angola 2011*. [Consultado em 6 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/Country_Notes/2011/Full/Angola.pdf pp.1-17.

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. [Consultado em 7 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=30>

ANADARKO - *Worldwide Operations*. [Consultado em 22 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://www.anadarko.com/Operations/Pages/InternationalFrontierOverview.aspx>

Banco Nacional de Angola. [Consultado em 16 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.bna.ao/Pagina-Principal.aspx>

BP Statistical Review of World Energy June 2011. [Consultado em 20 de Maio de 2012]. Disponível em: www.bp.com/...2011/.../Oil_slidepack_2011.ppt

- BP Energy Outlook 2030. [Consultado em 11 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/STAGING/global_assets/downloads/O/2012_2030_energy_outlook_booklet.pdf pp.1-88.
- Central Intelligence Agency - *Sudan*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/su.html>
- *Nigéria*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>
- *Sudan*. [Consultado em 24 de Agosto de 2011]. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/su.html>
- China Sonangol International Holding Limited. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.chinasonangol.com/eng/index.asp>
- China International Found. [Consultado em 10 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.chinainternationalfund.com/index.asp>
- Chinese Government's Official Web Portal - *The One-China Principle and the Taiwan Issue (2000)*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2005-07/27/content_17613.htm
- *China's Foreign Aid*. [Consultado em 2 de Setembro de 2012]. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2011-04/21/content_1849913_3.htm pp.1-5.
- Chevron. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.chevron.com/deliveringenergy/oil/>
- Chevron. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.chevron.com/documents/pdf/AngolaFactSheetPortuguese.pdf>
- Conocophillips. [Consultado em 22 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://www.conocophillips.com>
- Conocophillips - Angola. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.conocophillips.com/EN/about/worldwide_ops/other/Pages/Angola.aspx.
- Council on foreign Relations. [Consultado em 1 de Setembro de 2011]. Disponível em: <http://www.cfr.org/>

- Energy Researches. [Consultado em 18 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.energyresearches.org/>
- Energy International Agency - *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions outside the United States*. [Consultado em 29 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/analysis/studies/worldshalegas/>
- ExxonMobil. [Consultado em 20 de Abril de 2012]. Disponível em: http://www.exxonmobil.com/Corporate/about_where.aspx
- ExxonMobil Malaria Initiative. [Consultado em 22 de Abril de 2012]. Disponível em: http://www.exxonmobil.com/Corporate/community_malaria_initiative.aspx
- Forum on China-Africa Cooperation. [Consultado em 28 de Abril de 2011]. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/zfgx/jmh/>
- *The Fifth Ministerial Conference of the Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2013 - 2015)*. [Consultado em 13 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/dwjbzjjhys/t954620.htm>
- Fundação AIS. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: www.fundacao-ais.pt/catalogo/get_file/file/ficheiro/id/43
- Global Issues - *Energy Security*. [Consultado em 10 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.globalissues.org/article/595/energy-security>
- Heatingoil. [Consultado em 10 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.heatingoil.com/category/blog/energy-policy/>
- Human Security Report Project. [Consultado em 24 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.hsrgroup.org/our-work/publications/miniatlas.aspx>
- International Committee of the Red Cross - *The «failed State» and international law*. [Consultado em 27 de Agosto de 2010]. Disponível em: <http://www.icrc.org/>
- International Energy Agency. [Consultado em 28 de Janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.iea.org/stats/pdf_graphs/CNTPESPI.pdf
- *World Energy Outlook 2011*. [Consultado em 20 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: http://www.iea.org/weo/docs/weo2011/homepage/WEO2011_Press_Launch_London.pdf

- International Crisis Group. [Consultado em 23 de Agosto de 2011]. Disponível em: <http://www.crisisgroup.org/en/key-issues/preventing-implosion-insudan.aspx#c2>
- Information Office of the State Council of the People's Republic of China - *China's Energy Conditions and Policies (2007-2012)*. [Consultado em 4 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://en.ndrc.gov.cn/policyrelease/P020071227502260511798.pdf> pp.1-46.
- Lenovo. [Consultado em 10 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.lenovo.com/lenovo/us/en/our_company.html
- Marathon Oil. [Consultado em 2 de Junho de 2012]. Disponível em: http://www.marathonoil.com/Global_Operations/Angola/Operations/
- [Consultado em 22 de Abril de 2012]. Disponível em: <http://www.marathonoil.com/>
- Ministério das Finanças de Angola. [Consultado em 15 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.minfin.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=10501>
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China - *China's African Policy*. [Consultado em 16 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>
- National Development and Reform commission (NDRC). People's Republic of China - *National Energy Administration*. [Consultado em 27 de Janeiro de 2012]. Disponível em: http://en.ndrc.gov.cn/mfod/t20081218_252224.htm
- Niger Delta Development Commission. [Consultado em 06 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.nddc.gov.ng/>
- Offshore Energy Today - *Emerging Economies to lead Energy Growth to 2030 and Renewables to Out-Grow Oil*. [Consultado em 10 de Março de 2011]. Disponível em: <http://www.offshoreenergytoday.com/emerging-economies-to-lead-energy-growth-to-2030-and-renewables-to-out-grow-oil-says-bp-analysis/>
- Organization for Economic Co-operation and Development - *Environmental Outlook to 2030*. [Consultado em 5 de Agosto de 2012] Disponível em: <http://www.oecd.org/environment/environmentalindicatorsmodellingandoutlooks/40220494.pdf> pp.1-16.

- Peaceful Development Is the Inevitable Way for China's Modernization. [Consultado em 27 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/book/152768.htm>
- Rand Corporation. [Consultado em 20 de Agosto de 2011]. Disponível em http://www.rand.org/research_areas/terrorism/
- República de Angola - *Ministério das finanças*. [Consultado em 15 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.minfin.gv.ao/docs/dspPetrolDiamond.htm>
- Sonangol. [Consultado em 4 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.sonangol.co.ao/oilinangola_p.html
- The Brooking Institution. [Consultado em 1 de Setembro de 2011]. Disponível em: <http://www.brooking.edu>
- The Oil Depletion Analysis Centre. [Consultado em 20 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <http://www.odac-info.org/peak-oil-primer>
- The World Bank - *China Eximbank and World Bank Come Together to Sign Cooperation Memo*. [Consultado em 1 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/news/2007/05/21/china-eximbank-world-bank-come-togethersign-cooperation-memo>
- The White House - *The National Security Strategy 2002*. [Consultado em 2 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/nss4.html> pp.1-35.
- *The National Security Strategy 2006*. [Consultado em 02 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/sectionVIII.html> pp.1-54.
- *National Security Strategy 2010*. [Consultado em 02 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf pp.1- 45.
- *U.S. Strategy Toward Sub-Saharan Africa*. [Consultado em 17 de Setembro de 2012]. Disponível em: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/africa_strategy_2.pdf pp.1-12.

- *Remarks by the President on Energy*. [Consultado em 5 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/03/07/remarks-president-energy-mount-holly-nc> pp.1-50.
- *Blueprint for a Secure Energy Future*. [Consultado em 02 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/blueprint_secure_energy_future.pdf p. 1- 44.
- United States Census - *The 2012 Statistical Abstract*. [Consultado em 4 de Maio de 2012]. Disponível em: http://www.census.gov/compendia/statab/cats/energy_utilities/crude_oil_petroleum.html
- U. S. Energy Information Administration. [Consultado em 28 de Janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.iea.org/stats/pdf_graphs/CNTPESPI.pdf
- *Oil Imports and Exports*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.eia.gov/energyexplained/index.cfm?page=oil_imports
- *Nigeria*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=NI>
- *Sudan*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=SU>
- *Sudan*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://205.254.135.7/countries/cab.cfm?fips=SU>
- *Sudan and South Sudan*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://205.254.135.7/EMEU/cabs/Sudan/pdf.pdf> pp.1-8.
- *Sudan*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=SU>
- *China*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fip=CH>
- *Oil imports*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.eia.gov/energyexplained/index.cfm?page=oil_imports
- *World Shale gas*. [Consultado em 29 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/analysis/studies/worldshalegas/>

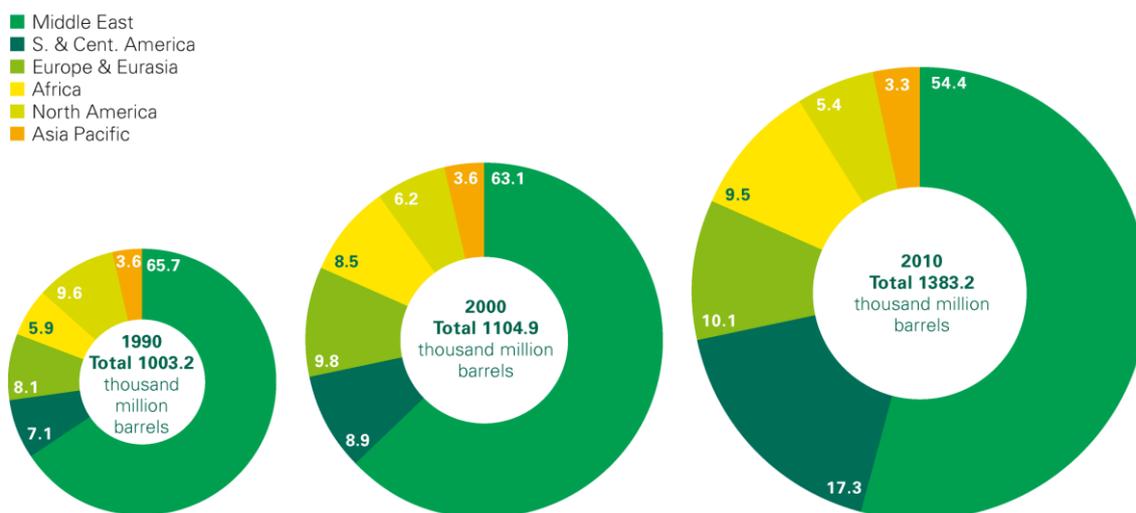
- *Shale Gas Production*. [Consultado em 29 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://www.eia.gov/dnav/ng/ng_prod_shalegas_sl_a.htm
- *Sudan*. [Consultado em 22 de Janeiro de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=SU>
- *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions outside the United States*. [Consultado em 29 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.eia.gov/analysis/studies/worldshalegas/>
- U.S. Department of State - *Nigéria*. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2836.htm>
- *Angola*. [Consultado em 15 de Maio de 2012]. Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/6619.htm>
- *Nigéria*. [Consultado em 8 de Junho de 2012]. Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2836.htm>
- U. S. Department of the Treasury Office of Foreign assets Control. [Consultado em 22 de Março de 2012]. Disponível em: <http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/sudan.pdf>
- World Energy Outlook 2010. [Consultado em 2 de Setembro de 2011] Disponível em: http://www.worldenergyoutlook.org/docs/weo2010/weo2010_es_portuguese.pdf
- World Oil Outlook 2011 - *Organization of the Petroleum Exporting Countries*. [Consultado em 20 de Fevereiro de 2012]. Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/WOO_2011.pdf pp. 1-304.
- World Trade Organization - *Políticas Comerciales Por Sectores*. [Consultado em 27 de Janeiro de 2012]. Disponível em: http://www.wto.org/spanish/tratop_s/tpr_s/s230-04_s.doc
- World Petroleum Resources Project - (USGS) - *Assessment of Undiscovered oil and gas resources of four West Africa geologic provinces*. [Consultado em 15 de Setembro de 2012]. Disponível em: <http://pubs.usgs.gov/fs/2010/3006/pdf/FS10-3006.pdf> pp.1-2.

White Paper on Peaceful Development Road 2005. [Consultado em 27 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/book/152768.htm>

ANEXOS

Anexo nº 1

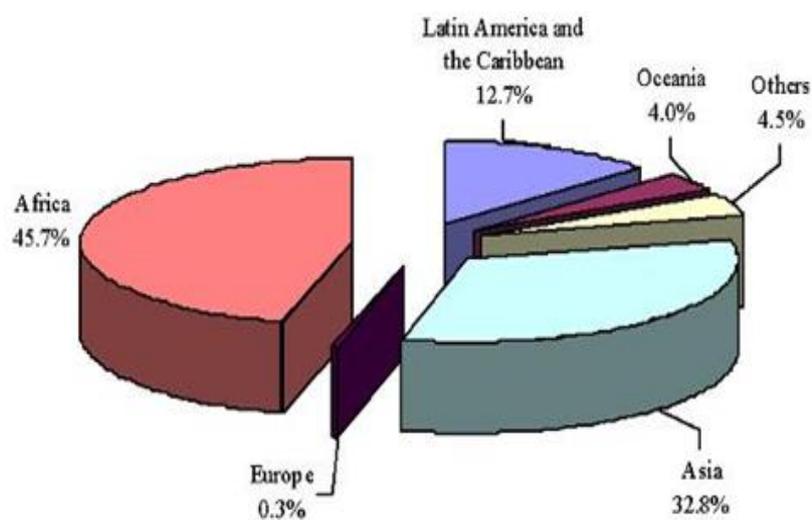
Reservas confirmadas de petróleo mundiais em 1990, 2000 e 2010



Fonte: www.bp.com/...2011/.../Oil_slidepack_2011.ppt

Anexo nº 2

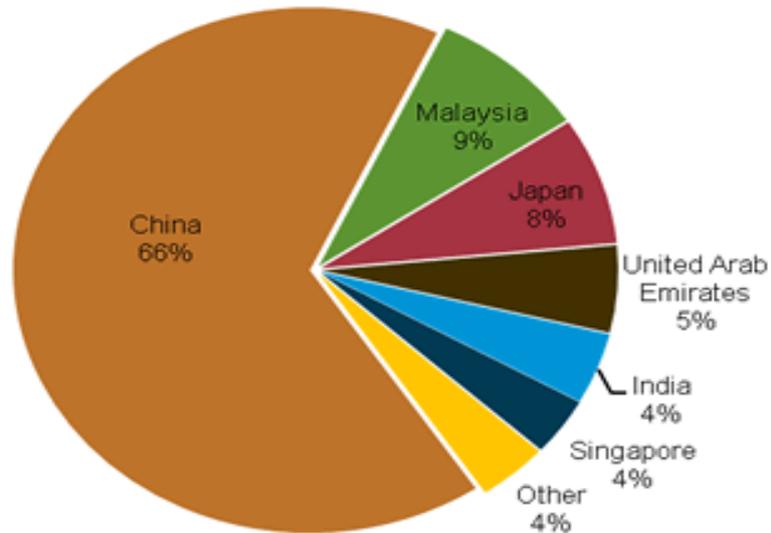
Distribuição geográfica da Ajuda Externa da China em 2009



Fonte: http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-04/21/c_13839683_10.htm

Anexo nº 3

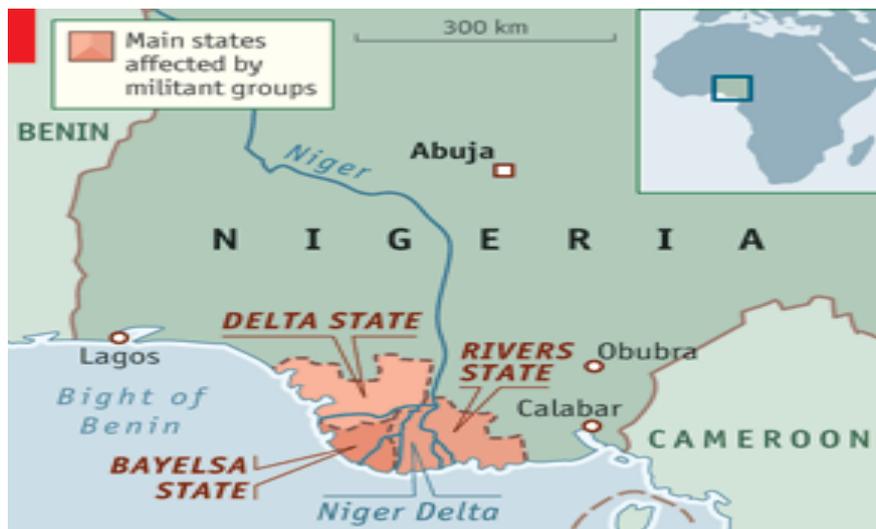
Destino das exportações de petróleo do Sudão e Sudão do Sul em 2011



Fonte: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=SU>

Anexo nº 4

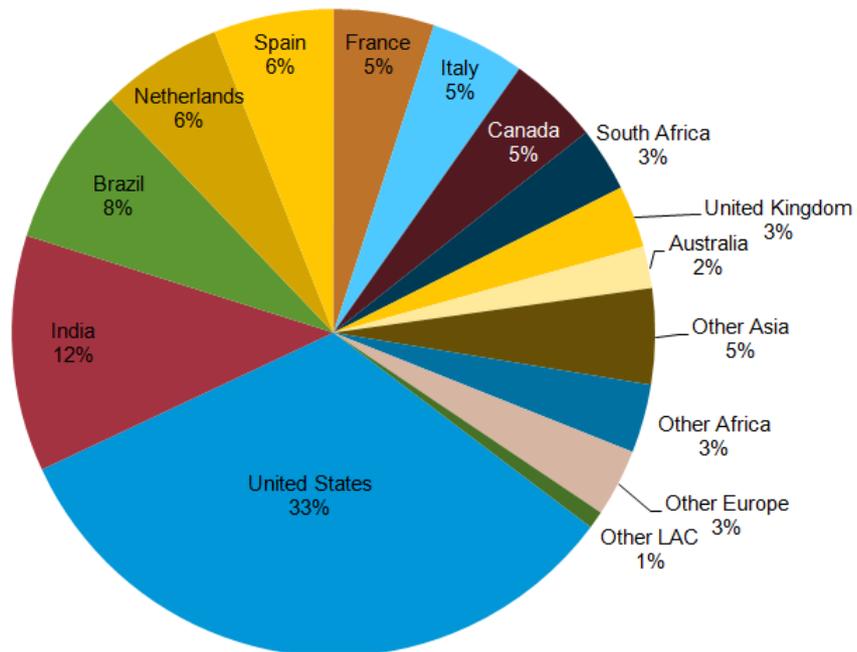
Os principais focos de incidentes no delta rio Níger



Fonte: <http://www.economist.com/node/17800311>

Anexo nº 5

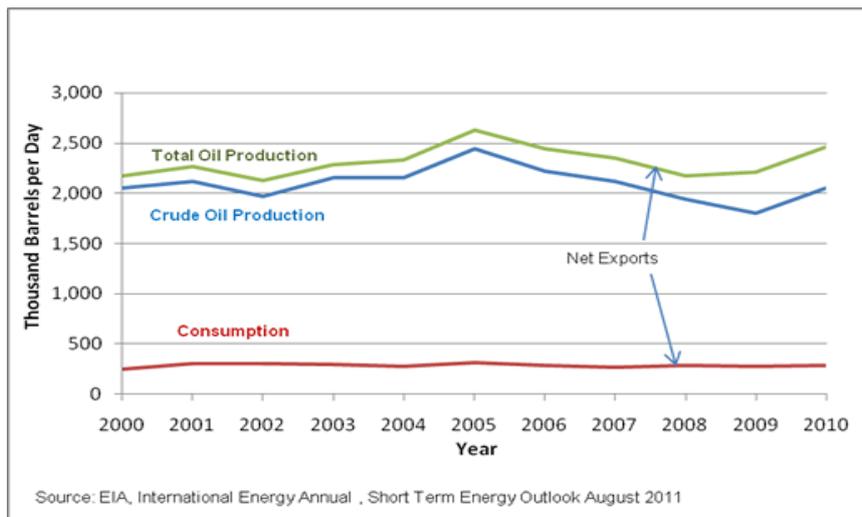
Destino das exportações de petróleo da Nigéria em 2011



Fonte: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=NI>

Anexo nº 6

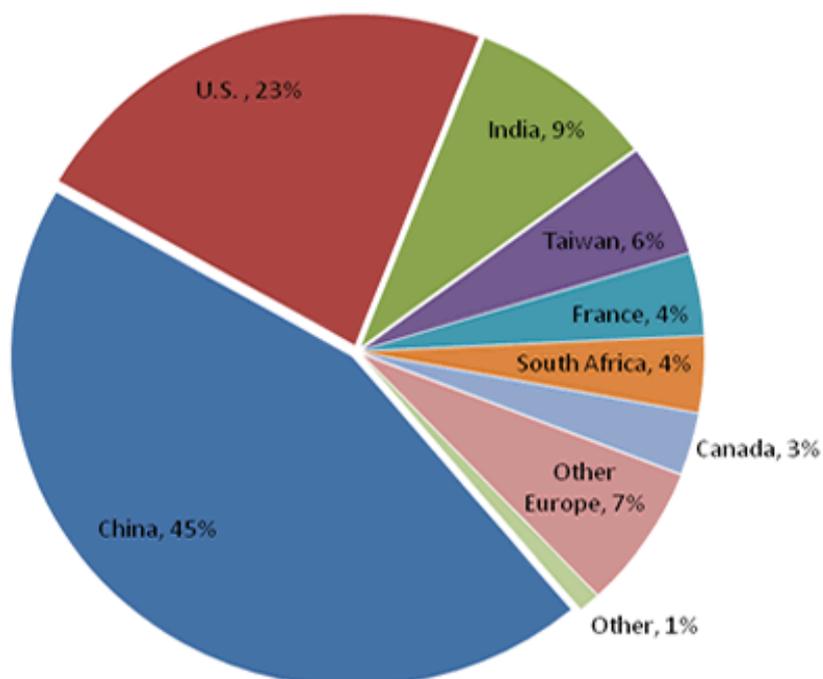
Produção e consumo de petróleo na Nigéria entre 2000 e 2010



Fonte: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=NI>

Anexo nº 7

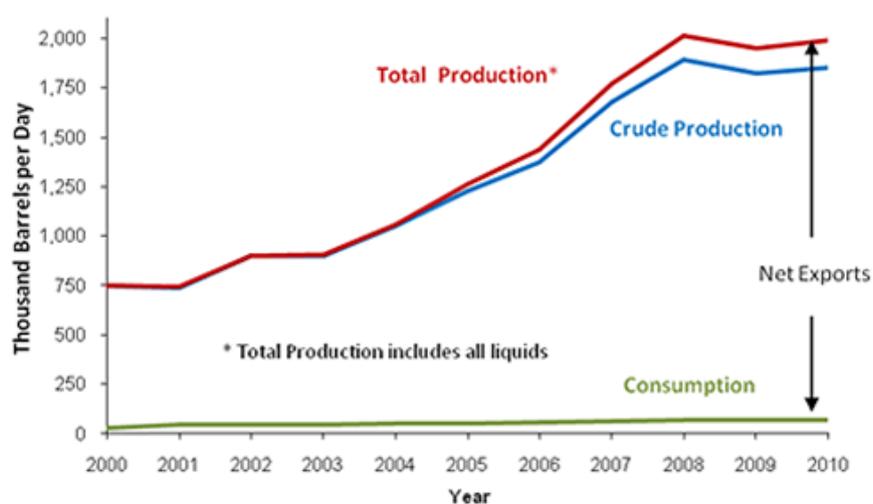
Destino das exportações de petróleo de Angola em 2010



Fonte: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=AO>

Anexo nº 8

Produção e consumo de petróleo de Angola entre 2000 e 2010



Fonte: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=AO>

Anexo nº 9

Futuros projectos energéticos em Angola

<u>Project</u>	<u>Capacity ('000 bbl/d)</u>	<u>Est. Startup</u>	<u>Block</u>	<u>Operator</u>
Tombua-Landana*	75	2011 (peak)	14	Chevron
PAZFLOR	200-220	2011 (Q4)	17	Total
PSVM**	150	2012	31	BP
Kizomba D - Satellites	125-150	2012	15	ExxonMobil
Palas, Ceres, Juno, Astrea, Hebe, Urano, Titania	150	2012+	31	BP
Platino, Chimbo, Cesio	150	2013	18W	BP
Sangos/N'Goma	85	2013	15	ExxonMobil
SE PAJ	150	2013	31	BP
CLOV	160	2013-2014	17	Total
Cabaca Norte-1	40 -200	2014	15	ExxonMobil
Terra Miranda, Cordelia, Porti	150	2014	31	BP
Mafumeira Sul***	95-110	2014-2015+	0	Chevron
Negage	50-75	2014-2015+	14	Chevron
Lucapa	100-130	2014-2015+	14	Chevron
Gindungo, Canela, Gengibre, Mostarda	120-200	2015-2016+	32	Total

Fonte: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=AO>

Anexo nº 10

Futuros projectos energéticos na Nigéria

<u>Project</u>	<u>Capacity ('000 bbl/d)</u>	<u>Est. Startup</u>	<u>Operator</u>
Agbami 2**	100	2011-2014	Chevron
Usan	180	2012	Total
Gbaran Ubie Phase 1	70	2012+	Shell
Ehra North Phase 2	50	2013+	ExxonMobil
Bonga North, Northwest	50-150	2014+	Shell
Bonga Southwest and Aparo	140	2014+	Shell
Egina*	150-200	2014+	Total
Bosi	135	2015	ExxonMobil
Nsiko	100	2015+	Chevron
Uge	110	2016	ExxonMobil

Fonte: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=N>